



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MAIKO JHONATA DE ARAÚJO GOMES

**NACIONALISMO PARA QUEM? UMA ANÁLISE GENEALÓGICA DO
PINKWASHING ISRAELENSE**

JOÃO PESSOA- PB

2021

MAIKO JHONATA DE ARAÚJO GOMES

**NACIONALISMO PARA QUEM? UMA ANÁLISE GENEALÓGICA DO
PINKWASHING ISRAELENSE**

Dissertação apresentada ao curso Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paula Maielo Silva

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Sílvia Garcia Nogueira.

**JOÃO PESSOA- PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G633n Gomes, Maiko Jhonata de Araújo.

Nacionalismo para quem? [manuscrito] : uma análise genealógica do pinkwashing israelense / Maiko Jhonata de Araújo Gomes. - 2021.

134 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Ana Paula Maielo Silva , Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Conflito palestino-israelense. 2. Pinkwashing. 3. LGBT+.
4. Genealogia. I. Título

21. ed. CDD 327.16

MAIKO JHONATA DE ARAÚJO GOMES

**NACIONALISMO PARA QUEM? UMA ANÁLISE GENEALÓGICA DO
PINKWASHING ISRAELENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional

Aprovado em: 23/06/2021.

BANCA EXAMINADORA

Ana Paula Maielo Silva

Prof. Dr. Ana Paula Maielo Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Silvia G. Nogueira

Prof. Dr. Silvia Garcia Nogueira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Cristiano Garcia Mendes

Prof. Dr. Cristiano Garcia Mendes
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

A entrega desse trabalho representa a conclusão de uma etapa muito importante em minha vida, representa a conclusão de um ciclo e o alcance de sonhos. Dessa forma, é preciso deixar claro que diversas pessoas estiveram presentes em minha vida durante essa jornada, seja possibilitando que eu seguisse nessa jornada, seja simplesmente me apoiando.

Dessa maneira, preciso iniciar meus agradecimentos aos professores que compuseram o processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, de 2019.1. Agradeço por terem enxergado um nível de qualidade em meu projeto, ao passo de terem me agraciado a oportunidade de desenvolver esta pesquisa numa instituição de ensino de extrema relevância para mim, visto que nesta, também concluí a graduação e foi onde obtive conhecimentos e experiências inúmeras.

Além disso, não posso deixar de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao Ministério da Educação, por ter me agraciado com uma bolsa, que me possibilitou direcionar atenção exclusiva a esta Pós-Graduação e, conseqüentemente, minha pesquisa.

Ademais, agradeço especialmente à Professora Ana Paula Maielo Silva, pela longa jornada que trilhamos desde a graduação, passando pela Monografia e a subsequente entrada no Mestrado. Agradeço também, a outra parceria de longa data, a Professora Sílvia Garcia Nogueira. Foi graças a uma de suas aulas durante a graduação, há alguns anos, que descobri essa temática de estudo, que foi foco da minha Monografia e, agora, Dissertação. Agradeço também por ter aceitado ser minha co-orientadora, além de ter aceitado participar na minha banca de TCC, da qualificação e, por fim, da defesa final. Assim, o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa só foi possível graças a ajuda e orientação de vocês duas, além da paciência e compreensão dado a conjuntura tão delicada que estamos vivendo.

Eu definitivamente não posso esquecer de agradecer as pessoas mais importantes e significativas em minha vida: minha família. Entretanto, gostaria de deixar meus agradecimentos especiais ao meu pai e minha mãe, que com muito esforço e suor batalharam (e continuam a batalhar), dia após dia, para propiciar uma vida plena e confortável para mim e meus irmãos. Se eu sou quem eu sou e se eu cheguei onde cheguei, foi graças ao apoio e carinho de vocês.

Por fim, não posso deixar de agradecer todos os meus amigos e companheiros de vida, pelo apoio, carinho, compreensão e parceria. Obrigado! Sem o apoio de cada um de vocês, eu não conseguiria passar por essa fase da minha vida de maneira adequada.

RESUMO

Após décadas de lutas e reivindicações sociopolíticas encabeçadas por movimentos LGBTQ+, a nível doméstico e internacional, alguns Estados não só passaram a garantir certos direitos e proteções legais, como também adotaram uma nova forma de avaliar o quão inclusivo, tolerante e democrático um Estado é, com base no seu posicionamento em relação à comunidade LGBTQ+. Neste contexto, alguns Estados passaram a fazer uso do “*pinkwashing*”, ou seja, um mecanismo caracterizado pela promoção de uma imagem e narrativa pró-LGBTQ+, com o objetivo de encobrir e “lavar” certas ações tidas como problemáticas e negativas no Sistema Internacional. O Estado de Israel é o principal promotor deste mecanismo, utilizado com o objetivo de desviar a atenção do Sistema Internacional da sua postura violenta para com o povo palestino. Entretanto, há evidências de que essa suposta inclusão de indivíduos LGBTQ+ ocorre de maneira rasa e superficial, visto que não garante a mesma visibilidade e oportunidades para todas os indivíduos que compõem esta sigla. Diante deste quadro, o problema de pesquisa que orienta esta dissertação é: de que maneira ocorre a inserção da população LGBTQ+ no projeto nacionalista israelense? O objetivo geral aqui é desenvolver uma análise genealógica do *pinkwashing* israelense, com vistas a desvelar e denunciar o caráter homonacionalista da suposta política progressista de Israel. Para tanto, a pesquisa foi realizada sob o amparo das contribuições teóricas da corrente de pensamento pós-estruturalista, assim como da Teoria Queer. Do pós-estruturalismo, esta pesquisa trabalha, principalmente, com as concepções que envolvem a importância das práticas discursivas, que impactam na construção de identidades e são regidas por relações de poder. Por sua vez, visto que esta pesquisa propõe-se a desestruturar certas narrativas dominantes envolvendo a comunidade LGBTQ+, optou-se, também, pelo uso da Teoria Queer. Ademais, o pós-estruturalismo também nos oferece proposições críticas de análise da “realidade” social, como é o caso do método de análise utilizado neste trabalho, a genealogia de influência foucaultiana. Com o intuito de melhor estruturar e alcançar tal objetivo, possuí, também, como objetivos específicos: (I) evidenciar o uso *pinkwashing* como mecanismo de limpeza de imagem no Sistema Internacional, que no contexto israelense, manifesta-se dentro da *Brand Israel*; (II) expor a perspectiva dos palestinos queer acerca do *pinkwashing* israelense, e; (III) demonstrar as inconsistências da narrativa de que Israel é um Estado que garante igualmente e plenamente direitos aos seus cidadãos LGBTQ+, assim como aos palestinos queer residentes em Israel. Com base na literatura coletada e analisada, a pesquisa parte do pressuposto que o Estado de Israel promove sua imagem, no Sistema Internacional, como um espaço homogeneamente tolerante e inclusivo para com a população LGBTQ+ (tanto israelense, quanto palestina). Entretanto, a partir das análises feitas, argumenta-se que somente os indivíduos LGBTQ+ que adequam-se aos padrões e normas dominantes da sociedade israelense, são de fato incorporados no projeto nacionalista de Israel.

Palavras-chave: Conflito palestino-israelense. *Pinkwashing*. LGBTQ+. Genealogia.

ABSTRACT

After decades of struggles and socio-political demands led by LGBT+ movements, at the domestic and international level, some States have not only started to guarantee certain legal rights and protections, but have also adopted a new way of evaluating how inclusive, tolerant and democratic a State is, based on its position towards the LGBT+ community. In this context, some States have started to use “pinkwashing”, that is, a mechanism characterized by the promotion of a pro-LGBT+ image and narrative, with the objective of covering up and “washing” certain actions considered problematic and negative in the International System. The State of Israel is the main promoter of this mechanism, used in order to divert the attention of the International System from its violent stance towards the Palestinian people. However, there is evidence that this supposed inclusion of LGBT+ individuals occurs in a shallow and superficial way, since it does not guarantee the same visibility and opportunities for all individuals who make up this acronym. In view of this situation, the research problem that guides this master's thesis is: how does the insertion of the LGBT + population into the Israeli nationalist project occur? The general objective here is to develop a genealogical analysis of Israeli pinkwashing, with a view to unveiling and denouncing the homonationalist character of Israel's supposed progressive policy. To this end, the research was carried out under the auspices of the theoretical contributions of the post-structuralist current of thought, as well as the Queer Theory. From post-structuralism, this research works mainly with the conceptions that involve the importance of discursive practices, which impact on the construction of identities and are governed by power relations. In turn, since this research proposes to break down certain dominant narratives involving the LGBT+ community, we also opted for the use of the Queer Theory. Furthermore, post-structuralism also offers us critical proposals for analyzing social “reality”, as is the case with the method of analysis used in this thesis, the genealogy of Foucaultian influence. In order to better structure and achieve this objective, it also has the following specific objectives: (I) to highlight the use of pinkwashing as an image cleaning mechanism in the International System, which in the Israeli context, manifests itself within Brand Israel; (II) expose the queer Palestinian perspective on Israeli pinkwashing, and; (III) demonstrate the inconsistencies in the narrative that Israel is a State that guarantees equal and full rights to its LGBT+ citizens, as well as to queer Palestinians residing in Israel. Based on the collected and analyzed literature, the research assumes that the State of Israel promotes its image, in the International System, as a homogeneously tolerant and inclusive space for the LGBT+ population (both Israeli and Palestinian). However, from the analysis made, it is argued that only LGBT+ individuals who conform to the dominant standards and norms of Israeli society are actually incorporated into Israel's nationalist project.

Keywords: Palestinian-israeli conflict. Pinkwashing. LGBT+. Genealogy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O <i>pinkwashing</i> israelense exposto	70
Figura 2	Participação da IPSC na Primeira Parada LGBTQ+ Alternativa de Dublin (2019)	87
Figura 3	Onde no Oriente Médio, oficiais gays podem servir o seu país?	99
Figura 4	Celebre o orgulho em Israel	101
Figura 5	“No Oriente Médio, a orientação sexual é questão de vida ou morte”	102
Figura 6	Israel como um suposto paraíso LGBTQ+ no Oriente Médio	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AWB	<i>A Wider Bridge</i>
BDS	Boicote, Desinvestimento e Sanções
EQG	Estudos Queer Globais
EUA	Estados Unidos da América
FDI	Forças de Defesa de Israel
IGLYO	Organização Internacional para Jovens e Estudantes LGBT+
IPSC	<i>Ireland-Palestine Solidarity Campaign</i>
JOH	<i>Jerusalem Open House</i>
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
NDP	Nova Diplomacia Pública
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PQBDS	<i>Palestinian Queers for Boycott, Divestment and Sanctions</i>
QUAIA	<i>Queers Against Israeli Apartheid</i>
QUIT	<i>Queers Undermining Israeli Terrorism</i>
RI	Relações Internacionais
TPO	Territórios Palestinos Ocupados
UNSCOP	Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. DESESTRUTURAÇÃO E DESESTABILIZAÇÃO DOS REGIMES DE VERDADE E PODERES DOMINANTES: AS INTERLOCUÇÕES ENTRE PÓS-ESTRUTURALISMO, TEORIA QUEER E GENEALOGIA	14
1.1. Textualização, desconstrução e desestruturação da realidade social: O impacto do pensamento pós-estruturalista nas Ciências Humanas e Sociais	14
1.2. O pós-estruturalismo em RI: textualizando a política global	24
1.3. Da compreensão da homossexualidade à teorização queer em RI	30
1.4. Para além de um método: o uso da genealogia como inserção e emancipação das vozes marginalizadas	39
2. BRAND ISRAEL E PINKWASHING: A PROMOÇÃO DO DISCURSO PRÓ-LGBT+ COMO ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DE IMAGEM NO SISTEMA INTERNACIONAL	47
2.1. <i>Nation-Branding</i>: a importância da imagem e reputação dos Estados naturalidade .	48
2.2. As percepções do Ocidente sobre Israel e a necessidade de uma estratégia de <i>branding</i> nacional israelense	58
2.3. <i>Pinkwashing</i>: lavando as mãos sujas de sangue com tinta cor de rosa	66
3. A INCLUSÃO QUE GERA EXCLUSÃO: UMA ANÁLISE GENEALÓGICA DO HOMONACIONALISMO ISRAELENSE	80
3.1. <i>Pinkwatching</i>: palestinos queer (r)existem	81
3.2. Homonacionalismo: a delicada relação entre nacionalismo, capitalismo e homossexualidade	90
3.3. Quem são os queers inseridos no projeto nacionalista israelense?	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	126

INTRODUÇÃO

O conflito entre palestinos e israelenses data desde o começo do século XX, no mínimo. Contudo, tal conflito tornou-se ainda mais ativo e evidente após o plano de partilha apresentado pela Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP), em 1948. Desde então, tal conflito tem sido foco de diversos debates e questionamentos no Sistema Internacional, assim como é o objeto de várias pesquisas no campo de Relações Internacionais (RI), principalmente entre as abordagens positivistas. Entre os neorrealistas, o foco tem sido explicar as origens do conflito e formas de superá-lo. Por sua vez, os neoliberais têm como foco o desenvolvimento da paz entre as partes através da cooperação, assim como buscam compreender as relações econômicas entre as partes, existentes mesmo em um contexto de guerra.

Entretanto, observa-se que existem diversos outros fatores envolvidos neste conflito histórico que acabam sendo escanteados nos debates políticos e acadêmicos, como vincular o conflito com relações de classe, raça, religião e, de maior relevância para esta pesquisa, orientação sexual e identidade de gênero. Dessa forma, de encontro com a tendência de explicar tal conflito com um viés positivista, optou-se pelo uso do pós-estruturalismo com foco específico no pensamento queer. Tal escolha deve-se ao fato de que, ambas as correntes de pensamento (pós-estruturalista e queer) permitem a análise e inserção de conhecimentos e objetos de pesquisa, por muito tempo invisibilizados e escanteados nas RI, como estudos referentes à população LGBTQ+ e a promoção de seus direitos no Sistema Internacional.

Com o intuito de apresentar uma compreensão crítica acerca da realidade social, observa-se a entrada da Teoria Queer nas mais diversas disciplinas sociais a partir dos anos 1970. Nas RI, essa entrada encontra seu caminho apenas nos anos 1980. Dessa forma, os estudiosos queer em RI tem como foco específico analisar como as lógicas e normas sexuais e de gênero influenciam diretamente nas operações internacionais de poder. Contudo, apesar de terem como foco orientação sexual e de identidade de gênero, os estudiosos queer também buscam apresentar uma noção expandida do político e criticar as estruturas binárias da política internacional, como desenvolvido/ não desenvolvido, Norte/ Sul, Ocidente/ Oriente, etc. Assim, o queer em RI reside no desvio, na crítica e na desestruturação das lógicas dominantes de poder que constituem o próprio campo epistemológico.

Ademais, tanto o pós-estruturalismo quanto a teoria queer, problematizam não só as fronteiras existentes no mundo social, mas também as fronteiras de conhecimento. Logo, reconhecem a transdisciplinaridade na academia de RI. Tal perfil transdisciplinar representa, também, um dos fatores decisivos para a escolha dessas correntes de pensamento, visto que as

concepções propostas pelas teorias positivistas não representam uma forma adequada de se analisar uma questão tão complexa como o uso da agenda LGBT+, pelo Estado de Israel, como forma de limpeza de imagem e reputação no Sistema Internacional.

A discussão acerca dos direitos da população LGBT+ e/ou da atuação desses indivíduos em movimentos sociais transnacionais, no Sistema Internacional, tem recebido cada vez visibilidade, tanto no âmbito social, político e econômico, a ser debatido entre os Estados e Organizações Internacionais, como dentro da própria academia de RI.

Entretanto, ao levarmos em consideração os discursos dominantes acerca dos direitos da população LGBT+ ou, até mesmo, a própria maneira que essa população organiza-se em movimentos de reivindicação por direitos a nível transnacional, é notável uma forte influência do pensamento neoliberal. Neste caso, certos indivíduos e organizações LGBT+, alinham-se de maneira confortável às estratégias políticas predominantes adotadas em defesa dos direitos LGBT+ e acabam por incorporar a forma que tais discursos são proferidos. Thiel (2014, p. 2) caracteriza esse grupo de indivíduos como assimilacionistas.

A corroboração, por parte da população LGBT+, com os discursos dominantes, por sua vez, é acompanhada com o consentimento com outras agendas políticas adotadas por esses mesmos Estados que adotam posturas favoráveis à população LGBT+, como: imperialismo, colonialismo, apartheid, genocídio e descumprimento dos direitos humanos de outras populações.

Em contrapartida, existem indivíduos e organizações LGBT+, caracterizadas por Thiel (2014, p. 2), como transgressivos (ou anti-assimilacionistas), que adotam uma postura crítica aos discursos proferidos pelos Estados, visto que conseguem identificar que não devem ser condizentes com tais posturas estatais enquanto os Estados continuarem a seguir agendas prejudiciais à outras parcelas da própria populacional nacional e/ou de populações em território estrangeiro. Assim, esse segundo grupo busca uma quebra de categorias pré-existentes, automaticamente, desafiam os discursos estáveis dos direitos humanos

Neste contexto, encontra-se o uso do *pinkwashing* pelo Estado de Israel, como ferramenta de lavagem de imagem, frente às infrações cometidas ao povo palestino. O *pinkwashing* diz respeito a um conjunto de mecanismos e ações promovidos pelo Estado de Israel, com o intuito de fomentar uma imagem do Estado como sendo pró-LGBT+, na verdade o único do Oriente Médio. Dessa forma, ao transmitir esse perfil tolerante e inclusivo para com a comunidade LGBT+, o Estado de Israel acaba reforçando uma imagem do Estado como sendo cosmopolita, desenvolvido e democrático. A problemática neste mecanismo, como expõe os ativistas anti-*pinkwashing*, é que o verdadeiro intuito do Estado de Israel é direcionar as

atenções do Sistema Internacional, tirando o foco para as ocupações e ataques nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) e orientar as atenções para esse perfil pró-LGBT+ do Estado.

Neste contexto, a principal problemática do *pinkwashing* encontra-se no fato que enquanto adota um posicionamento favorável à população LGBT+, o Estado de Israel reproduz posicionamentos e discursos que reforçam características negativas ao povo árabe, pelo fato de não apresentarem um perfil tão tolerante para com a comunidade LGBT+. Dessa forma, observa-se uma construção hierárquica de imagens, em que o perfil de Israel aparece como superior, com características positivas como democrático, cosmopolita, primeiro mundo e inclusivo, em contrapartida, o povo palestino aparece em uma posição de inferioridade, atrelado à características como bárbaros, atrasados, intolerantes e violentos.

Entretanto, é importante destacar que o posicionamento crítico do presente trabalho em relação ao uso do *pinkwashing*, não anula o fato de reconhecer que há, de fato, homofobia e penalizações a relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo e outras práticas que atingem negativamente a comunidade LGBT+ palestina. Contudo, é válido destacar que a LGBTfobia não é uma prática exclusiva do povo palestino e, nem mesmo, de pessoas árabes ou muçulmanas, sendo identificável também em diversas outras nações do mundo, inclusive dentro do próprio Estado de Israel. Assim, a LGBTfobia existente na sociedade palestina não é o suficiente para caracterizá-la, automaticamente, como violenta, atrasada ou qualquer característica negativa atribuída por Israel.

Ademais, é importante reforçar que a opressão sofrida pela comunidade LGBT+ nos TPO não justifica as diversas opressões sofridas pelos palestinos, por parte de Israel. Como destaca a organização *Palestinian Queers for BDS* (PQBDS), a luta da população queer palestina não se limita às injustiças sociais e reivindicação de direitos como indivíduos LGBT+, mas na realidade, sua luta principal é contra a colonização, ocupação e apartheid promovidos por Israel; um sistema que perdura 73 anos.

Dado o exposto, a presente pesquisa tem como objetivo geral fazer uma análise genealógica do uso do *pinkwashing* por Israel e da inserção da população LGBT+ em seu projeto nacionalista, com vistas a desvelar e denunciar o caráter homonacionalista da suposta política progressista israelense. Ademais, possui como objetivos específicos: (I) evidenciar o uso da agenda LGBT+ como mecanismo de limpeza de imagem no Sistema Internacional; (II) expor a perspectiva dos palestinos queer acerca do *pinkwashing* israelense, e; (III) demonstrar as inconsistências da narrativa de que Israel é um Estado que garante igualmente e homogeneamente direitos aos seus cidadãos LGBT+, assim como aos palestinos queer residentes em Israel.

Em face do exposto, para que tal objetivo seja bem explicitado, o presente trabalho divide-se em três seções, além desta introdução, de modo que cada seção se subdivide em outros subtópicos, para melhor estruturar o trabalho.

A primeira parte busca apresentar a fundamentação teórica e metodológica deste trabalho. Assim, com o intuito de melhor compreender o pós-estruturalismo, inicialmente é apresentada a distinção entre pós-estruturalismo e pós-modernismo, as influências do estruturalismo no pensamento pós-estruturalista, para depois expor concepções acerca do pós-estruturalismo e sua subsequente entrada nas RI. Essa primeira parte baseia-se, principalmente, nos trabalhos de Foucault (1977; 1998; 2009) e Derrida (1998), além de pós-estruturalistas em RI, como Burke (2008), Campbell (2013), Der Derian (1989), Devetak (1995; 2005), George (1994), Shapiro (1989) e Zehfuss (2009)

A seguir, é discutida outra corrente de pensamento crítica, fortemente influenciada pelo pensamento pós-estruturalista, a Teoria Queer. Assim, inicialmente é exposto como ocorreu a evolução gradativa da produção acadêmica e científica sobre questões de sexualidade e identidade de gênero, de modo que eram inicialmente discutidas nos campos da Medicina e Direito, até a lenta entrada nas mais diversas Ciências Humanas e Sociais, para, depois, encontrar sua entrada nas RI, na década de 1980.

Por fim, os dois últimos subtópicos desta seção destinam-se a explicar a genealogia foucaultiana como metodologia de pesquisa. Assim como o nome sugere, a genealogia como uma ferramenta analítica é fortemente influenciada pelos escritos do filósofo Michel Foucault. Para Foucault, toda compreensão da realidade que é aceita como normal e natural, passa inicialmente por relações de poder e, a partir daí, tais concepções e visões de mundo ascendem como aceitas, enquanto que outras são marginalizadas e invisibilizadas. Assim, a genealogia busca dar visibilidade às formas de produção de conhecimento, vozes, posturas e visões de mundo subalternas, que foram invisibilizadas nessas repetitivas relações de poder e dominação.

A segunda parte destina-se a explicar como o Estado de Israel utiliza-se de diferentes mecanismos destinados à construção de uma imagem favorável no Ocidente, assim como para melhorar sua reputação, frente à guerra e infrações de direitos humanos e de Direito Internacional. Para tanto, inicialmente é feita a exposição da importância da imagem e reputação dos Estados no Sistema Internacional e como os Estados podem melhorar tais elementos a partir de uma estratégia de *nation-branding*. A seguir, ocorre a discussão acerca dos fatores que levaram Israel a adotar sua própria estratégia de *nation-branding*, a *Brand Israel*, assim como os principais elementos dessa estratégia e como Israel conta com o apoio de diferentes atores para melhor executá-la. Por fim, é feita a discussão acerca do *pinkwashing*

que, no contexto israelense, se manifesta dentro da *Brand Israel*, seu surgimento, principais elementos e como determinados segmentos da própria comunidade LGBTQ+ acabam por ajudar na perpetuação deste mecanismo.

Com base nas evidências, na última seção deste trabalho será feita uma investigação com o intuito de desvelar o caráter homonacionalista do suposto progressismo de Israel, demonstrando como sua política na realidade exclui alguns segmentos da população LGBTQ+, o que deixa patente sua aliança com o projeto capitalista, racista, imperialista e, por consequência, de colonização da Palestina. Para tanto, em um primeiro momento é feita a discussão acerca das organizações LGBTQ+ que são críticas às políticas adotadas por Israel para com o povo palestino, ao passo de haver o surgimento do *pinkwatching*, ou seja, críticas e posicionamentos contrários ao *pinkwashing* israelense. A seguir, ocorre a discussão acerca do homonacionalismo, ou seja, a tendência dos Estados de inserirem indivíduos homossexuais em seus projetos nacionalistas, com o intuito de construir seus perfis em concordância com as agendas neoliberais e ocidentais. Para, assim, ser feita uma análise genealógica acerca dessa problemática na última sessão.

Para tanto, os trabalhos de Dhawan (2015), Ellison (2013), Gross (2015), Mikdashi (2012), Puar (2011; 2012; 2013; 2017), Ritchie (2010; 2014a; 2014b), Salem (2012), Schotten e Maikey (2012), Schulman (2011a; 2011b) e Weaver (2016) foram fundamentais para compreender e problematizar as complexidades envolvendo *pinkwashing*, *pinkwatching* e homonacionalismo.

1. DESESTRUTURAÇÃO E DESESTABILIZAÇÃO DOS REGIMES DE VERDADE E PODERES DOMINANTES: AS INTERLOCUÇÕES ENTRE PÓS-ESTRUTURALISMO, TEORIA QUEER E GENEALOGIA

O presente trabalho orienta-se pelas lentes teóricas do pós-estruturalismo, com um recorte específico no pensamento queer. Assim, na primeira seção deste capítulo, será feita uma análise sobre as premissas centrais do pós-estruturalismo; sua relação com o estruturalismo; a distinção entre pós-estruturalismo e pós-modernismo; como tal corrente de pensamento é incorporada nas Relações Internacionais e suas críticas às correntes teóricas dominantes.

Por sua vez, a segunda seção estará centrada nas contribuições da Teoria Queer, uma corrente de pensamento crítica fortemente influenciada pelo pós-estruturalismo. Assim, para compreender como tal abordagem é utilizada pelas Relações Internacionais, será exposto, no mesmo tópico, a evolução dos estudos sobre homossexualidade, que tem suas origens nos campos da Medicina e Direito, até encontrar seu caminho para outras disciplinas, como as RI. Ainda, busca-se nesta seção examinar a distinção entre Estudos Queer e Teoria Queer.

As duas últimas seções do capítulo terão como foco a análise da ferramenta metodológica que será utilizada nesta pesquisa, a saber: a genealogia foucaultiana. Para tanto, em um primeiro momento, será feita uma explicação sobre a genealogia de modo geral, para depois adentrar na genealogia como ferramenta em RI.

1.1. Textualização, desconstrução e desestruturação da realidade social: O impacto do pensamento pós-estruturalista nas Ciências Humanas e Sociais

De antemão, é preciso destacar que dentro do campo das RI, o termo “pós-estruturalismo”¹ por vezes é utilizado como sinônimo do termo “pós-modernismo”, enquanto que concomitantemente, há autores que reconhecem distinções entre as duas definições. Ou seja, dentro das RI, não existem fronteiras claras entre o que se entende por pós-estruturalismo e pós-modernismo. De modo geral, os autores que se utilizam dessas abordagens não se dão ao trabalho de apresentar uma distinção clara entre elas, mesmo naqueles textos presentes em manuais teóricos de Relações Internacionais, como os capítulos escritos por Richard Ashley (1996, p. 240-253) e Maja Zehfuss (2009, p. 97-111). Nesse contexto, os autores utilizam-se de

¹ Apesar do termo “pós-estruturalismo” aparecer, neste trabalho, no singular, é válido destacar que não existe um único pós-estruturalismo, mas sim um conjunto de abordagens e formas de compreender a realidade social que seguem os preceitos e embasamentos pós-estruturalistas. O pós-estruturalismo se opõe à ideia de se desenvolver como uma teoria, pois isso significaria definir certos conceitos como estáticos e concretos, como fatos. Uma das principais características do pós-estruturalismo é justamente ser crítico a esta concepção de construção de conhecimento universal e totalizante (CAMPBELL, 2013; MENDES, 2015; ÇALKIVIK, 2020).

um dos dois termos e segue a apresentação e conceitualização do texto com base no mesmo. Contudo, ainda assim existem autores que fazem uma explicação sobre a relação entre os termos, seja de sinônimo, ou não.

Çalkivik (2020), ao longo de seu texto “*Poststructuralism and Postmodernism in International Relations*”, utiliza o termo “pós-estruturalismo/pós-modernismo”, sem apresentar uma distinção entre eles, utilizando-os como um termo composto. Para Devetak (2005, p. 161), toda contribuição teórica caracterizada como pós-moderna, pós-estruturalista ou desconstrutiva, são, na verdade, todas pós-modernas. Já Burke (2008, p. 359-377), compreende o pós-modernismo em termos de escritos que pegaram ideias da teoria pós-estruturalista e as aplicaram à política mundial.

Campbell (2013, p. 231), por sua vez, reconhece uma distinção mais evidente entre as abordagens. Para ele, o pós-modernismo surge após a Segunda Guerra Mundial, como uma corrente de pensamento e expressão artística utilizada para compreender o mundo pós-moderno, um mundo com novas condições de tempo e espaço, extremamente acelerados, marcado pelo hiperconsumismo, pela cultura pluralista e, principalmente, pela globalização do mundo. Por sua vez, o pós-estruturalismo é uma das análises interpretativas que se envolve criticamente com a produção e implicação dessas transformações constantes e fluidas do mundo pós-moderno. Dessa forma, o pós-estruturalismo é um domínio filosófico distinto que tem uma relação crítica com o estruturalismo, a modernidade e a pós-modernidade.

Contudo, apesar de não haver uma distinção clara entre as abordagens caracterizadas dentro do espectro do pós-estruturalismo ou do pós-modernismo, este trabalho optará pela versão de pós-estruturalismo como exposta por Campbell (2013). Contudo, é importante realçar que o pós-estruturalismo não busca se estruturar como uma corrente teórica, mas sim como um conjunto de abordagens críticas de interpretação da realidade social.

Assim, o pós-estruturalismo surge no contexto histórico da pós-modernidade², com o intuito de compreender e apresentar alternativas para desestruturar as estruturas de dominação

² De acordo com Campbell (2013, p. 230-231), a modernidade diz respeito ao período histórico da década de 1890 até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, assim, todas as ideias e valores em pintura, escultura, música, arquitetura, design e literatura, assim como questões sociais nas ordens políticas, sociológicas, científicas, sexuais e familiares, foram influenciadas pelo estilo de vida dominante da época. Estilo de vida este marcado pelas grandes transformações industriais e científicas nos grandes pólos urbanos da Europa e Estados Unidos da América (EUA), como o advento das ferrovias, a invenção das primeiras aeronaves, automóveis, energia elétrica, fotografia, filmes, cinema e uma diversidade de outras invenções. Por sua vez, a pós-modernidade representa o período a partir da Segunda Guerra Mundial, marcado por um mundo altamente globalizado, interconectado, tecnológico e constantemente em mudanças.

e conhecimento dominantes deste período³. Por pós-modernidade, entende-se concepção trabalhada por Campbell (2013), de um período caracterizado por uma cultura indeterminada, pluralista e cada vez mais globalizada do mundo da Guerra Fria. Na literatura, arte, arquitetura e música, esse período histórico também apresentou suas influências, inserindo uma perspectiva cada vez mais eclética. Ademais, como já mencionado, uma das principais características desse período, é a lógica de espaço e tempo acelerados e a cultura do hiperconsumismo. Com fortes influências das obras de autores como Michel Foucault⁴, Jacques Derrida e Gilles Deleuze, o pós-estruturalismo não é uma corrente teórica exclusiva das RI, de modo que surge, evidentemente, dentro dos campos da Filosofia e Linguística, no final dos anos 1960 e começo dos anos 1970.

Para compreendermos o pós-estruturalismo não é apenas necessário compreender as concepções de modernidade e pós-modernidade, mas também de estruturalismo. Foucault (1998, p. 433-437) afirma que o estruturalismo é, na verdade, influenciado e diretamente relacionado com o formalismo. Para o autor, o formalismo, ou pensamento formal, é uma das mais fortes e mais variadas correntes de pensamento do século XX. O formalismo representa uma concepção de estudar a literatura, poesia - e podemos acrescentar aqui, as diversas áreas de conhecimento das Ciências Humanas - com características mais formais, com moldes mais científicos. Dessa maneira, o estruturalismo ascende à visibilidade na década de 1960, como uma forma de pensamento caracterizada dentro da ampla corrente de pensamento formal. Neste contexto, o estruturalismo passa a substituir a fenomenologia, pois adota uma nova forma de análise, centrada na linguagem. A análise estrutural torna-se, ao contrário da fenomenologia, cada vez mais eficaz na contabilização dos efeitos do significado que poderiam ser produzidos por uma estrutura linguística, na qual o sujeito (no sentido fenomenológico) não possui a capacidade de intervir para outorgar significado (Ibidem, 1998, p. 433-437).

³ Apesar de tanto o pós-modernismo quanto o pós-estruturalismo fundamentarem-se em concepções muito semelhantes, a principal distinção entre as abordagens é a atenção direcionada para as estruturas construídas socialmente, visto que o pós-estruturalismo busca não só compreender o mundo social e construção de subjetividades no período da "pós-modernidade", como busca identificar, superar e desestruturar as estruturas dominantes de poder, dominação e conhecimento existentes tanto no "mundo real" quanto no mundo das ideias (CAMPBELL, 2013, p. 230-232; MENDES, 2015, p. 46-47).

⁴ Apesar da presente pesquisa mencionar Michel Foucault com tanta veemência, principalmente nas discussões envolvendo o pós-estruturalismo, o autor nunca se identificou como pertencente ou defensor dessa corrente de pensamento. De forma mais clara, o filósofo sempre rejeitou os rótulos de "pós-modernista" ou "pós-estruturalista", de forma que ele preferia caracterizar sua linha de raciocínio como "história crítica da modernidade com raízes em Kant". Assim, estudiosos dos escritos de Foucault, afirmam que é impossível agrupar todas as suas produções dentro de uma mesma corrente de pensamento, ao passo que alguns de seus escritos são compreendidos como "estruturalistas", outros como "pós-estruturalistas" e outros como "pós-modernistas". Portanto, essa pesquisa utiliza-se, especificamente, de produções que seguem uma linha de raciocínio pós-estruturalista.

A textualidade é um tema comum no pós-estruturalismo. Ele decorre principalmente da redefinição de 'texto' por Jacques Derrida em seu livro *“Of Grammatology”*, lançado originalmente em 1974. Em seu livro, Derrida (1998, p. 30) aprofunda a definição de estruturalismo ao afirmar que, o estruturalismo segue uma lógica tradicional de pensamento ocidental, sobre a relação entre escrita e linguagem. Segundo o autor, Ferdinand de Saussure, um dos mais proeminentes estruturalistas, reconhecia uma lógica hierárquica entre escrita e linguagem, de modo que a linguagem estaria em uma posição de superioridade sobre a escrita.

Para Saussure, a escrita possui uma função rasa e derivada. Rasa, pois seria apenas uma modalidade, entre várias outras, dos eventos que podem suceder uma língua que, em sua essência, pode permanecer sempre não influenciada pela escrita. Nessa lógica, a linguagem tem originalmente uma tradição oral que é independente da escrita. Derivativa, ou representativa, porque seria a representação imediata, natural e direta do significado falado. Ao relacionar as duas características, a linguagem representa os símbolos da experiência mental e a escrita representa os símbolos da linguagem. Para Saussure, a escrita existe exclusivamente para o propósito de representar a linguagem (DERRIDA, 1998, p. 30).

Para Saussure, segundo Çalkivik, não há uma relação necessária entre um nome e o conceito que ele nomeia. Em vez disso, sua associação ocorre pelo uso comum dos indivíduos. É através do processo de nomear um objeto que ele é constituído como distinto de outros objetos, permitindo que os falantes o vejam. Assim, Saussure era crítico à ideia de que a realidade é dada ao sujeito, que a consciência tem acesso direto a ele. De modo geral, observa-se que a perspectiva estruturalista saussuriana compreende a linguagem como sendo um sistema de diferenças, em que a linguagem não é um mecanismo utilizado por um sujeito preexistente ou uma restrição imposta ao sujeito, mas é, na verdade, o meio através do qual a identidade social do sujeito é possível. Ou seja, a linguagem é utilizada como mecanismo de comunicação e, ao mesmo tempo, como o meio que torna possível a construção de subjetividades (ÇALKIVIK, 2020, p. 6-7).

Um evento foi determinante para essa mudança de pensamento estruturalista: a virada linguística, entre o final da década de 1960 e começo da década de 1970, principalmente após a publicação do livro *“The Linguistic Turn. Essays in Philosophical Method”* por Richard Rorty, em 1967. Segundo Campbell (2013), a virada linguística da filosofia anglo-americana foi um afastamento da ideia estruturalista saussuriana, de que a linguagem é um meio transparente através do qual o mundo pode ser compreendido, em direção a uma nova compreensão da relação entre linguagem e realidade, em que a linguagem passa a ser entendida como embutida na prática social e inseparável do mundo. Essa nova concepção, proveniente da

virada linguística, contribuiu para uma reavaliação da produção científica nas Ciências Sociais, que questionam o valor de "fatos" e o significado da "objetividade" para a investigação social. O desenvolvimento da ciência da complexidade estende, de maneira crítica, o desafio às suposições do "senso comum" sobre o que conta como ciência e como a mesma deve ser conduzida, e vincula o entendimento contemporâneo da ciência ao pós-estruturalismo (CAMPBELL, 2013, p. 228).

Ademais, a virada linguística também representa uma “quebra” nas ideias dominantes de desenvolver as Ciências Sociais com base em ideias e conceitos universais, embasadas em fatos. Neste contexto, afirma Çalkivik (2020, p. 7), o pós-estruturalismo abraça a concepção estruturalista de que a linguagem é um meio em que as subjetividades dos indivíduos são constituídas. Contudo, rejeita as pretensões científicas, de totalidade e universalidade do estruturalismo e sua tendência simultânea de reduzir a heterogeneidade e a diferença aos efeitos de uma estrutura constante. Em contrapartida, o pós-estruturalismo sugere que nem as estruturas sociais e nem o contexto social em si, são externos ou independentes ao domínio discursivo (ÇALKIVIK, 2020, p. 7).

Mais especificamente, como exposto por Shapiro (1989), o pós-estruturalismo enfatiza o “discurso” em suas análises, ao invés de linguagem, porque o conceito de discurso implica uma preocupação com as práticas produtoras de significado e valor na linguagem ao invés do relacionamento entre enunciados e seus referentes, como no estruturalismo. Uma abordagem discursiva compreende a linguagem como mecanismo opaco e reconhece uma análise mais abrangente, que incorpora tanto as práticas linguísticas quanto os vários fenômenos imbuídos nessas práticas, como os fenômenos de ordem política, econômica, social e, até mesmo, biológica. Essa análise pode ser primariamente estrutural (com foco na gramática, retórica e mecanismos narrativos responsáveis por delimitar os fenômenos tratados como referentes das afirmações nas várias disciplinas) ou de maneira mais histórica (foco na análise de como vários fenômenos conseguiram ser incorporados pela linguagem) (SHAPIRO, 1989, p. 14).

Shapiro (1989, p. 14) afirma que o pós-estruturalismo compreende a linguagem como opaca ao invés de transparente, pois a primeira concepção denota uma ideia de que a análise torna-se linguisticamente reflexiva e serve para superar a ilusão que a linguagem é um instrumento de comunicação transparente, que serve apenas para manifestar as ideias e símbolos construídos no campo da mente. Nessa lógica, o sujeito não só é capaz de produzir significado através da linguagem, como também é afetado pela significação que ele produz sem passar por uma esfera que não é “dele mesmo”, ou seja, o mundo externo.

Ao contrário da concepção estruturalista saussuriana, de que a linguagem apresenta-se em uma posição superior à escrita, o pós-estruturalismo não apresenta esta distinção, visto que reconhece o texto - como proposto por Derrida - não apenas como a manifestação escrita das ideias e da linguagem, mas apresenta a ideia de que o mundo social é constituído como um texto, em que o acesso à “realidade” só pode ser apreendido através de práticas interpretativas (ÇALKIVIK, 2017, p. 7). Conseqüentemente, assim como um texto, o pós-estruturalismo reconhece que o mundo social pode ser lido e interpretado de diversas formas, que variam de acordo com o contexto social e histórico do indivíduo ou sociedade.

Shapiro (1989, p. 11) aprofunda esta concepção do mundo social como um texto, ao apresentar a lógica dos pré-textos. Para o autor, a realidade social emerge das diversas concepções - leituras - sobre o mundo, as investigações de como o mundo é compreendido requer questionamentos sobre os vários pré-textos de compreensão, ou seja, é necessário compreender os vários roteiros (*scripts*) construtores de realidade adquiridos ou herdados dos diversos contextos culturais, históricos e linguísticos que permeiam esses indivíduos e sociedades. Os pré-textos fundamentam nossa forma de compreensão da realidade social de forma tamanha, ao ponto de tornarem-se institucionalizados e se refletem nas diversas práticas da linguagem produzidas historicamente, como na gramática, retórica e estruturas de narrativa (Ibidem, 1989, p. 11).

Determinados pré-textos possuem a capacidade de caracterizar certos aspectos da realidade social como “naturais” e “não problemáticos”. Contudo, inclusive essas compreensões “estáticas” foram impostas, visto que, para Shapiro, o mundo social não pode ser separado das práticas interpretativas que o constrói. Dessa forma, para compreender o mundo como um texto, é necessário compreender como os roteiros deste mundo foram construídos, para revelar como ele tem sido interposto com roteiros históricos específicos que governam as interpretações em que esse mundo emergiu (SHAPIRO, 1989, p. 11-14). Em outras palavras, antes de adotarmos uma leitura específica para observar e compreender determinado mundo⁵, Shapiro sugere que adotemos uma compreensão mais profunda sobre as estruturas linguísticas e textuais que o constituem.

⁵ O pós-estruturalismo compreende que a realidade social é constituída por diversos mundos coexistentes. Essa compreensão passa a ser amplamente adotada pelos teóricos e pesquisadores dessa corrente de pensamento após a publicação do livro “*One World, Many Worlds*”, de R.B.J. Walker, em 1988. Para Walker, não existe uma compreensão universal da humanidade, visto que o nosso mundo (no singular, planeta), é constituído por diversos mundos de entendimentos, aspirações e conhecimentos. Nesse sentido, o campo de conhecimento das Relações Internacionais, por exemplo, é caracterizado como um mundo em específico.

Assim como o pós-estruturalismo apresenta uma postura crítica para a aceitação de termos, conceitos e formas de pensamento pré-definidas, ele também é crítico à definição do sujeito, da subjetividade. De acordo com uma forma de pensamento tradicional, o sujeito é compreendido como uma formação universal, todos os indivíduos podem ser compreendidos e tratados da mesma forma. Contudo, o pós-estruturalismo compreende que essa forma de subjetividade nos foi imposta e não é válida. Como afirma Foucault (2009, p. 239), “temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos”.

Segundo Foucault (2009, p. 231-232), apesar de haver uma compreensão geral de que o foco de seus trabalhos era analisar o poder, na verdade seu intuito sempre foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. Assim, o sujeito representa o tema geral de suas pesquisas, não o poder. Para ele, ao longo de seus trabalhos, ele lidou com três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos: (1) o modo da investigação, que tenta alcançar o estatuto de ciência, por exemplo, a objetivação do sujeito do discurso na gramática, na filosofia, na linguística e, até mesmo, na história natural ou na biologia; (2) a objetivação do sujeito nas práticas de divisão e diferenciação, ou seja, o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva. Exemplo: o louco e o são, o doente e o sadio, os bons e os maus, etc; (3) como o ser humano passa a identificar-se como sujeito. Por exemplo, como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de “sexualidade” (Ibidem, 2009, p. 231-232).

Campbell (2013, p. 233) ao analisar essa compreensão de Foucault sobre a construção do sujeito, afirma que, para Foucault, o indivíduo moderno é uma conquista histórica, ou seja, é inconcebível a noção de que exista um ser humano que tenha sido a base imutável de toda a história, em quem o poder tenha operado o tempo todo. Pelo contrário, o ser humano individual é um efeito das diferentes operações de poder existentes em nossa sociedade. Da mesma forma, não há "natureza humana" compartilhada por todos os membros da espécie, visto que a natureza dos indivíduos e sua humanidade são construídas por certas estruturas de poder. Essa compreensão apresenta um questionamento das fundações que constituem o sujeito humano historicamente, um questionamento sobre como as identidades foram constituídas ao longo do tempo e em diferentes contextos sociais e geográficos, com base em dualismos, como mulheres/homens, civilizados/não civilizados, loucos/sãos, domésticos/estrangeiros, racionais/irracionais e assim por diante (Ibidem, 2013, p. 233)

A principal influência no pós-estruturalismo dessa crítica aos dualismos provém da obra “*Of Grammatology*” de Jacques Derrida. Apesar de Derrida apresentar a distinção de

interno/externo aplicado à relação linguagem/escrita, essa conceituação do autor é de extrema relevância para o pós-estruturalismo de modo geral. Segundo Derrida (1998, p. 27-44), o nascimento da Linguística como campo científico necessitava de limitações claras, era necessário criar fronteiras fortes e resistentes. Nessa lógica, o campo científico da Linguística é constituído em uma noção de interno/externo, em que a linguagem aparece no lado interno e a escrita no lado externo. Ou seja, uma relação hierárquica, em que um termo (linguagem) aparece como superior a outro (escrita).

Contudo, Derrida é crítico à essa concepção de “delimitação de fronteiras” da Linguística, visto que essa lógica é fundamentada, principalmente, na noção de exclusão da exterioridade, com o intuito de impedir a entrada, interações e influências do exterior (escrita) para o interior (linguagem). Assim, Derrida não só acredita que a linguagem e a escrita não podem ser separadas, como a influência de uma sobre a outra representa benefícios para ambas. Acrescenta ainda que mesmo se houvesse uma delimitação clara, ainda assim, haveria a possibilidade do interior se auto-prejudicar, sem a necessidade de influências externas (DERRIDA, 1998, p. 27-44).

Derrida então propõe a técnica da desconstrução. A desconstrução tenta mostrar que tais oposições (como no caso mencionado, interno/externo) são insustentáveis, pois apesar de haver a valorização de um termo sobre o outro, ambos os termos, em sua essência, são co-dependentes. De fato, o termo valorizado ganha seu privilégio apenas ao negar sua dependência do termo subordinado. De uma perspectiva pós-estruturalista, a oposição aparentemente clara entre dois termos não é clara e nem opositiva. Derrida frequentemente caracteriza essa relação como “contaminação”, já que cada termo está estruturalmente relacionado e já abriga o outro, uma influência mais profunda. Nenhum dos termos é puro, igual a si mesmo, completo em si mesmo ou completamente isolado do outro, embora essa noção seja frequentemente defendida (DEVETAK, 2005, p. 168-169).

Dessa forma, a desconstrução preocupa-se particularmente em localizar os elementos de instabilidade que ameaçam inerentemente qualquer totalidade, social ou conceitual. No entanto, mesmo durante o processo de exposição das instabilidades, a desconstrução ainda deve ser responsável por estabilizações (ou efeitos de estabilidade). Em resumo, a desconstrução busca compreender a constituição de qualquer totalidade, seja um texto, teoria, discurso, estrutura ou instituição, para assim, adotar uma desconstituição (DEVETAK, 2005, p. 168-169).

Segundo Shapiro (1989, p. 14-15), o conhecimento do mundo social é constituído em práticas de exclusão, visto que certas perspectivas e formas de ver o mundo são excluídas e

esquecidas para que outras formas possam ascender. Nesse sentido, a desconstrução pode ser utilizada para revelar o esquecimento (ou a aceitação) dessas práticas de exclusão da ordem social, que foram responsáveis por institucionalizar um conjunto específico de significados, enquanto que marginalizou diversas outras formas de compreensão. Contudo, esse esquecimento não acontece no campo psicológico, mas sim no textual.

Assim, para uma melhor compreensão desse esquecimento textual, Shapiro sugere que a análise desconstrutiva deve expandir a análise de modo a reconhecer que a linguagem em questão é também uma estrutura de interposição. Uma vez reconhecida a estrutura de interposição da linguagem, torna-se possível questionar a textualidade do discurso do investigador, para tornar visível tudo que seja complacente a um sistema de poder e autoridade e assim conseguir desafiá-lo (SHAPIRO, 1989, p. 14-15).

Ao adotar um posicionamento crítico à concepção dominante de que as identidades e subjetividades são constituídas com base em dualismos, os pensadores pós-estruturalistas enfatizam a importância de estudar as práticas culturais através das quais as inclusões e exclusões que dão significado aos pares binários são estabelecidas. Dessa forma, os pensadores pós-estruturalistas são contrários à tendência de tomar qualquer identidade - individual ou coletiva - como dada e não problemática, visto que eles reconhecem que toda identidade é culturalmente construída através de uma série de exclusões. Neste contexto, todos os eventos, problemas e atores, que ascenderam ao nível de serem reconhecidos na história, só o conseguiram através da marginalização e exclusão de outras identidades e histórias (CAMPBELL, 2013, p. 234).

Outra questão de extrema relevância para o pós-estruturalismo, se não a mais importante, é a relação entre conhecimento e poder. Como já mencionado, apesar de Foucault afirmar que seu principal objeto de pesquisa ser a construção da subjetividade do ser humano, o autor constantemente trabalhou com a lógica do poder em seus trabalhos. Para Foucault (1998, p. 451), sua preocupação nunca foi conceitualizar o que é o poder ou definir uma teoria sobre o poder, mas sim analisar as diferentes relações de poder que existem nos mais diversos níveis e espaços da nossa sociedade - como no ambiente familiar, dentro de uma instituição ou entre uma classe dominante e uma classe dominada, por exemplo.

Ao estudar essas relações de poder, Foucault procura compreender como a reflexividade do sujeito e o discurso da verdade estão ligados - "Como o sujeito pode dizer a verdade sobre si mesmo". Assim, Foucault está longe de ser um teórico do poder. No limite, ele diria que o poder, como uma pergunta autônoma, não lhe interessa. Na verdade, ele prefere adotar um foco

na história, em um dado momento, do modo como a reflexividade do “eu” sobre o próprio se estabelece e o discurso da verdade a ele ligado (FOUCAULT, 1998, p. 451-452).

Comumente, as pessoas dizem que “conhecimento é poder”, ou vice-versa, mas segundo Foucault, os dois termos não são sinônimos, mas sim são termos distintos que encontram-se inseridos em uma relação de dependência (FOUCAULT, 1998, p. 455). Essa concepção de Foucault é contrária à dos relatos científicos sociais ortodoxos, que defendem que qualquer estudo acadêmico exige a suspensão de valores, interesses e relações de poder na busca de um conhecimento objetivo, não contaminado por influências externas e baseado na razão pura. Foucault então passa a problematizar essa definição, pois, para ele, a produção de conhecimento é influenciada por questões normativas, sociais e políticas. Dessa forma, poder e conhecimento são mutuamente favoráveis; eles implicam diretamente um ao outro. A tarefa, portanto, é ver como as operações de poder se encaixam nas matrizes sociais e políticas mais amplas do mundo moderno (FOUCAULT, 1977, *apud* DEVETAK, 2005, p. 162).

Ao relacionarmos essa compreensão de conhecimento/poder com a lógica das práticas de exclusão, apresentada por Shapiro, conseguimos adotar uma postura crítica sobre as formas dominantes de produção de conhecimento, nos mais diversos campos de pesquisa, inclusive em Relações Internacionais. Como exposto por George (1994, p. 192), os chamados “grandes textos” de um campo não são nada mais do que apenas textos, de modo que podem ser lidos e interpretados das mais diversas formas. Assim, esses textos que são aceitos como fundamentais ou dominantes em um campo de conhecimento, não possuem essa representação em sua essência, mas estão, na verdade, vinculados à forma dominante de conhecimento e poder (sócio-históricos).

Dado o exposto, é possível afirmar que a corrente de pensamento pós-estruturalista, fundamentada principalmente em preceitos dos campos da Linguística e Filosofia, compreende que a forma de produção de conhecimento científico dominante nas Ciências Sociais e humanas é falha, visto que a busca por generalizações e conceitualizações puras e estáticas, como tem sido feito nas ciências naturais, não é válida para as ciências da humanidade. Dessa forma, essa concepção crítica do pós-estruturalismo não é exclusiva da Filosofia ou Linguística, ao ponto de ter influenciado diversas outras disciplinas da humanidade, entre elas, as Relações Internacionais. O tópico a seguir busca expor como o pós-estruturalismo encontrou seu caminho até as RI e como todos esses conceitos e noções pós-estruturalistas são compreendidos na disciplina.

1.2. O pós-estruturalismo em RI: textualizando a política global

Apesar da ascensão do pós-estruturalismo nos campos da Filosofia e Linguística ter ocorrido na década de 1960, essa corrente de pensamento encontra seu caminho para as Relações Internacionais, apenas na década de 1980, durante o chamado terceiro debate⁶.

Segundo Smith (1996), o modo de pensar e produzir conhecimento com base no positivismo, dominou a disciplina de RI da década de 1950 até os anos 90. Uma das principais características do positivismo é seu compromisso com uma visão unificada da ciência e a adoção de metodologias das ciências naturais para explicar o mundo social. Problematicamente, ao longo das décadas, observa-se uma tendência na disciplina em aceitar implicitamente um conjunto bastante simples e incontestável de suposições positivistas que sufocaram fundamentalmente o debate sobre como é o mundo e como podemos explicá-lo. Foi o domínio do positivismo que foi responsável pelo caráter e, mais importante, pelo conteúdo dos grandes debates teóricos da disciplina (SMITH, 1996, p. 11).

O caracterizado "terceiro debate" tem início nos anos 1980 e está fortemente ligado, histórico e intelectualmente, à confluência de diversas tendências filosóficas e sociológicas anti-positivistas. Segundo Lapid (1989, p. 238-239), encontramos no terceiro debate um reconhecimento compartilhado de que ele marca um fim claro do consenso epistemológico positivista que dificilmente foi abalado ao longo dos outros debates. Enquanto o segundo debate estava preocupado com discussões sobre a metodologia estritamente definida, espera-se que o terceiro debate questione e discuta ideias sobre a natureza e a progressão do conhecimento no campo das RI. Smith (1996, p. 11) acrescenta que, ao contrário dos outros dois debates, uma preocupação com a epistemologia apenas entra em voga com o terceiro debate.

De um dos lados do debate, encontram-se as abordagens positivistas⁷, que defendem uma teorização das RI de maneira generalizante e universalista, com preceitos das ciências naturais, como exposto por Smith. Aqui, as principais abordagens são o realismo, neorealismo

⁶ É válido destacar que não há uma compreensão geral sobre as delimitações precisas dos grandes debates teóricos no campo das RI. Autores e estudiosos que seguem uma agenda positivista, tendem a definir quatro grandes debates, de modo que mantém a definição dos dois primeiros. Contudo, o terceiro debate, para eles, diz respeito ao debate entre neorealismo e neoliberalismo, enquanto que o debate entre positivistas e pós-positivistas é caracterizado como sendo o quarto debate. Já para aqueles que seguem uma agenda pós-positivista, se passaram apenas três grandes debates, visto que há uma tendência de não reconhecer o debate entre neorealismo e neoliberalismo como um debate em questão. Como afirma Smith (1996, p. 11), ambas as abordagens são positivistas, então defendem ideais epistemológicos muito semelhantes, de modo que esse chamado debate é raso demais para ser configurado dessa forma.

⁷ Também definidas como teorias tradicionais, teorias de resolução de problemas e teorias racionalistas. Variando de acordo com o autor em questão.

e o neoliberalismo institucional. Em contrapartida, o pós-positivismo⁸ não representa um conjunto unificado de abordagens, mas sim um conjunto diverso de abordagens críticas⁹ remotamente relacionadas. Entre as abordagens pós-positivistas, estão: algumas vertentes do construtivismo, pós-colonialismos, feminismos, pós-modernismo e pós-estruturalismo.

Dessa maneira, durante o terceiro debate, o pós-positivismo apresentou uma diversidade de posturas e posicionamentos completamente distintos dos que dominavam o campo de RI, como: (1) a oposição à concepção positivista de que a produção de conhecimento científico das Ciências Sociais deveria seguir preceitos das ciências naturais. Dessa forma, o pós-positivismo é contrário às generalizações e busca de um conhecimento universalista e estático. De maneira ainda mais significativa, compreendem que toda teoria, por si só, já faz parte do mundo social e, por isso, não podem ser tratadas como entidades independentes; (2) uma parte significativa dos pós-positivistas compreendem que significado e compreensão não são intrínsecos ao mundo, mas, pelo contrário, são continuamente construídos, defendidos e desafiados. Ou seja, a concepção de que o mundo é socialmente construído; (3) a inclusão do pesquisador, como indivíduo humano, no centro do complexo ético-intelectual conhecido como ciência. Ou seja, uma aceitação de que não é possível haver a separação entre sujeito e objeto, um tem influência sobre o outro (LAPID, 1989, p. 239-240).

Lapid (1989, p. 240-243) prossegue: (4) com o intuito de não se tornar um “prisioneiro de suposições não declaradas”, o pós-positivismo defende uma necessidade dos teóricos em se tornarem mais sensíveis e conscientes sobre a perspectiva que dá origem à teorização. Como resultado, essa lógica impactou o campo como um todo, ao ponto de que editores e teóricos no campo, de posturas teóricas completamente distintas, estarem mais dispostos a admitir que os leitores têm “direito” a uma exposição dos pressupostos implícitos nas análises teóricas; (5) ao contrário dos debates anteriores, os pós-positivistas não buscam oferecer uma abordagem teórica que sirva como o único tipo válido de produção de conhecimento científico, mas reconhecem uma imagem polimórfica da ciência, em que tanto as abordagens positivistas, quanto as pós-positivistas existam paralelamente.

⁸ Assim como no caso das abordagens positivistas, as abordagens pós-positivistas também recebem diferentes nomenclaturas. Smith (1996) as caracteriza como abordagens críticas, enquanto que Keohane (1988) as define como reflexivistas. Keohane as define dessa forma, pois, para ele, essas abordagens rejeitam os preceitos positivistas e adotam, em vez disso, a reflexividade e a explicação política e social com o reconhecimento de uma ciência não-neutra.

⁹ O termo “teorias críticas”, escrito em letras minúsculas e no plural, remete-se à este conjunto de abordagens que opõem-se às concepções positivistas nas RI. Por sua vez, “Teoria Crítica”, com letras maiúsculas e no singular, diz respeito à uma abordagem crítica associada à um corpo teórico distinto, conhecido como Escola de Frankfurt.

O pós-estruturalismo em RI¹⁰ adota boa parte das premissas pós-estruturalistas da Filosofia e Linguística, expostas no tópico anterior, como: a oposição ao uso de termos pré-definidos, como estáticos, concretos e universalistas; a concepção do mundo social como um texto, aberto a diversas leituras e interpretações; a relevância dos discursos, como força construtora de conceitos, significados e subjetividades; a relação interno/externo; e a desconstrução de “termos-chaves” e “grandes textos” das RI.

Um dos principais textos pós-estruturalistas em RI que abordou a concepção do mundo social como um texto - ou com um conjunto de relações intertextuais - foi o livro *“International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics”* de James Der Derian e Michael Shapiro, de 1989. De acordo com os autores, uma das principais relevâncias do pós-estruturalismo em RI é a interpretação de que o sujeito das relações internacionais¹¹ é constituído por e através dos discursos da política mundial. Para os autores, o mundo pós-moderno está vivenciando mudanças nas relações internacionais, intertextuais e inter-humanas, de modo que a realidade objetiva tem sido substituída pela textualidade; modos de produção têm sido suplantados por modos de informação; o imperialismo deu caminho para o Império dos Signos (DER DERIAN; SHAPIRO, 1989, IX-X).

Como exposto por Burke (2008, p. 364-368), o pós-estruturalismo faz uso dos importantes termos das RI, contudo com um viés crítico, com o intuito de compreender como foram constituídos, desconstruí-los, apresentar suas fraquezas e instabilidades. Nesse contexto, em seu texto, Burke apresenta críticas pós-estruturalistas a concepções como: soberania, anarquia, agência, segurança, violência e a própria concepção do indivíduo humano na política internacional. De modo semelhante, Devetak (2005, p. 170-181) expõe como o pós-estruturalismo compreende termos como: violência, fronteiras, identidade e estadismo. George (1994, p. 199-212) acrescenta ainda: diplomacia, política externa e estratégia.

Entre todos esses termos, dois deles recebem uma atenção particular do pós-estruturalismo, o Estado e as fronteiras. Ao que diz respeito às fronteiras, o pós-estruturalismo faz uso da concepção de interno/externo, apresentada por Derrida, em que um termo (neste contexto, um espaço) apresenta-se como superior ao outro e livre das influências e interferências do “outro” inferior. Dessa forma, segundo Devetak (2005, p. 175), o pós-

¹⁰ Mesmo após uma entrada tardia do pós-estruturalismo no campo das RI, ainda assim é possível mencionar diversos autores que são proeminentes no uso dessa abordagem e/ou de metodologias oferecidas por essa abordagem, como: James der Derian, Jim George, Richard Devetak, Anthony Burke, Michael J. Shapiro, David Campbell, Roland Bleiker, Richard Ashley e outros

¹¹ Aqui, relações internacionais, em letras minúsculas, diz respeito às relações propriamente ditas entre os diferentes atores do Sistema Internacional. Relações Internacionais, em letras maiúsculas, é o termo utilizado para designar a disciplina em si.

estruturalismo compreende que o mundo não é naturalmente dividido em espaços políticos diferenciados e nem existe uma única autoridade para esculpir o mundo. Dessa maneira, falar sobre fronteiras, sob uma perspectiva pós-estruturalista, requer uma investigação sobre a (re) constituição do Estado e uma investigação sobre as maneiras pelas quais o espaço político global é dividido. Assim, essa forma de compreensão entende que o Estado soberano como sendo o modo predominante de subjetividade política nas relações internacionais não é natural e nem necessário (Ibidem, 2005, p. 175).

Delimitar fronteiras não é um ato pré-político e inocente, pois é um ato fundamental para a produção e delimitação do espaço político mundial. Não há espaço político antes da inscrição na fronteira. As fronteiras, em uma perspectiva neorrealista, funcionam no mundo moderno para dividir um espaço soberano interior e domesticado de um espaço exterior, pluralista, anárquico e não-domesticado. É nesse sentido que a inscrição na fronteira é um momento definidor do Estado soberano. De fato, nem a soberania nem a anarquia seriam possíveis sem a inscrição de um limite para dividir o espaço político. Sob uma perspectiva pós-estruturalista - e complementar à concepção de Foucault - a delimitação de fronteiras no mundo social ocorre em todos os níveis da vida humana, através da marcação de limites físicos, simbólicos e ideológicos (DEVETAK, 2005, p. 175-176).

Pelo fato do pós-estruturalismo compreender que as teorias, concepções e categorias utilizadas no processo de escrita e pesquisa serem resultados da criação humana, também reconhece que são frutos de um determinado período de tempo, espaço e de um esquema de poder que influenciam e limitam o conhecimento. Dessa maneira, o pós-estruturalismo apresenta críticas e problematizações à premissa positivista de que o Estado possui um status ontológico, ou seja, algo tido como natural e com características inerentes.

À vista disso, segundo Walker (1993, p. 66-67), a própria concepção de soberania do Estado requer uma lógica de exclusão absoluta daquele caracterizado como “outro”, de modo que nega a aplicabilidade dos princípios éticos àqueles localizados além das fronteiras. Neste sentido, ocorre a construção de identidades em concepções binárias, como eu/outro, cidadão/estrangeiro e identidade/diferença. Conseqüentemente, para o autor, na concepção positivista de ontologia estatal, as oposições são construídas principalmente a partir do componente espacial que acompanha a definição de Estado (Ibidem, 1993, p. 66-67).

Nesse sentido, em sua obra “*Inside/Outside: International Relations as Political Theory*”, Walker propõe-se a problematizar as concepções positivistas de ontologia estatal, de modo a apresentar críticas à forma como as teorias positivistas a compreendem. Para o autor, embora o Estado tenha sido a categoria central de quase todas as teorias no campo das RI, as

especificações do caráter e das práticas dos Estados permanecem especialmente enigmáticas neste contexto. Assim, as teorias positivistas tendem a explicar o Estado utilizando-se de caricaturas rasas, como da bola de bilhar ou da caixa preta, de modo que em ambas, os Estados operam dentro de sistemas mecânicos deterministas e simplistas (WALKER, 1993, p. 125).

Walker não é crítico apenas às noções clássicas de fronteiras geográficas e espaciais, como também é crítico às fronteiras acadêmicas. Dessa forma, ao compreender que os Estados são como bolas de bilhar que agem da mesma forma em um sistema pré-definido, há uma solidificação do que se entende como o que é referente às teorias políticas (ou seja, as propriedades internas do Estado) e o que deve ser explicado pelas teorias políticas internacionais (a atuação do Estado no Sistema Internacional). Assim, para ele, ao separar os espaços entre o que é propriedade da Ciência Política e o que é das RI, resulta em relatos do Estado dentro de categorias espaciais específicas, categorias que são, em princípio, incapazes de apoiar uma análise plausível das transformações históricas enfrentadas pelos Estados (WALKER, 1993, p. 125-126).

Segundo o autor, vivemos em uma era de acelerações temporais e de transformações estruturais históricas. Como consequência, há diversas tentativas - advindas tanto dos acadêmicos de RI, quanto dos tomadores de decisão dos Estados - em construir novas fronteiras e fortalecer aquelas já existentes, seja a nível geográfico, ideológico ou subjetivo. Essas tentativas têm como principal objetivo garantir a segurança do Estado através de um viés positivista, ou seja, assegurar aquilo que é interno e que deve ser assegurado e protegido e o que é externo, que deve ser evitado e combatido. À vista disso, Walker busca interrogar os pressupostos, reificações e estratégias textuais das teorias positivistas de RI, não porque ele tem como objetivo apresentar uma melhor teoria explicativa para as RI, mas sim porque ele visa problematizar os horizontes teóricos e práticos que são tomados como garantidos e naturais pelos acadêmicos (WALKER, 1993, p. 159).

Para o (neo) realismo, o Estado representa uma entidade pré-definida e estática, sendo a principal unidade de análise das RI. De modo contrário, o pós-estruturalismo adota uma postura crítica de questionamento de como o Estado passou a ser compreendido como um ator racional, unitário e como sendo o ator mais importante na política mundial. Assim, há uma preocupação com as práticas de Estado que faziam com que o Estado e sua importância parecessem naturais e necessárias. Consequentemente, apesar de muitos teóricos positivistas afirmarem que o pós-estruturalismo não faz um uso devido da figura do Estado, em muitos aspectos, o pós-estruturalismo presta mais atenção ao Estado do que o realismo, porque em vez de apenas utilizar o Estado como ponto de partida para suas análises, os pós-estruturalistas se

preocupam com a produção histórica e conceitual do Estado, sua formação política, constituição econômica e exclusões sociais (CAMPBELL, 2013, p. 226).

Ao que tange a figura do Estado soberano, Devetak (1995, p. 43) afirma que o pós-estruturalismo não busca definir um sujeito soberano alternativo e autêntico para substituir o Estado na política internacional, mas sim resistir a tentação que considera que tal sujeito pode ser identificado ou encontrado tanto para propósitos éticos quanto políticos, ou seja, a tarefa é questionar o conceito de Estado soberano em si - como exposto por Campbell, anteriormente. Nessa lógica, nenhum sujeito pode ser privilegiado como sendo eticamente ou politicamente soberano, principalmente, o Estado. A ideia aqui é abandonar um nível totalizante de subjetividade (Ibidem, 1995, p. 43).

Ao fazer uso das concepções e modos de compreensão da realidade pós-estruturalista da Filosofia e Linguística, o pós-estruturalismo em RI oferece um inventário direto de realizações ou contribuições para o campo como um todo. Além das contribuições já expostas, Ashley (1996, p. 245-246) acrescenta: (I) novas formas de pensar as questões de agência, poder e resistência; (II) novas formas de pensar as relações de tempo e espaço, ritmo e lugar, limites e transgressões; (III) a inserção de diferentes interpretações sobre as relações entre partes e todos, localidades e totalidades, individualização e institucionalização social; (IV) a importância e possibilidade de levar a sério as múltiplas vozes subalternas da vida política moderna; (V) a introdução de movimentos marginais nos estudos da política internacional; (VI) a implicação de constructos de raça, gênero, etnia, natividade, exílio, necessidades e direitos nas práticas estatais; (VII) demonstrações das possibilidades de modos de pesquisa transdisciplinares, ao ponto de colocar em questão o próprio efeito das fronteiras disciplinares; (VIII) a exemplificação de posturas teóricas mais sensíveis às suas imbricações em localidades de lutas políticas reais, mais orientadas para as tarefas de ouvir e retransmitir localidades.

Dado o exposto, é possível visualizar que o pós-estruturalismo não representa uma corrente teórica que busca apresentar mecanismos e fórmulas para explicar a realidade social, com conceitos dados e pré-definidos. Ademais, observa-se ainda que pelo fato de não buscar se estruturar como uma corrente teórica para ser utilizada em uma disciplina específica, o pós-estruturalismo acaba por manifestar-se como um conjunto de reflexões críticas com um caráter transdisciplinar e interdisciplinar¹². Dessa forma, ao transcender as fronteiras disciplinares, o

¹² “Transdisciplinar” significa aquilo que está ao mesmo tempo, entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de todas as disciplinas. Por sua vez, “interdisciplinar” diz respeito à transferência de métodos, epistemologias e concepções de uma disciplina para outra (NICOLESCU, 1997). Assim, o pós-estruturalismo apresenta-se como transdisciplinar pois representa um conjunto de entendimentos do período pós-moderno com um foco nas estruturas de poder e conhecimento, assim, essa forma de entendimento pode ser utilizada por qualquer

pós-estruturalismo encontrou seu caminho para as RI e tem sido utilizado para os mais diversos propósitos explicativos e críticos da política mundial.

Dessa maneira, esta postura crítica e interdisciplinar do pós-estruturalismo acabou por influenciar o surgimento de outras perspectivas críticas, que passam a levar em consideração outras visões de mundo, que fogem da lógica dominante, este é o caso, por exemplo, da Teoria Queer, uma corrente de pensamento fortemente influenciada pelo pós-estruturalismo, principalmente por Foucault e Butler e que será o foco da próxima seção.

1.3. Da compreensão da homossexualidade à teorização queer em RI

Antes de começar a falar sobre a Teoria Queer em Relações Internacionais, é necessário fazer uma breve exposição de como questões sobre identidade de gênero e orientação sexual encontraram seu caminho para dentro dos debates acadêmicos e científicos de modo geral. A seguir, será feita a exposição de como os Estudos Queer influenciaram a academia de modo geral, ao ponto de haver o surgimento de uma abordagem teórica crítica que, com o tempo, foi incorporada nas RI.

De antemão, é importante conceitualizar este termo que dá nome à teoria aqui destacada, o “queer”. Inicialmente, o termo “queer” era utilizado por países anglófonos como um adjetivo para designar aquilo que é estranho, fora do comum ou inesperado. Com o tempo, o termo passou a ser usado por pessoas cis e hétero como um termo ofensivo e pejorativo para com pessoas LGBT+¹³. Todavia, indivíduos LGBT+ reivindicaram o termo, com o intuito de ressignificá-lo. Hoje em dia, queer pode ser caracterizado como um termo guarda-chuva para definir qualquer indivíduo que não siga a lógica dominante sobre a compreensão de gênero e sexualidade, ou seja, queer inclui indivíduos não-cissexuais e/ou não-heterossexuais. Queer pode ser utilizado tanto como identidade individual, quanto como uma noção de pertencimento a um coletivo, já que é uma única palavra que representa todo um conjunto diverso de indivíduos (CAMBRIDGE DICTIONARY, sem data; WEEKS, 2014).

campo do conhecimento. Interdisciplinar no sentido de que seu próprio surgimento é interdisciplinar, visto que podemos vincular o “surgimento” do pós-estruturalismo na Filosofia e Linguística. Dessa forma, é um conjunto de abordagens reflexivas com um diálogo constante entre diversas áreas do conhecimento científico.

¹³ Vale destacar que não há uma sigla universalmente aceita, sendo assim, não há um uso mandatório, variando de acordo com o indivíduo/ movimento social/ país/ região. Recentemente, foi lançada uma versão caracterizada como “LGBTQQICAPF2K+”, sigla utilizada para referenciar todas as identidades de gênero e orientações sexuais que não seguem o padrão cissexual-heterossexual. Incluindo: gays, lésbicas, bissexuais, transsexuais, pessoas queer, assexuais, interssexuais, assexuados, polisssexuais, panssexuais, etc. Engloba também as pessoas que são simpatizantes e apoiam o movimento. Para os devidos fins deste trabalho, optou-se por utilizar-se da versão caracterizada como “LGBT+”, ou seja, lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e travestis e o símbolo “+” caracterizando toda uma imensidão de identidades de gênero e orientações sexuais.

Em seu livro “*Sex, Politics and Society: The regulation of sexuality since 1800*”, originalmente publicado em 1981, Jeffrey Weeks faz uma longa análise histórica sobre a regulação e compreensão da sexualidade na sociedade europeia. Segundo o autor, os debates sobre sexualidade e sexo, de modo geral, estiveram presentes durante todo o século XIX, nos mais diversos setores da sociedade europeia¹⁴. Dessa forma, a maioria dos trabalhos sobre homossexualidade que surgiram até a Primeira Guerra Mundial foram dirigidos, pelo menos formalmente, às profissões médicas e jurídicas. No campo da Medicina - mais especificamente, no campo da Sexologia - , os sexólogos buscavam encontrar fatores biológicos e hormonais que explicassem devidamente a homossexualidade. Essa discussão médica representa, segundo o autor, uma transição das noções cristãs de sexualidades divergentes como pecado, para conceitos de doença física ou mental (Ibidem, 2014, p. 119-129).

De acordo com Weeks (2014, p. 130-133), o termo “homossexualidade” foi inventado em 1860, pelo húngaro Karl-Maria Kertbenny, e só veio a tona para uso mais amplo, embora ainda não popular, a partir da década de 1920. Dessa forma, durante as diversas discussões sobre sexualidade no século XIX, outros termos foram também utilizados, como uranismo (definido por Karl Ulrichs, para muitos, este termo representa o predecessor de “homossexualidade”) e sodomia/sodomita.

Já no campo jurídico, desenvolviam-se debates e discussões sobre a criminalização de determinados atos sexuais neste período, entre eles, ato sexual entre pessoas do mesmo sexo. Weeks menciona uma diversidade de leis e projetos que tentavam criminalizar e punir tais atos. Conseqüentemente, até o começo do século XIX, dezenas de homens foram enforcados acusados do crime de sodomia¹⁵. Contudo, devido as dificuldades de se identificar aqueles que descumprissem tais leis e, principalmente, por haver na história diversos casos de homens ricos e relevantes para a sociedade europeia, que em tese deveriam ser acusados do mesmo crime, as leis, paulatinamente, afrouxaram seu rigor (WEEKS, 2014, p. 123-126).

De forma semelhante, em sua obra “História da sexualidade I: a vontade de saber”, Michel Foucault (1988) analisa, principalmente, a “hipótese repressiva”, ou seja, como as principais sociedades do Ocidente, do século XVII ao XX, reprimiram a sexualidade em suas estruturas sociopolíticas, de diversas formas. O autor categoriza as sociedades em dois grupos

¹⁴ Assim, ao longo do século XIX e começo do século XX, observa-se a ascensão de alguns nomes proeminentes, que foram responsáveis por abrir os caminhos para discussões sobre sexualidade e identidade de gênero nos diferentes campos de pesquisa científica, como: Karl Ulrichs (advogado e escritor), Magnus Hirschfeld (médico e sexólogo), John Addington Symonds (poeta), Havelock Ellis (médico e psicólogo) e Alfred Kinsey (biólogo).

¹⁵ Sodomia é um termo com raízes bíblicas e diz respeito a atos sexuais anais, sem distinção do sexo dos indivíduos envolvidos, mas geralmente é atribuído à relação sexual entre dois homens. Por sua vez, sodomita é aquele que pratica sodomia.

distintos, no que tange os procedimentos de construção da verdade sobre o sexo, a saber: (1) as sociedades que adotaram uma *ars erótica* e (2) as sociedades que adotaram uma *scientia sexualis*.

No primeiro grupo, o qual contempla, segundo Foucault (1988), sociedades como China, Índia, Japão e nações árabes-muçulmanas, a representação sexual ocorre através da arte, de tal maneira que a verdade é uma manifestação do próprio prazer. Nesta perspectiva, não existem leis absolutas sobre o que é permitido ou proibido. No segundo grupo, o autor menciona as nações ocidentais cristãs, de forma que a compreensão do sexo se dá como aquilo que deve ser confessado e regulado. Nesta perspectiva, o sexo passou a ser estudado por diferentes ciências, com o intuito de produzir discursos verdadeiros sobre o sexo, ou seja, entender todas as suas singularidades e definir aquilo que é “permitido” e o que é “proibido” (FOUCAULT, 1988, p. 57-66). Dessa maneira, a concepção de Weeks (2014), acerca dos estudos sobre sexo e sexualidade, nos campos da Medicina e Direito, entram em concordância com a ideia de *scientia sexualis* trabalhada por Foucault (1988).

Weeks (2014, p. 136-138) destaca que durante o século XIX, era comum homens vivenciar certas práticas homoeróticas em suas vidas, mas não utilizavam-se da sexualidade como um fator identitário. Assim, desde a invenção do termo “homossexualidade” em 1860 e o aumento de discussões sobre o tema, diversos indivíduos passaram a identificar-se dessa forma e passaram a viver uma vida totalmente organizada em torno de sua sexualidade. Dessa forma, a partir de 1890 começaram a surgir grupos de amizade e apoio para pessoas homossexuais, assim como começou a se desenvolver uma subcultura específica nas grandes metrópoles (Ibidem, 2014, p. 136-141).

Influenciados pelas conquistas dos movimentos feministas, observa-se ao longo da primeira metade do século XX, o surgimento gradativo de movimentos civis - em que a sua característica distintiva era a sexualidade e identidade de gênero - com o intuito de reivindicar determinados direitos civis e políticos em seus países de origem. A partir da década de 1950, observa-se o surgimento crescente de movimentos LGBTQ+ em diversos países do mundo. Assim, a atuação crescente dessa parcela da população em diferentes setores da sociedade, fez com que estudos sobre sexualidade agora não mais se limitassem ao campo jurídico e médico.

Já na década de 1970, as diferentes disciplinas humanas e sociais passaram a incorporar estudos sobre homossexualidade. De modo mais significativo estão os quatro volumes de “História da Sexualidade” de Michel Foucault. Logo no primeiro volume, de 1976, 'sexualidade' aparece longe de ser um dado biológico e é visto como um aparato histórico, e 'sexo', em vez de ser um produto da natureza, é uma ideia complexa que foi formada dentro da implantação

da sexualidade. Dessa forma, Foucault compreende sexualidade como o resultado de diferentes construções históricas e é crítico à noção de sexualidade como dada naturalmente, como algo que o poder tenta controlar, ou como um domínio obscuro que o conhecimento gradualmente tenta descobrir. Conseqüentemente, sexualidade não pode ser compreendida como uma unidade intrínseca ou com 'leis' próprias (WEEKS, 2014, p. 5-6).

Com o aumento significativo da atuação de movimentos LGBTQ+ ao redor do mundo e após a entrada de estudos sobre sexualidade em diferentes disciplinas humanas e sociais, observa-se assim o nascimento de uma nova abordagem teórica, a Teoria Queer. Segundo Richter-Montpetit (2018, p. 226), o surgimento da Teoria Queer encontra suas raízes tanto na erudição de feministas lésbicas dos anos 1970, como também é associado à "virada pós-estruturalista" do final dos anos 80 e início dos anos 90, principalmente após as publicações de Foucault sobre sexualidade (Ibidem, 2018, p. 226).

Weber (2014, p. 1), de modo mais específico, explica que antes da estruturação como corrente teórica, pautas sobre identidade de gênero e orientação sexual eram estudadas pelo campo acadêmico dos Estudos Queer¹⁶. Os Estudos Queer, ao expor a diversidade de variações de sexualidade e gênero na sociedade, buscam questionar a uniformidade das identidades sexuais e desfazer categorias fixas de identidade como gays, lésbicas e heterossexuais. Essa postura levou a teorizações da sexualidade e do gênero como categorias flexíveis e cada vez mais politizadas. A maior parte dos trabalhos desenvolvidos nesse campo, envolveu pensar sexo, sexualidade e suas performances em escala pessoal, institucional ou nacional (Ibidem, 2014, p. 1).

Thiel (2014, p. 1) explica que o motivo da política da sexualidade e a academia queer ligada a ela terem chegado tão tardiamente na cena teórica, diz respeito, principalmente, ao fato das questões relativas à sexualidade e gênero estarem inicialmente ancorados no domínio privado, e não no público. Portanto, os Estudos Queer e a Teoria Queer evoluíram amplamente na Literatura, Filosofia, departamentos de Sociologia e programas de Estudos Queer, baseados principalmente nos escritos de Foucault e Judith Butler (Ibidem, 2014, p. 1).

Em resposta a incidentes globais contemporâneos, os Estudos Queer transformaram-se amplamente em Estudos Queer Globais (EQG). Nesse aspecto, os EQG produzem explicações significativas sobre o funcionamento global de questões como raça, problemas do transnacionalismo, conflitos entre capital e trabalho global, diáspora e imigração e sobre questões de cidadania, pertencimento nacional e necropolítica. Ademais, os EQG também

¹⁶ Neste trabalho, optou-se pela versão traduzida. Termo original em inglês: *Queer Studies*.

produzem estudos nas áreas de guerra e paz, formação do Estado-nação e Economia Política Internacional. Tais produções regularmente são publicadas em diversas revistas e livros de alto nível, mas não das RI (WEBER, 2014, p. 1-2).

Contudo, mesmo após o surgimento da EQG, a Teoria Queer permaneceu sem fazer incursões substanciais no campo das Relações Internacionais por um bom tempo. De modo que observa-se a publicação de pesquisas explicitamente queer, apenas a partir de meados dos anos 1990, por estudiosos como V. Spike Peterson e Cynthia Weber (RICHTER-MONTPETIT, 2018, p. 226).

Como mencionado, as produções feministas dos anos 70 e 80 influenciaram fortemente o surgimento da Teoria Queer. Assim, ao contrário do que era defendido pelas abordagens positivistas, a pesquisa feminista foi uma das precursoras em introduzir a ideia de posicionalidade na política global, ou seja, como o fato delas serem mulheres influencia na forma que elas enxergam e compreendem a realidade social. Além de mostrar como o gênero é importante, os olhares feministas lançam luz sobre outras invisibilidades, como os traços racistas e coloniais dos acadêmicos de RI (PICQ; THIEL, 2015, p. 7).

Ademais, as pesquisas feministas expandiram os entendimentos convencionais do que constitui o internacional, por exemplo, definindo masculinidade como uma questão de política externa, contestou epistemologias fundamentais de RI, como segurança, e introduziu novas metodologias de pesquisa. Essas perspectivas questionam ainda as estruturas de poder de gênero por trás das decisões do Estado e perguntam como as construções sociais de gênero moldam os princípios e as práticas do direito internacional. Ao adotarem esse posicionamento crítico, elas revelam o viés masculinista do direito internacional e das instituições jurídicas internacionais e revelam as ausências e silêncios resultantes dos padrões androcêntricos e das práticas patriarcais do sistema jurídico (PICQ; THIEL, 2015, p. 7-69).

De fato, uma das principais preocupações das abordagens feministas na política internacional tem sido revelar como a figura do Estado é construída com preceitos masculinos. Dessa maneira, para elas, o Estado está associado ao domínio público do poder político e da tomada de decisões e, como tal, à influência e identidade masculinas. Por outro lado, o corpo, é frequentemente relacionado com características tidas como femininas, como emoções, sexualidade, vulnerabilidade, reprodução e família. Ao apresentarem essa problematização, as feministas procuram expor e desafiar as formas complexas pelas quais a "política corporal" se torna invisível, negada e apagada, tanto a nível interno, quanto a nível externo (SMITH; LEE, 2014, p. 6-7).

Assim, de modo mais específico, é possível mencionar algumas similaridades entre as abordagens feministas e Queer: ambas percebem os conceitos e pesquisas de RI como constitutivos ao invés de causais; compartilham o compromisso de redefinir os fundamentos conceituais de RI, afastando-os das narrativas patriarcais; denunciam as hierarquias baseadas na diferença sexual, bem como a ofuscação de tais desigualdades por práticas patriarcais; buscam problematizar pressupostos teóricos fundados em masculinidades hegemônicas; contestam as reivindicações de conhecimento universal baseadas, principalmente, em concepções de homens privilegiados, e; ambas apresentam a diferença sexual como fundamental para a compreensão da política global (PICQ; THIEL, 2015, p. 7-8).

Segundo Picq e Thiel (2015, p. 3), os estudos de sexualidade e gênero chegaram tarde no campo das RI, mais do que as teorias feministas, pois, inicialmente, destacaram o pensamento pós-estruturalista, que dificilmente era aceito na Ciência Política dominante nos EUA. Essa invisibilidade mudou substancialmente com a crescente relevância dos discursos e atuação de indivíduos e grupos LGBT+ em espaços trans/internacionais (Ibidem, 2015, p. 3).

A Teoria Queer, ao enfatizar a fluidez das sexualidades humanas, busca questionar normas, categorias e status estabelecidos com um foco especial em desafiar categorias sexuais (hetero/homo) e de gênero (masculino/feminino). Contudo, questiona, também, diversos outros binários, como de classe (rico/pobre) e racial (brancos/racializados), além de ordens binárias do Sistema Internacional (liberal-democrático/autoritário pré-moderno). A Teoria Queer não representa uma corrente de pensamento unificado, ao ponto de que constitui qualquer forma de pesquisa que empenha-se em destacar a instabilidade de significados tomados como garantidos e as relações de poder resultantes. Com base em seu foco em identidade de gênero e orientação sexual substantivo e em sua abordagem transgressora em relação ao conhecimento acadêmico convencional, a corrente queer agora está emergindo com mais visibilidade nas RI (THIEL, 2014, p. 1).

Ao questionar os binarismos e categorias aceitas como garantidas, a corrente queer em RI não se limita a explicar sexualidades ou direitos sexuais, mas questiona também as relações de poder estabelecidas de maneira mais geral. Assim como o pós-estruturalismo, a Teoria Queer é crítica à noção míope das teorias tradicionais de RI, que defende uma produção científica com preceitos exclusivos do campo. Dessa forma, utiliza-se de uma epistemologia interdisciplinar, com o intuito de avançar as discussões críticas não só sobre sexualidades, mas também sobre outras categorias ditas como “fixas” (THIEL, 2014, p. 3).

Picq e Thiel (2015, p. 10-11), reconhecem que as reivindicações LGBT+ exigem repensar e transformar a própria teoria de RI, pois essas perspectivas periféricas desafiam contas

generalizadas e normatividades padrão. De modo mais específico, os autores fazem uma relação entre o núcleo (abordagens dominantes) e o não-núcleo (abordagens críticas periféricas). Dessa forma, eles buscam contestar a divisão entre esses espaços. Geralmente, estudos de caso estão localizados no não-núcleo, enquanto que a produção de teoria política está no núcleo. Contudo, eles acreditam que ao pensar e produzir sobre o não-núcleo, já é o suficiente por si só para o surgimento de novas teorias. Em outras palavras, pensar através de uma lente LGBTQ+ significa pensar em um novo lugar disciplinar, pois novos lugares fomentam novas teorias (Ibidem, 2015, p. 10-11).

Assim como o pós-estruturalismo, a Teoria Queer nos oferece questionamentos disciplinares acerca da centralidade do Estado, como: Qual é o papel do Estado na emancipação dos indivíduos LGBTQ+? Os defensores LGBTQ+ devem entrar ou sair do Estado? Por que o Estado é o principal símbolo da modernidade? Como fica evidente nos diversos trabalhos expostos no livro de Picq e Thiel¹⁷, a emancipação pode assumir formas e locais inesperados, não necessariamente através do Estado. A análise da dinâmica LGBTQ+ em várias periferias geográficas e conceituais representa um possível impacto crítico da sexualidade aos alicerces teóricos das RI. Essa vertente teórica não conformista instiga os pesquisadores a alcançar novos modos de investigação acadêmica que vão além da desconstrução e da relativização (PICQ; THIEL, 2015, p. 11).

Como exposto por Thiel (2014, p. 2), não existe uma única forma de teorizar sobre questões queer na política internacional. De um lado, há aqueles indivíduos LGBTQ+ que se alinham de maneira confortável às estratégias políticas predominantes adotadas em defesa dos direitos LGBTQ+, sem um caráter crítico e questionador, ou seja, uma postura assimilacionista. Esses indivíduos são vistos como conformistas, heteronormativos, estereotipados e até homonacionalistas em suas conotações ocidentais carregadas de valor. Eles visam a inclusão nas formas de representação já existentes, portanto, muitas vezes parecem "desengajados" para para outras lutas políticas. Do outro lado, o ativismo queer anti-assimilacionista - ou transgressivo - busca uma quebra de categorias pré-existentes, automaticamente, desafiam os discursos estáveis dos direitos humanos (Ibidem, 2014, p.2).

As tensões entre abordagens queer assimilacionistas e transgressivas no domínio da política internacional representam uma pluralidade de pensamento dentro da mesma corrente. Assim, tais tensões não devem ser suprimidas, visto que retratam a necessidade de repensar

¹⁷ Em "*Sexualities in World Politics: How LGBTQ claims shape International Relations*", editado por Manuela Lavinias Picq e Markus Thiel, cada capítulo representa uma produção acadêmica diferente em RI, com foco em estudos de sexualidade e gênero.

epistemologias simplistas e abordagens analíticas de RI. Por conseguinte, é importante que o teórico queer em RI leve em consideração tais tensões políticas no "mundo real", ao questionar concepções estabelecidas de governança, para assim, compreender os resultados ambíguos dessas diferentes ações políticas (THIEL, 2014, p. 2).

Segundo Weber (2014, p. 3), mesmo com a Teoria Queer sendo utilizada por acadêmicos de RI, desde os anos 1990, a academia trata tal abordagem como inexistente. Para a autora, a RI Disciplinar¹⁸ possui um poder de influência tremendo ao ponto de conseguir definir quais teorias são aceitas como válidas e quais são definidas como “falhas”. Por conta disso, a suposta inexistência da Teoria Queer Internacional não pode ser explicada meramente por sua ausência em prestigiadas revistas de RI e séries de livros, visto que essa ausência é o efeito (in) consciente de como a RI Disciplinar caracteriza essa corrente teórica. Por causa de seu poder, a RI Disciplinar é tão regularmente contestada quanto é incorporada por estudiosos de RI das mais diversas correntes teóricas e de pensamento (WEBER, 2014, p.3).

Segundo Weber, a RI Disciplinar utiliza-se de três estratégias para fazer parecer que não há Teoria Internacional Queer: (1) através da homologação, a RI Disciplinar afirma que, pelo fato da Teoria Queer fazer uso de uma epistemologia interdisciplinar, ela falha em definir suas fronteiras teóricas; (2) a Teoria Queer apresenta falhas na figuração, pois, ao adotar um perfil de transgressão radical na forma de produzir conhecimento, ela acaba por não residir em uma imagem performativa específica e seria incapaz de elaborar um conjunto específico de conhecimentos e práticas de poder para moldar como mapeamos e entendemos nossos mundos; (3) através da gentrificação, a RI Disciplinar busca impor uma homogeneidade sobre o que antes era misto, enquanto finge que a diferença e o privilégio não existem. Nesse cenário, a Teoria Queer estaria fadada à inexistência, pois devido seu perfil único, não poderia ser devidamente incorporada por nenhuma abordagem já aceita pela RI Disciplinar (WEBER, 2014, p. 3-19).

Um dos tópicos LGBT+ mais visíveis para as RI é, talvez, a questão sobre a garantia de direitos humanos¹⁹. Os Estados fazem uso de certos discursos favoráveis ou contrários aos

¹⁸ As RI Disciplinar representam aquela força capaz de regular, gerenciar e normalizar - sob um viés positivista - a “conduta de conduta” sobre publicação, financiamento, decisões de contratação, promoção e posse na academia de RI. É válido destacar que RI Disciplinar e a disciplina de RI são coisas distintas, apesar da primeira almejar ser equivalente à segunda.

¹⁹ Entretanto, é válido destacar que, além dos estudos sobre os direitos humanos da população LGBT+, existe uma diversidade de temáticas de pesquisas em RI que incorporam identidade de gênero e orientação sexual. Como, por exemplo: Lind (2011) analisa a relação entre estudos de desenvolvimento internacional, globalização neoliberal e questões sexuais e de gênero; Amar (2013) nos apresenta um estudo de caso com foco no Egito e Brasil, com o intuito de evidenciar uma nova noção de militarização dos corpos, destinada a proteger, resgatar e assegurar uma parcela específica da população, aquela que se encaixa na normalidade sexual, moral e de classe social, enquanto

direitos da população LGBT+, com o intuito de justificar os ataques preventivos imperiais na própria composição das intimidades, ordem global e entendimento da vida, terror e morte. No entanto, propor direitos LGBT+ como direitos humanos e, por isso, haver a necessidade de ajuda humanitária, reforça interferências e violações, que podem aumentar a vulnerabilidade de indivíduos no Sul Global e/ou de pessoas racializadas/marginalizadas do Norte. Assim, os direitos LGBT+, como direitos humanos, passaram de uma reivindicação social para uma agenda política ativa, debatida globalmente e institucionalizada sistematicamente em certas regiões. Logo, o uso, história, conceitualização e disseminação destes direitos devem ser envolvidos de maneira crítica (LANGLOIS, 2016, p. 394-395).

Lind (2014) oferece três reflexões para que acadêmicos e ativistas possam compreender melhor a natureza ambivalente da visibilidade queer globalizada: (1) é preciso reconhecer como a visibilidade queer em arenas globais trouxe consigo uma série de paradoxos que envolvem a legitimação de um "novo gay normal" (ocidental, classe média, branco, masculino, cisnormativo) acima de tudo, e que muitas vezes serve como alimento para lutas mais amplas em torno do colonialismo, ocidentalização e imperialismo; (2) devemos prestar atenção à maneira que Estados e instituições globais legislam, advogam e/ou constroem discursos e estratégias tanto homofóbicos quanto homopositivos, e como tais discursos podem impactar na relação com outros Estados ou na vida das próprias pessoas; (3) é crucial atentarmos em como outras instituições hegemônicas, como as financeiras e de desenvolvimento, transmitem lógicas heteronormativas e/ou homonormativas em seus supostos discursos neutros (LIND, 2014, p. 603-604).

Dado o exposto, observa-se que a Teoria Queer em RI recebe fortes influências do pós-estruturalismo, visto que: compreende que o mundo é socialmente construído e que também é passível de desconstrução; adota a crítica aos binarismos/dualismos que constituem as identidades dos indivíduos (pessoas, Estados ou outros atores), e; reconhecem uma importância significativa para como as práticas discursivas são capazes de moldar nossos entendimentos sobre a realidade, principalmente sobre os entendimentos de questões relativas à população LGBT+. De modo mais específico, a Teoria Queer direciona uma atenção especial à identidade de gênero e orientação sexual, de modo que, assim como o mundo, são categorias socialmente construídas com base nas diversas relações e compreensões humanas.

promove a repressão e exclusão da população LGBT+; Weiss e Bosia (2013), por sua vez, desenvolvem uma análise da homofobia que se concentra nela como uma estratégia política modular utilizada pelos Estados. Os autores analisam, também, como a homofobia estatal, nestes casos, faz parte dos legados coloniais e das leis e imposições que eram adotadas por seus colonizadores; Rao (2014) analisa as políticas de sexualidade na Uganda, com o objetivo de compreender as origens da homofobia estatal promovida pelo Estado ugandês.

Além de apresentar novas formas de epistemologia e ontologia críticas, para entender e explicar a realidade sociopolítica, tanto o pós-estruturalismo, quanto a Teoria Queer, também proporcionam novas metodologias para as Ciências Humanas e Sociais, inclusive as Relações Internacionais. Como já mencionado, uma dessas ferramentas é a desconstrução derridiana, contudo, uma outra metodologia pós-estruturalista merece um olhar mais aprofundado, a genealogia foucaultiana. Assim, no tópico a seguir, será feita uma análise e discussão sobre a genealogia, como ela surge com Foucault, como é inserida e utilizada nas RI.

1.4. Para além de um método: o uso da genealogia como inserção e emancipação das vozes marginalizadas

Como uma ferramenta para a pesquisa social e política, a genealogia foi desenvolvida por Friedrich Nietzsche em suas críticas do século XIX à metafísica representacional. Nietzsche defendia que a realidade não possuía status ontológico autônomo além da atividade humana, por isso, defendia uma explicação da realidade social com base em relatos histórico-filosóficos. A partir de 1970, a genealogia passou a ser associada a Michel Foucault, que a usou para escrever 'histórias políticas da verdade' e demonstrar como o conhecimento e o poder eram inseparáveis e que não havia verdades universais na história, mas sim diferentes 'regimes da verdade' (VUCETIC, 2011, p. 1295).

Mais especificamente, segundo Moraes (2018), apesar de Nietzsche ter feito uso de uma abordagem que pode ser caracterizada como genealogia, a noção do que é a genealogia é apresentada em "*Nietzsche, a Genealogia, a História* (1971)", de Foucault, em que o autor enfatiza as reflexões do filósofo alemão sobre as relações entre história e filosofia (MORAES, 2018). Nesta mesma obra, Foucault descreve a genealogia como sendo "cinzenta, meticulosa e pacientemente documentada. Ela opera em um campo de pergaminhos emaranhados e confusos, em documentos que foram riscados e copiados várias vezes" (FOUCAULT, 1977, p. 139).

Para Foucault, toda ferramenta de pesquisa é, também, um item social e, portanto, sujeito à genealogia. Dessa forma, o objetivo da genealogia não é, portanto, uma codificação de técnicas distintas de investigação, mas sim a emancipação de formas marginalizadas de conhecimento e a busca pela abertura e entrada de forças de resistência aos regimes dominantes da verdade, nos diferentes espaços intelectuais e políticos. Assim, Foucault descreve suas ferramentas de pesquisa como "método não definido" ou "anti-ciência". Conseqüentemente, a genealogia não pode ser definida como uma metodologia, apenas uma 'análise' da realidade destinada à libertação (VUCETIC, 2011, p. 1298).

Ao levarmos em consideração que não existe uma verdade epistêmica (ou um valor da verdade inerente), como precede a leitura “anti-científica”, mas apenas o regime ou política da verdade, logo todos os julgamentos são políticos e/ou éticos. A genealogia é, em sua essência, uma crítica político-ética dos valores, feita com base em certas afirmações epistêmicas da verdade, não com base em alguma opinião subjetiva e absoluta. Nesse sentido, é equivocado afirmar que a genealogia foucaultiana rejeita o universalismo epistemológico em favor de expressões políticas e/ou éticas (VUCETIC, 2011, p. 1298-1299).

Entretanto, apesar de Foucault adotar um posicionamento “anti-ciência”, a genealogia em hipótese alguma é anti-história. A genealogia baseia-se principalmente em uma análise minuciosa sobre as diferentes construções históricas acerca de alguma questão específica, logo, a genealogia exige erudição implacável. Dessa forma, a genealogia não se opõe à história, pelo contrário, rejeita a implantação meta-histórica de significados, ideais e teleologias indefinidas. Ela opõe-se à busca de “origens” (FOUCAULT, 1977, p. 140). Ao adotar este posicionamento crítico da meta-história dos significados e ideias, a genealogia permite tanto o reconhecimento do valor solene do objeto/evento analisado, quanto a descoberta de sua verdade invisível (MORAES, 2018).

Todos os nossos ideais de verdade e beleza, nossos corpos, instintos e sentimentos, deveriam estar além da relatividade, pois estão todos inseridos em movimentos históricos. Assim, o genealogista busca dissolver esta confortável ilusão de identidade, firmeza e solidez. Não há constantes para o genealogista (RABINOW; DREYFUS, 2009, p. 123).

Para enfatizar sua posição de que a pesquisa deveria ser orientada a problemas, e não à métodos, Foucault insistia frequentemente que ele apenas escrevia sobre metodologias, nunca sobre uma metodologia. É neste contexto que a metáfora da caixa de ferramentas ganha notoriedade. Foucault deixava claro que gostaria que seus livros fossem utilizados como “caixas de ferramentas”, para que o público pudesse utilizá-los das mais diversas formas, não de uma única forma pré-definida. Mais especificamente, o filósofo francês acreditava que ele não escrevia para um público de leitores, mas sim para um público de possíveis usuários de seus escritos. Pelo fato de defender que seus livros podem ser lidos e utilizados das mais diversas formas, a única coisa que de certa forma unifica essa caixa de ferramentas é o conceito de discurso (VUCETIC, 2011, p. 1299).

Dessa maneira, os discursos possuem a capacidade de constituir os sujeitos - subjetividades, posições de sujeito, identidades - de duas formas ininterruptas: eles habilitam/constrangem o que é permitido de ser pensado em um determinado contexto discursivo e recompensam/punem tudo o que seja conveniente/desviante dos limites políticos

pré-estabelecidos de inclusão/exclusão. Tão importante quanto nessa abordagem, são as noções de que o discurso e seus contextos são mutuamente constituídos e que o poder sugere resistência. Pelo fato dos discursos possuírem um caráter cumulativo e agregador, novos desenvolvimentos nos contextos discursivo e extra-discursivo podem vir a serem impostos e, em graus variados, podem transformar velhos significados (VUCETIC, 2011, p. 1300).

Contudo, é válido destacar que o mundo dos discursos não é estável e proporcional, de modo que alguns discursos são interpretados como mais poderosos e relevantes (hegemônico, governante, dominante) do que outros (contra-hegemônicos, resistentes, alternativos ou subalternos). Para Foucault (1977, p. 139), o mundo da fala e dos desejos presenciou invasões, lutas, disfarces e manobras. Assim, a genealogia busca registrar a singularidade dos eventos fora de qualquer finalidade monótona; deve procurá-los nos lugares menos possíveis, como nos sentimentos, na consciência e nos instintos. A genealogia deve ser sensível à recorrência destes espaços, não com o intuito de traçar a curva gradual de sua evolução, mas para separar as diferentes cenas em que eles se envolveram em diferentes papéis. Igualmente importante, a genealogia deve estar atenta àqueles casos inexistentes, ou seja, o momento em que permaneceram não realizados (Ibidem, 1977, p. 139-140).

Segundo Vucetic (2011), uma genealogia requer a delimitação dos “três E”: episódios, exemplos e eficácia. Os episódios - também conhecidos como séries, épocas, eventos ou momentos históricos - visam a delimitação histórica de um objeto em estudo. Cada episódio é descrito através de exemplos históricos presentes em diferentes fontes, como diários escritos por autores marginalizados, por exemplo. Contudo, a seleção de eventos e episódios não segue um caráter randômico. Pelo fato da genealogia servir para mostrar como a realidade poderia ter sido diferente se certas construções sociais e políticas da história tivessem sido estruturadas de modos distintos, é necessário o uso de um método comparativo. Uma atenção especial deve ser dada à variabilidade no escopo, profundidade e duração dos fenômenos sociais investigados. De modo geral, a escrita da genealogia estrutura-se da seguinte forma: os episódios se transformam em exemplos que, por sua vez, se relacionam com a análise geral (VUCETIC, 2011, p. 1300-1301).

Genealogias eficazes são aquelas que se concentram na análise de um fenômeno social que é aceito como normal, verdadeiro ou natural, para, assim, questionar como tal fenômeno surgiu à luz da contingência e poder. Dessa forma, o objetivo da pesquisa não é a relação 'precisa' entre história e realidade objetiva, mas a problematização, desestabilização e perturbação da realidade e do conhecimento socialmente construídos. Assim, a eficácia da genealogia depende de dois fatores: primeiro, a capacidade de destacar como as suposições

convencionais sobre o mundo têm implicações sobre a forma que raciocinamos atualmente e, segundo, sugerir, direta ou indiretamente, caminhos alternativos para compreender o aspecto da humanidade a ser analisado. Por sua vez, cada um desses fatores depende da capacidade de analisar e criticar as relações de poder (VUCETIC, 2011, p. 1301-1302).

Enquanto um historiador tradicional preocupa-se em questionar "o que aconteceu e por quê?", espera-se que um genealogista pergunte "como X chegou aqui?" ou "como Y se tornou possível?" (VUCETIC, 2011, p. 1302). Assim, ao adotar tais questionamentos, para o genealogista, não há nada de absolutamente preexistente a ser interpretado, pois no fundo tudo é já interpretação. Quanto mais interpretamos os eventos e construções sociais, menos aceitamos um significado fixo e, assim, encontramos outras interpretações. As interpretações tidas como naturais, nada têm de naturais, visto que foram criadas e impostas por outras pessoas. A genealogia busca trazer à luz essas interpretações alternativas e, conseqüentemente, expor como aquelas questões e conceitos aceitos como universais são resultados de interpretações impostas (RABINOW; DREYFUS, 2009, p. 119-120).

No projeto genealógico apresentado por Nietzsche, Foucault encontra o uso bem definido dos termos "proveniência" (*Herkunft*) e "emergência" (*Entstehung*), ambos direcionados à problematização da "origem" (*Ursprung*) das coisas (MORAES, 2018). Começando com "*Ursprung*", o genealogista deve olhar para o passado, com o intuito de compreender como ocorreu a origem daquela coisa ou evento analisado, de forma pura e protegida. Ou seja, requer adotar um posicionamento crítico para "aquilo que já estava lá", aquela verdade aceita como primordial e totalmente adequada à sua natureza, e requer a remoção das máscaras que escondem essa verdade, para finalmente revelar uma identidade original. O que é encontrado na origem histórica das coisas não é uma identidade sagrada e intocável; é a divergência e disparidade para com outras coisas (FOUCAULT, 1977, p. 142).

Herkunft é o equivalente a descendência ou proveniência. Uma análise da descendência requer procurar as marcas sutis, singulares e sub-individuais que se cruzaram nas características de um indivíduo/ coletivo/ conceito ao ponto de formar uma rede emaranhada e difícil de ser desvendada. Ao fazer uma complexa análise da descendência, é necessário identificar os acidentes, os pequenos desvios - ou inversões completas - os erros, as avaliações falsas e os cálculos mal feitos que deram origem àquelas coisas que continuam a existir e têm valor para nós. É preciso revelar que é a exterioridade desses acidentes que compõem o que nós entendemos como verdade ou como nós nos entendemos como seres. A busca pela descendência procura desestruturar as fundações do conhecimento e identidade; busca perturbar

o que antes era considerado imóvel, mostrar a heterogeneidade do que foi imaginado consistente consigo mesmo (FOUCAULT, 1977, p. 145-147).

De acordo com Moraes (2018), as abordagens históricas tradicionais tendem a omitir a descendência, visto que ao adotarem um foco exclusivo na compreensão da origem das coisas, acabam por não levar em consideração elementos responsáveis por causar rupturas à unidade proposta. Em contrapartida, o exame mais detalhado da proveniência permite ao genealogista identificar a dissociação do Eu e das identidades constituídas (MORAES, 2018).

Entstehung designa emergência, o momento do surgimento. Para Foucault (1997, p. 148), devemos evitar pensar em emergência como o termo final de um desenvolvimento histórico, visto que não é válido procurar descendência em uma continuidade ininterrupta. A genealogia, no entanto, não busca entender o poder pré-existente responsável por atribuir significados, mas sim a constante e perigosa luta de dominações. Assim, a constante entrada de novas forças é a responsável por produzir a emergência. A emergência designa um local de confronto, não como um campo fechado em que ocorrem as lutas, mas sim como um "não-lugar", onde nenhum dos adversários em batalha pertence ao mesmo espaço comum. Consequentemente, ninguém pode assumir responsabilidade por uma emergência, pois ela sempre ocorre neste intervalo espacial, neste "não-lugar" (FOUCAULT, 1977, p. 148-150).

Na genealogia, os sujeitos não preexistem para, em seguida, entrarem em combate ou em harmonia. Na verdade, os sujeitos já surgem num campo de batalha e, a partir daí, passam a desempenhar diferentes papéis. Neste campo, o genealogista vê que a luta pela dominação não é apenas a relação de governantes e governados, de dominantes e dominados, mas também ocorre no campo das ideias e costumes. Assim, a cada momento da história, essa relação de dominação se fixa num ritual, impõe obrigações, direitos e regras, e constitui procedimentos cuidadosos. Estes lugares específicos onde os rituais de poder podem acontecer se manifestam nas mais diversas formas, níveis e dimensões em nossa sociedade (RABINOW; DREYFUS, 2009, p. 122). Essas obrigações, regras e direitos, originadas neste interminável e repetitivo jogo de dominações, não é de forma alguma destinado a moderar a violência, mas a satisfazê-la (FOUCAULT, 1977, p. 150).

Os sucessos da história pertencem àqueles que são capazes não só de apropriar-se das regras da sociedade, mas também de utilizá-las de acordo com seus interesses, como substituir aqueles que já haviam usado tais regras, inverter seu significado e redirecioná-los àqueles que os impuseram inicialmente. Ao controlar esse mecanismo complexo, esses sujeitos conseguiriam superar os governantes antigos, utilizando-se das próprias regras criadas por eles. A capacidade de isolar os diferentes pontos de emergência, resulta das diferentes relações de

substituição, deslocamento, conquista disfarçada e inversão sistemática (FOUCAULT, 1977, p. 151). De acordo com essa ótica, a análise da emergência propõe uma atenção às relações entre os processos de dominação e de significação, pois são aqueles que combatem as interpretações dominantes que são responsáveis por orientar a interpretação dos acontecimentos (MORAES, 2018).

Para o genealogista, tudo está potencialmente emaranhado nos nós do poder que são progressivamente inter-relacionados com o avanço do conhecimento. Para Foucault, a verdade não está fora do poder e nem sem poder, visto que a mesma é construída socialmente, graças a múltiplas coações impostas por aqueles que têm poder. Nessa ótica, Foucault compreende verdade como o conjunto de regras segundo as quais distinguimos o verdadeiro do falso e atribuímos ao falso certos constrangimentos. Assim, a genealogia busca justamente quebrar com a lógica de que o poder existe como uma posse que um grupo tem e outro não; a genealogia considera o saber como um componente central na transformação histórica de vários regimes de poder e de verdade (RABINOW; DREYFUS, 2009, p. 127-131).

Sucintamente, segundo Moraes (2018), a investigação genealógica busca a problematização de três elementos: (1) a genealogia é “dissociativa”, pois busca refutar a existência de essências e identidades eternas, e procura apresentar os acontecimentos múltiplos, heterogêneos e disparatados presentes na origem das coisas e sujeitos; (2) ela é “paródica”, pois destrói os valores e as realidades aceitas, recusa-se a venerá-los, o que permitiria a liberação de potências vitais e criativas; (3) a genealogia é “disruptiva” do sujeito de conhecimento e da verdade, pois adota uma interrogação tanto daquilo que se conhece, quanto de quem conhece, com o intuito de propor uma crítica do próprio fundamento sujeito-objeto (Ibidem, 2018).

Como exposto, a genealogia não se manifesta de forma única, mas sim como um conjunto de ferramentas críticas, geralmente associadas ao pós-estruturalismo. Dessa forma, é possível identificar a entrada da genealogia, como método de pesquisa em RI, durante o mesmo contexto histórico que possibilitou a ascensão do pós-estruturalismo no campo, ou seja, durante o terceiro debate teórico, que vem à tona a partir dos anos 1980. Assim, segundo Vucetic (2011), desde que "*On Diplomacy*", de James Der Derian, foi lançado em 1987, publicações sobre e/ou envolvendo o termo tornaram-se cada vez mais comuns. Contudo, essa abordagem explicativa continua incipiente no campo, como fica evidente na ausência de explicações sobre a genealogia em boa parte dos livros didáticos sobre métodos, em programas de graduação e em conferências profissionais (VUCETIC, 2011, p. 1295-1296).

Enquanto o pensamento político tradicional e dominante preocupa-se com a distribuição de coisas compreendidas como relevantes e de valor, o que é pertinente para os pós-

estruturalistas é o aspecto em que as fronteiras responsáveis por constituir significados e valores são construídas. A partir do momento que reconhecemos que determinados textos são responsáveis por conceber a forma que compreendemos o mundo e o entendimento da política, focada nas imposições de significados e valores, nós podemos apreciar a relação íntima entre práticas textuais e políticas. Uma perspectiva política crítica é aquela que se preocupa em questionar as formas privilegiadas de representação da realidade social, aquelas responsáveis pela aceitação não problemática de sujeitos, objetos, ações e temas que constroem o mundo político (SHAPIRO, 1989, p. 12-13).

As análises tradicionais da política mundial, feitas pelas abordagens positivistas em RI, ainda não conseguiram - de certo modo, não é seu interesse - se livrar da noção de poder como força puramente repressiva proveniente de um centro, o Estado. Com o objetivo de articular outra interpretação sobre as relações de poder, uma que não dependa do contrato originário, responsável pelo Estado soberano, Foucault propõe uma interpretação do poder em termos de combate, enfrentamento ou de guerra em diversas relações dentro da sociedade (MAIONE; RODRIGUES, 2019 p. 166).

Segundo Vucetic (2011, p. 1312), a genealogia em RI é geralmente utilizada para analisar as maneiras pelas quais agentes e estruturas são constituídas em locais históricos e culturais específicos, para tanto, emprega-se um foco na contingência e, principalmente, no poder produtivo do discurso. A genealogia tem o potencial de produzir uma inferência causal mais completa, o que é desejável justamente porque os compromissos políticos e éticos que seguem nossa análise nunca surgem de explicação ou entendimento, mas geralmente de ambos ao mesmo tempo. De uma perspectiva genealógica, todo discurso, política, instituição, prática discursiva ou evento pode ser caracterizado como objeto de pesquisa válido em RI. O caráter histórico e comparativo da genealogia em RI, é, também, relevante para explicar como os processos através dos quais indivíduos e outros atores não-estatais ganharam e perderam agência, autoridade e poder na política mundial (Ibidem, 2011, p. 1312).

Burke (2008, p. 366-367), por exemplo, afirma que ao que tange os estudos estratégicos e de segurança em RI, a genealogia é utilizada para desafiar as proposições dominantes de segurança na modernidade, um desafio a suas reivindicações e funções ontológicas e um posicionamento crítico sobre a relação entre a violência soberana e o ser humano, como construto social. Esses trabalhos²⁰ analisam minuciosamente as estratégias textuais e

²⁰ Além desse exemplo apresentado por Burke (2008), é válido mencionar aqui algumas importantes obras que fizeram uso da genealogia em RI: Em “*Genealogy of Sovereignty*”, Bartelson (1993) tem como objetivo central fazer uma revisão genealógica do que compreendemos como soberania tanto na realidade social como no campo

discursivas do discurso militar, de política externa, estratégica e de segurança, refutando as afirmações realistas que defendem descrições objetivas ou neutras sobre a realidade social (Ibidem, 2008, p. 366-367).

Dado o exposto, observa-se que o método genealógico foucaultiano apresenta-se como uma ferramenta analítica crítica, de caráter interdisciplinar, ao ponto de poder ser utilizada nos mais diversos campos de conhecimento, como as RI. No campo das RI, de modo mais específico, este método pode nos oferecer reflexões mais profundas sobre a maneira que entendemos e utilizamos certos termos e conceitos em nossas pesquisas e, até mesmo, reflexões críticas sobre a forma que compreendemos certos eventos históricos da política mundial, de modo a nos revelar vozes e posicionamentos subalternos/marginalizados antes invisibilizados.

Dessa forma, o presente trabalho busca fazer uma análise genealógica acerca da narrativa promovida por Israel no Sistema Internacional, de que o Estado israelense garante direitos igualitários para todos os indivíduos LGBT+ residentes de Israel, assim como insere, de maneira plena e homogênea, essa parcela populacional. Em outras palavras, este trabalho busca evidenciar as inconsistências da lógica homonacionalista israelense

Para esta finalidade, é necessário compreender como o Estado de Israel utiliza-se da agenda LGBT+ para outras finalidades sociopolíticas, como a limpeza de imagem e reputação no exterior, em outras palavras, como Israel reproduz o *pinkwashing*. Assim, para compreender o *pinkwashing*, é preciso analisar os interesses e preocupações dos Estados em manter uma boa reputação no Sistema Internacional, ao ponto de fazerem uso de técnicas distintas para esta finalidade, como a de *nation-branding*. A seguir, visto que o foco aqui é o Estado israelense, é necessário analisar as preocupações de Israel acerca de sua reputação no Sistema Internacional, ao ponto de ter adotado uma estratégia de *branding* nacional, a *Brand Israel*. Por fim, a última seção destina-se a apresentar como o *pinkwashing*, neste contexto, manifesta-se dentro da *Brand Israel*.

de RI; em “*Writing Security*”, Campbell (1992) explana sobre a determinação mútua entre Estado e política externa, em que o autor defende que nenhum Estado possui uma identidade estável pré-discursiva; em “*Popular Dissent, Human Agency and Global Politics*”, Bleiker (2000) propõe uma análise genealógica da agência humana (seja como indivíduos, seja como movimentos sociais transnacionais) na política global, em que cada vez mais há uma priorização da figura estatal; em “*Civilizing the Enemy*”, Jackson (2006) faz uma análise genealógica sobre os discursos estadunidenses acerca da Alemanha Ocidental durante a Guerra Fria, com o intuito de identificar como o Plano Marshall e a OTAN foram possíveis graças ao discurso de uma “civilização ocidental” que identificou a Alemanha como amiga, em oposição a um inimigo derrotado; em “*Security as Practice*”, Hansen (2006) propõe uma genealogia sobre a Guerra da Bósnia. Para tanto, a autora analisa os debates ocidentais nos Bálcãs de 1870 e 1995, com o intuito de identificar como as diferentes representações da Bósnia e dos Bálcãs produziram diferentes intervenções ocidentais durante a guerra em si.

2. BRAND ISRAEL E PINKWASHING: A PROMOÇÃO DO DISCURSO PRÓ-LGBT+ COMO ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DE IMAGEM NO SISTEMA INTERNACIONAL

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria, os Estados cada vez mais passaram a se preocupar com a forma que são vistos e interpretados no Sistema Internacional. Inicialmente, essas preocupações giravam em torno de manifestações de poder e influência no nível internacional, principalmente nos campos da economia, política e militar. Contudo, atualmente, a lista de tópicos e problemáticas que podem prejudicar ou beneficiar a imagem e reputação de um Estado é longa e envolve questões como: garantia de direitos humanos, preocupação com o meio ambiente, cultura, tolerância religiosa, etc. De modo mais específico, pode-se mencionar ainda, a forma em que os Estados lidam com suas minorias sociais, entre elas, a população LGBT+.

A preocupação com a forma em que Estados lidam com suas populações LGBT+ está relacionada, principalmente, aos ganhos socioculturais e jurídicos sem precedentes para a política queer que floresceram a partir dos anos 90, após uma série de pressões e reivindicações nos âmbitos doméstico e transnacional. Entre estes ganhos, estão, a saber: a retirada da homossexualidade da lista de doenças ou transtornos mentais da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1990; a descriminalização das leis anti-sodomia em diversos Estados e territórios ao redor do mundo; a ascensão do direito ao casamento igualitário e adoção, por casais de pessoas do mesmo gênero; bem como o reconhecimento dos direitos humanos das minorias sexuais em nível internacional.

Muitas dessas conquistas, contudo, resultam de interesses sociopolíticos ocidentais, que priorizam as necessidades das comunidades LGBT+ dos países do Ocidente, que se adequam aos discursos dominantes e acabam legitimando diversas práticas caracterizadas como imperialismo, racismo e islamofobia, por exemplo, contra povos não-ocidentais. Por sua vez, de forma mais específica, nos últimos anos, uma diversidade de posturas críticas têm sido adotadas contra o Estado de Israel, visto que o mesmo apropria-se da agenda LGBT+ com o propósito de limpar sua reputação, que constantemente é prejudicada, dada a atuação indevida, violenta e ilegal adotada pelo Estado israelense para com o povo palestino.

Dessa forma, o presente capítulo busca elucidar o caso específico do Estado de Israel, singular quanto ao uso de pautas LGBT+ com um intuito duplo de (i) por um lado, buscar a legitimação de certas ações nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO)²¹; (ii) por outro, buscar

²¹ Optou-se pelo uso do termo Territórios Palestinos Ocupados (TPO), ao invés de Palestina, devido à postura crítica do primeiro. Palestina diz respeito à região que hoje compõe tanto Israel quanto os TPO, pré-plano de

“lavar” sua imagem ante aos países ocidentais. Esta estratégia é definida, por ativistas e teóricos, como *pinkwashing*, de modo que a mesma manifesta-se dentro de uma estratégia de marketing e promoção da imagem israelense no mundo Ocidental, caracterizada como *Brand Israel*.

Para tanto, visto que o *pinkwashing* é uma ferramenta que manifesta-se dentro da *Brand Israel*, a primeira seção deste capítulo terá como foco analisar o que é uma estratégia de *branding* nacional e como governos utilizam-se de certas técnicas de marketing dentro de sua diplomacia pública. A seção seguinte examinará as principais preocupações e problemáticas acerca da reputação israelense no exterior, ao ponto de haver o surgimento da *Brand Israel* como estratégia de promoção de imagem e limpeza de reputação. Por fim, a última seção analisará as características centrais do *pinkwashing* em Israel.

2.1. Nation-Branding: a importância da imagem e reputação dos Estados na atualidade

Com o advento da Guerra Fria, observa-se um florescimento de estudos no campo das Relações Internacionais sobre a forma em que Estados promovem suas imagens e utilizam-se de técnicas de propaganda para conquistar poder e influência no Sistema Internacional. Contudo, de modo mais específico, Simon Anholt, em sua obra “*Nation-Brands of the Twenty-First Century*”, de 1996, cunha o termo “*nation-branding*” com o propósito de explicar os interesses de um Estado em criar uma “marca” com base em características específicas de sua história e nação, que o diferencie dos outros Estados e lhe garanta certos benefícios no Sistema Internacional (ANHOLT, 2010; 2013). Em outras palavras, a forma que um Estado não só constrói sua imagem para o exterior, mas, também, sobre como o mesmo “vende” tal imagem, de forma atrativa para possíveis investidores, turistas e qualquer outro ator que possa trazer, consigo, benefícios para aquele Estado em questão.

Para compreender a forma que um Estado-nação consegue fazer uso de características específicas de sua história, geografia, cultura e povo, de modo geral, para construir uma marca, é necessário, trazer uma breve explicação do que seria uma marca, neste contexto. Dessa maneira, as marcas carregam consigo um conjunto de características e valores agregados, tanto funcionais como emocionais, capazes de garantir uma experiência única entre um comprador e um vendedor. Assim, a identidade de uma marca vai além do seu nome, inclui também os

partilha definido pelo Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP) de 1947. Por sua vez, TPO expõe um caráter crítico ao evidenciar que tal região era originalmente pertencente ao povo palestino e que, após o plano de partilha da UNSCOP, o Estado palestino nunca chegou a se consolidar, visto que Israel adotou uma série de ocupações ilegítimas ao longo dos anos.

significados, associações e experiências presentes nas mentes das pessoas, acerca daquela marca em questão (DINNIE, 2008; FAN, 2010).

Simon Anholt (2013, p. 6-7) afirma que uma marca pode significar, pelo menos, três coisas diferentes: (1) a forma que a imagem de um produto é projetada através de suas características visuais, ou seja, a aparência, embalagem, logotipo, comunicações, etc; (2) diz respeito à cultura da organização por trás do produto; (3) a reputação do produto ou da empresa nas mentes de seu público-alvo, sendo esta terceira definição, a lógica original do uso do termo “marca” por Anholt, nos anos 1990. Consequentemente, a construção de uma marca deve estar relacionada a, no mínimo, um desses significados (ANHOLT, 2013, p. 7).

Cada país tem um nome e uma imagem únicos nas mentes das pessoas, tanto dentro como fora do país e, portanto, ao relacionar com as definições já expostas do que seria uma marca, é possível afirmar que uma nação pode ser vista como uma marca. Segundo Fan (2010, p. 98), a marca de uma nação, ou *nation-brand*, é o resultado final de todas as percepções de uma nação nas mentes dos diferentes atores no plano internacional, que podem conter diferentes elementos como: seu povo, espaço geográfico, cultura, história, comida, moda, celebridades e assim por diante. Independentemente de haver ou não esforços conscientes em construir uma estratégia oficial de *branding* nacional, a marca de uma nação existe, pois cada país é visto de diferentes formas pelo público internacional, seja com uma imagem forte ou fraca, atual ou desatualizada, clara ou vaga (Ibidem, 2010, p. 98).

Pelo fato de envolver diferentes facetas de uma nação, como história, cultura e política, muitos dos elementos envolvidos na construção da marca de uma nação - ao contrário de uma marca comercial - não estão sob o controle dos responsáveis pela gestão da *nation-brand*. Assim, a “marca” de uma nação tem como principal objetivo melhorar a reputação de uma nação, através de uma abordagem multidimensional, nos campos da economia, política, cultura e social, capazes de fornecer à nação uma diferenciação e relevância para diferentes públicos-alvo no Sistema Internacional (FAN, 2010; DINNIE, 2008).

Para Chernatony (2008, p. 16), uma estratégia de *nation-branding* deve tornar explícitos os valores daquele povo e deve levar em consideração os interesses dos diferentes atores envolvidos no processo. Segundo o autor, entre esses atores que podem se envolver no processo de construção de marca de uma nação, estão representantes do governo, comércio, organizações sem fins lucrativos, turismo e mídia, de modo que esses atores devem elaborar estratégias que os beneficiem, mas devem estar de acordo com a visão de marca daquela nação (CHERNATONY, 2008, p. 16).

Por consequência, segundo Aronczyk (2013, p. 16), a marca de uma nação busca comunicar as prioridades da nação para as populações internacionais, com a finalidade de alcançar uma variedade de propósitos interrelacionados. A autora menciona três, a saber: primeiramente, é uma estratégia consciente que combina recursos do setor público e privado, com o objetivo de favorecer o Estado na disputa por capital internacional em áreas como turismo, investimento estrangeiro direto, importação e exportação, ensino superior e mão de obra qualificada (ARONCZYK, 2013, p. 16). No setor do turismo, por exemplo, com o intuito de fortalecer uma identidade única, uma estratégia de *nation-branding* poderia encontrar e direcionar um foco em um nicho social para, assim, diferenciar-se de seus concorrentes, visto que a maioria dos destinos faz reivindicações muito similares quanto à beleza de suas paisagens, a pureza de suas praias, sua natureza hospitaleira e assim por diante (CHERNATONY, 2008, p. 19).

Um segundo aspecto dessa estratégia é transmitir uma imagem de legitimidade e autoridade nas arenas diplomáticas, a fim de garantir aos líderes de Estados e outras elites nacionais uma maior participação em decisões multilaterais ou em instituições e organizações transnacionais. Neste contexto, *nation-branding* pode ser usado tanto para propósitos pró-ativos quanto reativos: restaurar reputações danificadas por legados políticos e econômicos, desviar a atenção internacional desfavorável após decisões domésticas problemáticas, ou para controlar e gerenciar a percepção internacional de imprevistos ou eventos incontroláveis (ARONCZYK, 2013, p. 16).

De maneira semelhante, para Chernatony (2008, p. 17), as nações, de forma consciente, estão se empenhando cada vez mais para aprimorar a marca de seu país, reconhecendo a necessidade de alcançar um conjunto amplo de objetivos. Assim, aprimorar a marca de um país pode atrair uma amplitude de recompensas potenciais, como: aumentar a estabilidade da moeda; ajudar a restaurar a credibilidade internacional; conquistar a confiança de investidores; melhorar a posição do país em classificações internacionais; aumentar a influência política internacional; fortalecer parcerias internacionais, e encorajar o nacionalismo (através de atributos positivos, como confiança, orgulho, harmonia, ambição e determinação nacional) (Ibidem, 2008, p. 17).

Por fim, o terceiro propósito mencionado por Aronczyk (2013) também diz respeito ao nacionalismo. Neste contexto, os líderes nacionais e tomadores de decisões buscam tornar as reivindicações do nacionalismo menos antagônicas ou chauvinistas do que as manifestações anteriores. Assim, uma estratégia de *nation-branding* deve disseminar uma versão mais benigna e bem vista do nacionalismo, baseada no sentido unificador de uma nação, em busca de

interesses comerciais ao invés de uma versão baseada em “paixões” e ideologias políticas. Atualmente vivenciamos a expansão e descentralização sem precedentes dos sistemas de informações, de modo que os interesses nacionais agora são transmitidos para o público em geral, dificultando a difusão da diplomacia tradicional de Estado para Estado. Dessa forma, disseminar o nacionalismo com características benignas é mais atrativo para os legisladores por ser mais adequado aos requisitos de diplomacia pública dos Estados no contexto contemporâneo (ARONCZYK, 2013, p. 16-17).

Para Aronczyk (2013, p. 28-29), apesar da legitimidade da nação no pensamento e na prática social e política, o caráter do nacionalismo em si ainda não é amplamente aceito como algo positivo, de modo que diversas discussões acerca do surgimento, necessidade e perfil do nacionalismo vieram a tona. Em vez de tentar identificar o nacionalismo ao longo de um espectro ideológico, a autora sugere que pensemos no nacionalismo como uma estratégia para a construção da nação que pode ser utilizada para promover certos sistemas de crença, incentivos econômicos ou objetivos políticos de autodeterminação e legitimidade.

Chamar o nacionalismo de estratégia não significa desconsiderar que existem, de fato, certos apegos, lealdades e afiliações de indivíduos que agem em nome da nação. O que a autora propõe é uma mudança na conceituação. Em vez de questionar o que é identidade nacional, devemos buscar entender o que significa alegar ter uma identidade e orgulho nacional (ARONCZYK, 2013, p. 28-29).

Segundo Fan (2010, p. 100), apesar de serem conceitos relacionados, é importante frisar que “*nation-branding*” não é a mesma coisa que identidade nacional. A identidade da nação é a forma que o próprio povo se reconhece como uma nação, ao identificar características aparentemente comuns entre os indivíduos e que sejam relativamente permanentes e duradouras, ao ponto de distinguir a nação de outras. Para tanto, o passado, o presente e o futuro são levados em consideração. Assim, uma espécie de vínculo psicológico unifica os concidadãos em torno de uma identidade coletiva, a nação, em outras palavras, um “sentimento de pertença”. Para que haja qualquer tipo de mudança na identidade nacional, é necessário que ocorram mudanças significativas nos sistemas social, político e econômico daquele país (FAN, 2010, p. 100-101).

Assim, *nation-branding* não é sobre construir ou remodelar a identidade nacional do povo, visto que essa identidade coletiva é definida pelo próprio povo, enquanto que a “marca” relacionada àquela nação é elaborada por um conjunto de estrategistas. Dessa forma, uma estratégia de *nation-branding* busca alterar a forma que os outros povos e nações vêem tal nação, acerca de alguma questão em específico. Portanto, os tomadores de decisão e

estrategistas daquele país devem identificar quais setores eles querem melhorar e que conjunto de características devem ser construídas e adotadas para tanto (FAN, 2010, p. 101).

Assim, de acordo com Anholt (2013, p. 3-4), se um país deseja ser admirado, deve ser relevante, ou seja, deve participar ativamente de maneira útil, produtiva e imaginativa no plano internacional, através de conversas globais sobre tópicos que interessam as diferentes populações do mundo. Esses tópicos de interesse global se manifestam em uma longa lista: mudança climática, fome, nacrotráfico, migração, estabilidade econômica, direitos humanos, direitos de minorias sociais (como mulheres e povos indígenas), tolerância religiosa e cultural, proliferação nuclear, corrupção, terrorismo, crime e controle de armas são apenas alguns dos mais óbvios. Atualmente, quase todos os países escolhem, pelo menos, um item desta lista com relevância especial para direcionar sua atenção e recursos, de modo a conquistar visibilidade global (ANHOLT, 2013, p. 3-4). Para os devidos fins desta pesquisa, é possível acrescentar à lista de interesses e preocupações globais, os direitos da população LGBT+.

Sob um olhar pós-estruturalista, como exposto por Der Derian e Shapiro (1989), a subjetividade dos atores das relações internacionais é construída por e através dos discursos da política mundial. De modo mais específico, os autores afirmam que na atualidade, os signos e construções imagéticas desempenham um papel de extrema relevância nas relações entre atores. Assim, a preocupação dos Estados com esses tópicos de interesses globais, mencionados por Anholt (2013), não influenciam e impactam apenas as relações internacionais, mas também as relações intertextuais, visto que ao promoverem certos discursos no Sistema Internacional pautados na preocupação para com certos problemas globais, certos atributos positivos são vinculados às suas imagens. Logo, ao direcionar ações e recursos para certas pautas no plano internacional, de forma visível, os Estados podem alterar as narrativas vinculadas ao Estado em questão (relações intertextuais), que, por consequência, influenciam as relações com outros atores. Em outras palavras, relações internacionais e relações intertextuais são co-constitutivas.

Para Anholt (2013, p. 11), hoje em dia, um tipo de moralidade comum - caracterizada por direitos humanos, ambientalismo, estado de direito, anticolonialismo, democracia e economia de livre mercado - molda os limites do que é considerado um comportamento aceitável no Sistema Internacional. Assim, pelo fato de haverem certos problemas e preocupações de nível global, que ultrapassam a soberania nacional, torna-se cada vez mais difícil para os líderes perseguirem agendas que se diferem radicalmente da comunidade internacional. Por consequência, são poucos os governos que parecem não se importar em serem julgados como estranhos morais pela opinião pública internacional, ou que não veem a necessidade de manter uma imagem nacional positiva.

Entretanto, esta concepção apresentada por Anholt (2013) de que existe uma moralidade comum que molda o comportamento dos Estados no Sistema Internacional, pode ser problematizada a partir de uma concepção pós-estruturalista. Nesta perspectiva, o mundo é composto por uma pluralidade tão rica e diversa de atores e indivíduos, que é impossível definir um único conjunto de características que seja plenamente aceitável por todos. Logo, o pós-estruturalismo reconhece que existem diversas formas de compreender a realidade social, assim como existem diferentes explicações históricas sobre um mesmo evento, que varia de acordo com o indivíduo, povo ou ator em questão. Dessa forma, esta moralidade comum, supostamente aceita como a única e correta, ascendeu a tal posição após uma série de exclusões e apagamentos de outras formas não-dominantes. Como mencionado por Foucault (1998), o conhecimento está intrinsecamente conectado ao poder, assim, para que qualquer questão/ definição/ conhecimento suba ao patamar de ser aceito como a única opção adequada, uma diversidade de formas de ver e definir o mundo foram derrotadas e escanteadas.

Ademais, a *nation-branding*, dessa maneira, diz respeito a uma estratégia manifestada dentro do que é chamado “nova diplomacia pública” (NDP). Antes de apresentar o que seria NDP, é necessário explicar brevemente o que se entende por diplomacia pública tradicional. Segundo Gilboa (2006, p. 717), a diplomacia pública tradicional tem suas origens durante os primeiros anos da Guerra Fria, sendo a principal estratégia adotada tanto pelos Estados Unidos, quanto pela União Soviética, durante este conflito ideológico. Neste contexto, de modo geral, a diplomacia pública representa a comunicação direta entre um Estado e públicos estrangeiros, com o objetivo de criar uma imagem favorável das políticas e ações dos países, além dos seus sistemas políticos e econômicos (Ibidem, 2006, p. 717).

A nova diplomacia pública (NDP), por sua vez, tem suas origens na virada do século, fortemente influenciada pela expansão da internet, disseminação de informações em tempo real e em escala global e preocupação constante com o status e reputação dos atores no Sistema Internacional. Para Gilboa (2006), a NDP inclui os seguintes elementos: ao contrário da diplomacia pública tradicional, centrada no Estado, a NDP é adotada por atores estatais e não estatais (como Organizações Não Governamentais, por exemplo); é baseada na comunicação bidirecional, ou seja, a preocupação não só em transmitir a informação, mas com as reações do lado receptor; utiliza-se de novas técnicas, como gestão de informações, *branding* nacional e imagem eletrônica, e; lida com questões de curto e longo prazo. Portanto, a NDP se manifesta como um sistema de comunicação que tem como principal objetivo persuadir os atores a compreender, aceitar ou apoiar políticas e ações. Sendo assim, este sistema requer a capacidade

de usar informações confiáveis com eficácia, visto que a NDP busca construir diálogos tanto com inimigos quanto com aliados (Ibidem, 2006).

Ademais, os instrumentos utilizados na diplomacia pública podem ser categorizados em dois grupos distintos: antigos e novos. Os instrumentos antigos de diplomacia pública, segundo Tóth (2019, p. 9), incluem filmes, literatura, gastronomia, programas de televisão, anúncios, mídia patrocinada pelo Estado, assim como intercâmbios culturais e educacionais financiados pelo Estado. Ao que tange os novos instrumentos utilizados na NDP, são notáveis as novas mídias sociais, como Facebook, Instagram, Twitter, Flickr ou YouTube, novas tecnologias, como Google Analytics ou ferramentas de publicidade que sejam capazes de filtrar e definir públicos alvos (TÓTH, 2019, p. 9). Dessa maneira, estratégias de *nation-branding* são configuradas como NDP, pois hoje em dia, Estados podem “vender” sua imagem através de ferramentas ditas como antigas, como propagandas e filmes, mas também através de anúncios, vídeos e imagens disponíveis no mundo virtual.

Apesar de Anholt (2010, p. 9-11) reconhecer a importância da diplomacia pública e marketing, ele não acha que esse modelo deve substituir as políticas tidas como “tradicionais”²². Dessa forma, para ele, são principalmente os atos que criam a percepção pública, não se trata apenas de palavras, imagens, logotipos e slogans. Apesar de reconhecer que locais podem melhorar a velocidade, a eficiência e a eficácia com que conseguem melhorar sua imagem, o autor repudia o uso do termo como uma tentativa de construir marcas para um Estado ou lugar. Para ele, uma melhor imagem só pode ser conquistada, não pode ser construída ou inventada (Ibidem, 2010, p. 9-11). Em outras palavras, a marca de uma nação não tem a ver apenas com as comunicações, mas, também, com as políticas.

Assim, a principal necessidade em adotar uma estratégia de *nation-branding* é resultado do mundo altamente globalizado em que vivemos. Para Anholt (2013, p. 8), neste mercado global lotado e hiper-acelerado, a maioria das pessoas e atores não têm tempo para aprender muito sobre outros lugares. Todos os atores do Sistema Internacional moderno, carregam consigo certos estereótipos e clichês que formam suas opiniões sobre os diferentes locais e

²² Apesar de ter sido o responsável por cunhar o termo *nation-branding* em 1996, Simon Anholt apresentou um novo termo em 2007, “identidade competitiva”. Para o autor, identidade competitiva apresenta uma melhor relação entre identidade nacional e competitividade política e econômica, o que difere da visão de *branding* do setor comercial. Anholt reconhece que os Estados são capazes - e devem - melhorar a forma que são vistos no Sistema Internacional, contudo, ele critica a visão superficial de reduzir a imagem de um Estado à uma marca simplista demais, que não seja capaz de expor a complexidade e perfil multifacetado daquele Estado (e seu povo) em questão. Neste contexto, uma estratégia de promoção de imagem, pautada na identidade competitiva, busca apresentar uma complexidade de características daquele Estado (como elementos culturais, sua história, povo, aspectos geográficos, etc), que seja capaz de diferenciá-lo na arena internacional e, assim, conseguir apoio, limpar sua imagem e atrair investimento e turistas (ANHOLT, 2010; 2013).

povos do mundo, mesmo de modo inconsciente. Para o autor, nós nos contentamos com resumos sobre a maioria dos povos e lugares do mundo e só começamos a expandir e refinar essas impressões quando, por algum motivo, adquirimos um interesse particular por eles. Conseqüentemente, esses clichês e estereótipos representam uma base, a qual fundamentamos nosso comportamento em relação a outros lugares, suas populações e seus produtos (Ibidem, 2013, p. 8).

Portanto, com o objetivo de desconstruir esses clichês e estereótipos, todos os governos precisam medir e monitorar a percepção que o mundo tem de sua nação e desenvolver uma estratégia adequada de gerenciamento. Assim, os governos devem buscar conquistar uma reputação mais adequada de sua nação, que reflita o espírito e identidade nacional, de modo que seja genuinamente útil para seus objetivos econômicos, políticos e sociais (ANHOLT, 2013, p. 9).

Como já apresentado, nem o pós-estruturalismo e nem a Teoria Queer reconhecem a existência de identidades e valores “universais”. Assim, segundo Vucetic (2011), por não existir um valor da verdade inerente, mas apenas o regime ou política da verdade, todos os julgamentos são políticos e/ou éticos. Por sua vez, ao estudar as relações de poder existentes na sociedade, Foucault (1998) procura compreender "Como o sujeito pode dizer a verdade sobre si mesmo". Assim, ao relacionar essa concepção com o que foi apresentado por Anholt (2013), nota-se que esses clichês e estereótipos que compõem a forma que os atores enxergam uns aos outros, representam julgamentos políticos, que surgiram ao longo da história, logo, não são concepções estáticas e universais. Ademais, o fato dos Estados buscarem adotar uma estratégia de *nation-branding* com o propósito de corrigir esses estereótipos e alcançar uma reputação mais desejável, entra em concordância com a lógica exposta por Foucault (1998), sobre como os atores buscam formas de dizer a verdade sobre si mesmos em um contínuo jogo de interpretações e percepções da vida social e política.

Contudo, Anholt (2010, p. 13) destaca que as políticas por si só, mesmo sendo efetivamente implementadas, não são suficientes para alterar a forma que os públicos estrangeiros enxergam aquele Estado em questão e deixem de vê-lo através de lentes carregadas de preconceitos prévios. Assim, Anholt sugere que caso um país deseje melhorar a sua imagem, ele precisa de uma abordagem composta por três pilares: estratégia, substância e ações simbólicas. Por sua vez, essa abordagem não pode se sustentar a menos que todas as três condições sejam atendidas (Ibidem, 2010, p. 13).

Uma estratégia envolve reconhecer o lugar que aquela nação ocupa no mundo, saber aonde quer chegar, e saber como vai chegar lá. Dessa forma, uma estratégia deve conciliar as

necessidades dos diferentes atores nacionais internos, para encontrar um objetivo estratégico comum que seja inspirador e viável. Substância é a forma que essa estratégia é executada através de inovações, estruturas, legislações, reformas, investimentos, instituições e políticas, nos mais diversos setores da sociedade, que produzirão o progresso desejado. Ações simbólicas são um tipo específico de substância que possuem um poder comunicativo intrínseco, capaz de gerar comoção e simpatia acerca da história e cultura nacional. São ações especialmente sugestivas, notáveis, memoráveis, noticiosas, poéticas, comoventes, surpreendentes ou dramáticas (ANHOLT, 2010, p. 13).

Isoladamente, cada ação simbólica possui um poder temporário, de modo que assim que é concluída, seu efeito na atenção do público começa a decair, e a menos que seja rapidamente seguida por novas ações simbólicas igualmente notáveis, a reputação desse país ficará parada ou retrocederá e o objetivo nunca será alcançado. Por consequência, elas devem ser adotadas em uma sucessão ininterrupta por muitos anos, visto que melhorar e/ou limpar uma reputação em nosso agitado mundo moderno requer um esforço contínuo e de longo prazo (ANHOLT, 2010, p. 15-18).

Para Aronczyk (2013), duas condições foram cruciais para que cada vez mais Estados passassem a adotar a *nation-branding* como uma estratégia multifacetada de nova diplomacia pública: a globalização e o neoliberalismo. A globalização, para a autora, é a condição central e determinante para o desejo de adotar a estratégia de *nation-branding*. De acordo com uma visão crítica apresentada pela autora, a globalização passou a ser construída não como um termo que pode ser contestado, com resultados indeterminados e contingentes ao longo do tempo e do espaço, mas como uma força uniforme, imperativa, endêmica, inexorável e exógena à parte, manejada por uma ampla gama de atores, que é projetada sobre todos os locais e futuros. Essa força é composta por uma visão focada de participação e intercâmbio internacional, que privilegia a agência de elite, a infraestrutura dominante de como pensar economia e política, além de formas mensuráveis de conhecimento. Por consequência, dentro desse sistema econômico globalmente integrado, as nações lutam por capital internacional, em uma busca constante de lucro. Sendo assim, a própria noção de identidade nacional seria decorrente da adequação da nação para atração de capital (Ibidem, 2013).

Apesar de Aronczyk (2013) não mencionar o pós-estruturalismo em seu texto, observa-se uma concepção crítica muito semelhante à esta corrente de pensamento. Similar ao que foi apresentado pela autora, um dos pontos basilares do pós-estruturalismo é o posicionamento crítico aos termos e categorias aceitos como pré-determinados e naturais. Sendo assim, de acordo esta perspectiva, a globalização não deve ser aceita como uma força universal e

incontestável, mas sim, deve-se adotar uma visão de mundo crítica, acerca do surgimento do termo, o contexto, seu uso e os principais atores a se beneficiar com esta definição. Ademais, essa forma de analisar e criticar o termo “globalização”, também pode ser capaz de evidenciar as relações assimétricas de poder presentes no Sistema Internacional, visto que a globalização não se manifesta e influencia igualmente todos os atores.

Ao que tange o neoliberalismo, os Estados buscam alcançar um meio-termo favorável entre a liberalização econômica e o controle estatal, ou seja, um “ato de equilíbrio”. A adoção de parcerias público-privadas é um exemplo claro desse ato de equilíbrio, de modo que empresas e corporações não apenas colaboram intimamente com os atores estatais, mas adquirem um papel de importância e conseguem se beneficiar diretamente com os processos decisórios. Além disso, a defesa da liberdade de mercado, pelo Estado, não parece se manifestar com aceitação semelhante às formas de organização que resistem às decisões baseadas na acumulação de capital, como movimentos sociais e sindicatos (ARONCZYK, 2013, p. 22-23).

Contudo, apesar de toda a discussão aqui apresentada, para Anholt (2013, p.11), os Estados não devem buscar construir uma marca em seu sentido literal. Para ele, uma marca representa uma redução simplista, ingênua e unidimensional, geralmente apresentada pela mídia e opinião pública no plano internacional, de algo rico e complexo. Em contrapartida, o que os governos podem e devem fazer é propagar para as diferentes populações do mundo, uma visão mais rica, profunda, complexa, com mais nuances e mais humana de sua terra, sua população e sua civilização. Se os Estados querem fugir de um estereótipo herdado, então eles também não devem substituí-lo por um estereótipo fabricado (Ibidem, 2013, p. 11). Dessa forma, uma estratégia de *branding* nacional só pode ser alcançada através da promoção de toda a diversidade, riqueza e perfil multidimensional de uma nação e, por consequência, sua história, cultura, geografia e povo.

Dado o exposto, observa-se que no Sistema Internacional atual, a forma que os atores, principalmente os Estados, interagem entre si, mudou significativamente nas últimas décadas. No caso específico dos Estados, além de terem que garantir direitos básicos, segurança e bem-estar à sua população, eles também devem buscar firmar cooperações, parcerias, alianças e qualquer outro tipo de iniciativa com outros atores que possam lhe garantir benefícios nos mais diversos campos da política, economia e cultura.

Dessa maneira, como já apresentado anteriormente, de acordo com a corrente de pensamento pós-estruturalista, Estados não possuem uma identidade sólida e estática, de modo que podem ser vistos de diferentes maneiras, por diferentes atores, em diferentes contextos. Assim, a identidade dos atores é construída socialmente, através de um longo processo de

interações sociais e discursivas ao longo da história. Ademais, ao contrário das perspectivas positivistas, o pós-estruturalismo reconhece que o Sistema Internacional é composto por uma pluralidade de atores com diferentes poderes de influências e decisão, que interagem principalmente a partir das percepções sociais que possuem uns dos outros. Nesta perspectiva, os governantes e outros atores nacionais, devem buscar maneiras de conquistar uma imagem positiva de seu Estado, com o intuito de melhorar a forma que os outros atores o enxergam e, por consequência, garantir melhores relações e ganhos futuros.

Assim, uma das estratégias para alcançar tal objetivo, é conquistar uma marca para o Estado-nação como um todo. Contudo, os Estados não devem construir uma marca em seu sentido literal, ou seja, um conjunto de slogans, imagens e produções midiáticas fabricados com o intuito de representar o Estado de modo raso, superficial e estereotipado. A melhor forma de se conquistar algo próximo a uma marca para um Estado, seria adotar uma estratégia multifacetada, com o apoio de diferentes atores nacionais, com o intuito de destacar a riqueza e complexidade histórica, geográfica, cultural, social e econômica do Estado em questão.

Ademais, é válido destacar que os Estados podem adotar a estratégia de *branding* com diferentes objetivos, como: atração de investidores estrangeiros e turistas; limpar sua imagem frente à alguma questão dita como problemática, como desastres ambientais, envolvimento em conflitos e descumprimento de direitos humanos; garantir melhores resultados em espaços de diálogo internacional, como organizações internacionais e blocos regionais. Assim, nota-se que diferentes países adotaram algum tipo de estratégia de *branding* nacional ao longo de suas histórias, entre eles, Israel. Portanto, é necessário apresentar o caso específico da estratégia de *branding* israelense, conhecida como *Brand Israel*, o porquê do governo ter identificado a necessidade de adotá-la e como ela direciona sua atenção para diferentes nichos sociais do Ocidente, entre eles, a população LGBT+.

2.2. As percepções do Ocidente sobre Israel e a necessidade de uma estratégia de *branding* nacional israelense

De acordo com Gilboa (2006, p. 715-716), a reputação do Estado de Israel é instável, fluindo de acordo com as ações e posturas adotadas pelo governo israelense ao longo da história. Dessa maneira, de 1948 a 1967, Israel conseguiu manter uma reputação positiva no exterior, assim como durante alguns episódios específicos, como: o processo de paz israelense-egípcio de 1977-1979; as negociações de Oslo de 1993-1994, e; a Guerra do Golfo de 1991, onde Israel se absteve de retaliar ataques promovidos pelo Irã. No entanto, desde a eclosão da Segunda

Intifada, em setembro de 2000, a reputação de Israel no exterior tem se deteriorado gradativamente (Ibidem, 2006, p. 715-716).

Nos primeiros anos do século XXI, diversas pesquisas de opinião pública foram realizadas, com o intuito de saber o posicionamento das pessoas em diferentes países acerca de Israel. Em 2004, a ONG judaica, Liga Antidifamação, apresentou um relatório em que analisava a evolução da opinião pública de dez países europeus e dos EUA de 2002 a 2004, sendo os países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Itália, Reino Unido e Suíça. Nota-se, portanto, que em 2002, apenas quatro das dez nações europeias pesquisadas tinham opiniões favoráveis a Israel (Dinamarca, Alemanha, Itália e Reino Unido), mas em 2004, apenas a Itália continuava a ter essa opinião. Ademais, além da mudança de opinião nesses três países, observa-se que na Bélgica, Espanha, Holanda e Suíça, a opinião pública que já não era positiva, decaiu ainda mais. Por sua vez, na Áustria e Reino Unido, a opinião favorável a Israel também apresentou uma leve queda, mas não de modo tão substancial quanto nas quatro nações mencionadas anteriormente. Os resultados nos EUA foram muito diferentes. Uma maioria substancial tinha opiniões favoráveis sobre Israel em 2002, ao ponto de haver um leve crescimento em 2004 (GILBOA, 2006, p. 731-732).

Os países escandinavos, por sua vez, que possuíam um histórico de apoio à Israel, experienciaram uma mudança nesta tendência. De acordo com uma pesquisa publicada pelo principal jornal dinamarquês, *Berlingske Tidende*, em 1982, 28% da população dinamarquesa apoiava Israel e apenas 14% apoiava os árabes, enquanto que em 2002, o apoio aos árabes havia evoluído para 21% e o apoio à Israel havia decaído para apenas 9%. De modo semelhante, de acordo com uma pesquisa publicada pelo jornal norueguês *Aftenposten*, 44% dos entrevistados demonstraram apoio aos palestinos, enquanto que apenas 9% dos entrevistados se simpatizaram com Israel (GILBOA, 2006, p. 732-733).

De forma semelhante, Michlin (2010, p. 3) apresenta dados que corroboram esta perspectiva acerca da reputação israelense no exterior. De acordo com a *Brand Asset Valuator* (uma métrica utilizada para fornecer informações acerca da qualidade e desempenho das marcas), Israel, adicionado como uma marca em 2003, se correlaciona com os termos ousado e independente, mas não divertido ou criativo, sendo os dois últimos, considerados elementos de relevância ao que tange a construção de relacionamentos com uma marca. Assim como nos dados apresentados anteriormente, a BAV também demonstra que Israel é visto de forma mais favorável no público estadunidense e de forma mais desfavorável no público europeu. Apesar de haver um posicionamento crítico em muitos países ocidentais, observa-se, nas pesquisas de opinião, que mais de 50% da população pesquisada nestes países não possui uma opinião

construída sobre Israel. Dessa forma, segundo a autora, para alguns estrategistas e estudiosos, Israel pode e deve engajar este público não engajado (Ibidem, 2010, p. 3).

Como consequência da reputação negativa do Estado de Israel no Sistema Internacional, desde a virada do século, o governo israelense adotou uma estratégia de *branding* nacional, chamada *Brand Israel*. Segundo Ellison (2013), a *Brand Israel* começou a ser desenvolvida em 2001, como uma parceria entre empresas estadunidenses privadas de relações públicas e marketing e o governo de Israel. Essas empresas ficaram encarregadas de desenvolver pesquisas sobre a imagem de Israel nos EUA, pesquisas estas que mostraram que os estadunidenses pensavam que Israel era irrelevante para suas vidas ou, em outros casos, viam o país com uma imagem atrelada à guerras (Ibidem, 2013, p. 9-10).

Por conseguinte, de acordo com Schulman (2011a), após quase quatro anos de pesquisa, consultas e desenvolvimento, a *Brand Israel* é lançada oficialmente em 2005 através de um esforço conjunto do Escritório do Primeiro Ministro, do Ministério das Finanças e do Ministério das Relações Exteriores, ficando sob responsabilidade deste último. Segundo Elia (2012, p. 53-54), a *Brand Israel* foi adotada pelos três Ministérios, com a consciência de que Israel deveria ganhar apoiadores nos países desenvolvidos do “Primeiro Mundo”. Só assim o país seria visto como relevante e moderno, ao invés de um lugar relacionado à guerras e religião (Ibidem, 2012, p. 53-54).

Antes da adoção da *Brand Israel* pelo governo israelense, segundo Gilboa (2006, p. 741), especialistas estadunidenses em relações públicas já haviam sugerido que Israel deveria mudar o foco de sua diplomacia pública do conflito com o povo palestino, para outras áreas negligenciadas. Através dos dados disponibilizados pela BAV, esses especialistas analisaram a opinião do público estadunidense sobre Israel e descobriram que eles possuíam uma visão do país como sombrio, dilacerado pela guerra, rígido e perigoso. Assim como foi adotado posteriormente pela *Brand Israel*, esses especialistas já recomendavam que a diplomacia pública israelense tivesse como foco a disseminação de informações sobre a vida cotidiana do povo israelense e conquistas nas áreas da ciência e tecnologia (Ibidem, 2006, p. 741).

Em 2007, uma conferência foi organizada pelo Ministério das Relações Exteriores, em Tel Aviv, com o objetivo de anunciar publicamente e oficialmente a campanha. Neste contexto, a ministra das Relações Exteriores, Tzipi Livni, concedeu um orçamento de 18 milhões de dólares destinados à diplomacia pública e promoção do turismo israelense, sendo 4 milhões de dólares direcionados à gestão da *Brand Israel*, 3 milhões direcionados para a diplomacia pública israelense (conhecida como “hasbara”, hebraico para “propaganda” e “explicação”) e 11 milhões para o Ministério de Turismo de Israel na América do Norte (SCHULMAN, 2011a).

A adoção dessa estratégia, nesse momento, teve como uma de suas principais características, o foco em produzir conteúdos midiáticos e de marketing direcionados à diferentes nichos populacionais do Ocidente, com o objetivo de mostrar Israel como um local desejável de se visitar e investir, como um lugar divertido, liberal, moderno e que defende os ideais democráticos. Para tanto, parcerias foram feitas com revistas, empresas privadas de turismo, marketing e relações públicas de países ocidentais (ELIA, 2012; ELLISON, 2013; TÓTH, 2019).

Como já destacado, um dos diferenciais da *Brand Israel* é identificar nichos específicos nas populações ocidentais e elaborar estratégias e campanhas que se adequem aos interesses destes nichos. Assim, segundo Schulman (2011a), em 2007, um dos primeiros nichos que Israel direcionou uma estratégia de marketing específica, foi jovens heterossexuais do sexo masculino. O foco neste grupo demográfico advém do fato deles representarem uma parcela populacional que não demonstrava interesses em Israel. Assim, um projeto foi lançado em parceria entre o Consulado Geral de Israel e a Maxim (uma revista internacional que tem o público masculino como alvo principal), em que apresentou uma sessão de fotos de mulheres israelenses que serviram no exército, em maiôs. Como resultado, um estudo de acompanhamento revelou que as percepções dos leitores daquela revista, acerca de Israel, haviam melhorado significativamente (SCHULMAN, 2011a).

Contudo, apesar dos esforços do governo israelense, durante estes primeiros anos de *Brand Israel*, a imagem do país enfrentaria outra queda significativa em 2008. De acordo com Barghouti (2012, p. 33-34), naquele ano, a imagem de Israel no exterior decaiu substancialmente depois da guerra de agressão israelense contra a Faixa de Gaza sitiada²³. Como consequência, o governo aumentou a quantidade de dinheiro a ser direcionada para a *Brand Israel*. Uma das estratégias adotadas com o objetivo de transmitir uma face “mais bonita” de Israel, uma que se afastasse do contexto de guerra, foi através da arte e cultura. Assim, o governo passou a enviar romancistas, escritores, companhias de teatro, orquestras, filmes e exposições para o exterior. Segundo o autor, o governo israelense se beneficiou tanto dessa estratégia, que o fluxo de representações artísticas e culturais enviadas para o exterior aumentou

²³ No dia 27 de dezembro de 2008, sem aviso, Israel deu início a uma série de bombardeios contra a Faixa de Gaza, que ficou conhecida como Operação “Chumbo Fundido”. Seu objetivo declarado era acabar com os ataques de foguetes contra Israel por grupos armados afiliados ao Hamas e outras facções palestinas. Os bombardeiros duraram menos de um mês, visto que o cessar-fogo foi anunciado, tanto por Israel quanto pelo Hamas, em 18 de janeiro de 2009. Apesar do curto período, cerca de 1400 palestinos foram mortos, incluindo cerca de 300 crianças e centenas de outros civis desarmados, além de ter ocasionado a destruição de grandes áreas de Gaza e deixado milhares de palestinos desabrigados (ANISTIA INTERNACIONAL, 2009, p. 1). Disponível em: <<https://www.amnesty.org/download/Documents/48000/mde150152009en.pdf>>.

significativamente em 2009, após a Operação Chumbo Fundido. Em outras palavras, quanto maior o número de vítimas feitas pela beligerância de Israel, mais dinheiro ele precisa investir para cobrir essa face negativa e desfavorável do país (BARGHOUTI, 2012, p. 33-34).

Dessa forma, apesar da *Brand Israel* ter sido lançada em 2005, nota-se que este conceito não representava plenamente o propósito do governo israelense de reposicionamento de Israel na arena internacional. Dessa maneira, em 2009, o governo passou a utilizar o termo “Energia Criativa” (tradução do termo original em inglês “*Creative Energy*”) como uma estratégia dentro da *Brand Israel*, com o propósito de realçar o empreendedorismo e criatividade israelense. A Energia Criativa busca afastar a imagem de Israel de um país centrado em guerras e conflitos e a aproxima à uma marca que representa valores e ideais como “diversidade vibrante” e “zelo empresarial” (MICHLIN, 2010, p. 3).

Assim, a Energia Criativa busca realçar os valores positivos da marca israelense que podem auxiliar numa construção mais forte de relacionamentos com o público ocidental. De modo geral, a Energia Criativa é capaz de se comunicar especificamente bem com o público ocidental não engajado, visto que realça suas preferências e interesses em comum com Israel. Por sua vez, esta estratégia consegue contornar a forma que o público ocidental enxerga Israel de forma desvantajosa e permite que o Estado capitalize pontos específicos que o governo acredita serem fortes, como sua economia, alta tecnologia e ciência, meio ambiente, estilo de vida e cultura. Contudo, é importante realçar que esta estratégia não tem como objetivo substituir os outros esforços de diplomacia pública israelense, mas representa uma nova forma de diversificar suas políticas e auxiliar, a longo prazo, no posicionamento mais favorável de Israel na arena internacional (MICHLIN, 2010, p. 3).

Adotar Energia Criativa como conceito oficial da estratégia de marca do Estado de Israel, entra em concordância com a afirmação de Anholt (2013) sobre a moralidade no Sistema Internacional. Como já apresentado, atualmente existe uma concepção geral (não sendo a única) sobre a forma que os Estados devem agir e se comportar no Sistema Internacional, de modo que os mesmos devem respeitar um conjunto de características, ações e discursos, como garantia de direitos humanos, preocupação com o meio ambiente, democracia, etc. Segundo Michlin (2010, p. 4), as mensagens disseminadas pela *Brand Israel* devem ser acompanhadas de exemplos de valores compatíveis semelhantes de Israel com o Ocidente, como esses valores mencionados anteriormente. Assim, o fortalecimento da associação do Ocidente com Israel pode levar a uma percepção mais favorável da imagem israelense no exterior. Uma das formas de construir uma relação mais íntima com as populações ocidentais e conseguir gerar interesse desses indivíduos por Israel, é apresentar a vida diária e cultura israelense (Ibidem, 2010, p. 4).

O uso dessa estratégia, focada na expressão artística e cultural de Israel é justificável, pois, segundo Elia (2012, p. 53), as realizações acadêmicas e culturais de Israel representam uma faceta cativante e distante do estereótipo militar do país. Portanto, essa faceta cativante é capaz de desviar a atenção das ações e políticas promovidas pelo Estado que não seriam bem aceitas no Ocidente, como as violações do direito internacional e dos direitos humanos, além da política de apartheid imposta contra o povo palestino. Para a autora, construir e reforçar essa fachada glamourosa tem sido cada vez mais importante, visto que conforme o jornalismo alternativo e cidadão se torna mais democrático, o governo israelense não mais consegue esconder seus crimes e infrações (Ibidem, 2012, p. 54).

Ademais, fica evidente que o uso da cultura e da arte é de vital importância para a *Brand Israel*, e, por consequência, como uma forma de encobrir o apartheid promovido contra o povo palestino. Contudo, de acordo com Elia (2012, p. 57), enquanto Israel intencionalmente e explicitamente usa a arte para promover sua agenda política, ele bloqueia artistas e músicos palestinos de divulgar o seu trabalho. Assim, usar a arte como propaganda deve ser acompanhada pela escolha adequada dos rostos que irão representar o país no exterior. Para tanto, os embaixadores culturais de Israel são precisamente aqueles que não defendem o apartheid e a limpeza étnica abertamente, mas sim aqueles que demonstram o “belo rosto” israelense. Além dos artistas, acadêmicos que adotam uma perspectiva favorável ao povo palestino também têm que lidar com desafios e represálias constantes, simplesmente por apresentarem uma narrativa ou perspectiva crítica à Israel em seus programas, palestras e pesquisas (ELIA, 2012, p. 57).

Em 2010, o jornal israelense *Globes* relatou que o Ministério das Relações Exteriores havia destinado 100 milhões de shekel (mais de \$26,2 milhões de dólares) para a *Brand Israel*, de modo que o foco seria desenvolver atividades na internet, principalmente nas redes sociais (SCHULMAN, 2011a). Alguns anos antes desse episódio, Gilboa (2006, p. 720) já havia explicado que o uso da internet é de extrema importância para as estratégias de NDP, visto que a internet representa uma arena de disseminação de informações a nível global e em tempo real. Atualmente, quase todos os atores estatais ou não estatais possuem sites para apresentar suas narrativas de acordo com suas perspectivas, ao passo de conquistarem apoio, neutralizarem ou atacarem oponentes (GILBOA, 2006, p. 720). Por consequência, a *Brand Israel* reconhece a importância da internet (e por extensão, redes sociais) e faz uso deste cyper espaço para propagar o estilo de vida democrático, liberal e divertido de Israel.

Segundo Gilboa (2006, p. 740), uma nação não precisa depender exclusivamente de programas governamentais para exercer sua diplomacia pública. Assim, as ONGs,

especialmente as da sociedade civil, são de extrema importância em auxiliar os Estados em suas estratégias de *nation-branding* (Ibidem, 2006, p. 740). Dessa forma, Elia (2012, p. 54) apresenta alguns exemplos de ONGs que passaram a apoiar e fomentar a *Brand Israel*. Nos EUA, uma das primeiras ONGs a comprar a ideia de mudar a marca de Israel, foi a Hillel, uma organização universitária internacional judaica, que justifica o apoio à *Brand Israel* descrevendo-a como uma campanha capaz de retratar Israel como um lugar com pessoas legais e interessantes.

Ademais, outras organizações destinam-se à auxiliar os esforços de relações públicas de Israel, como a *American Israel Public Affairs Committee* (AIPAC) e a Israel21c, que geram conteúdo colaborativo para serem usados em eventos acadêmicos e culturais promovidos pela campanha. De acordo com a autora, mais de trinta e três organizações apoiam a campanha israelense no Ocidente (ELIA, 2012, p. 57).

Como já mencionado, um dos diferenciais da *Brand Israel* é o foco em nichos sociais, sendo um deles, as comunidades LGBTQ+ do Ocidente. Assim, nota-se que utilizar-se dos direitos LGBTQ+ dentro da campanha, permite que Israel venda sua imagem atrelada às características como democrático, liberal e inclusivo. Consequentemente, esses ganhos são tão visíveis que, como exposto por Elia (2012, p. 54-55), até mesmo a *StandWithUs*, um grupo conservador ultrassionista que nunca antes havia se aliado ou defendido os direitos dos homossexuais, passou a promover Israel como sendo o único país que acolhe e defende esta parcela populacional no Oriente Médio (Ibidem, 2012, p. 54-55).

De modo semelhante, Schulman (2011a) apresenta alguns episódios em que o uso dos direitos LGBTQ+ foram utilizados pela *Brand Israel*. Também em 2010, uma campanha de turismo intitulada “Tel Aviv Gay Vibe”, foi lançada em uma parceria conjunta entre o Ministério do Turismo de Israel, o Conselho de Turismo de Tel Aviv e a Aguda, a maior organização LGBTQ+ do país. Com um investimento inicial de cerca de 88 milhões de dólares, a campanha tinha como propósito principal promover Tel Aviv como um destino turístico para LGBTQ+ europeus, com foco no Reino Unido e Alemanha, países com comunidades LGBTQ+ consideráveis. Para tanto, uma das principais técnicas utilizadas pela campanha é promover anúncios em sites e revistas destinadas ao público LGBTQ+ (Ibidem, 2011).

Além desta campanha, no mesmo ano, a *Brand Israel* lançou outro evento destinado ao público LGBTQ+, dessa vez nos EUA, o Mês do Orgulho de Israel em São Francisco. Em março de 2011, pela primeira vez na história, o governo israelense patrocinou um estande na Feira Internacional de Turismo em Berlim, destinada a incentivar turistas LGBTQ+ a visitar Tel Aviv. Apesar da Tel Aviv Gay Vibe ter recebido um investimento inicial de 88 milhões, segundo Yaniv Weizman, membro do Conselho de Tel Aviv, gastos do dinheiro público israelense na

promoção do turismo gay para a capital israelense chegaram a 94 milhões de dólares em 2010 (SCHULMAN, 2011a). Algumas organizações e indivíduos passaram a afirmar que o uso de um discurso pró-LGBT+ pelo governo israelense, manifestado dentro da *Brand Israel*, é configurado como *pinkwashing*, uma questão a ser discutida a seguir.

Outra ONG que ajuda a fomentar a *Brand Israel* é a *Israel at Heart* (IAH), que organiza encontros entre jovens israelenses com a juventude local, em países na América do Norte, América do Sul e Europa. A principal estratégia utilizada pela IAH é sugerir tópicos, nestes encontros, que envolvam a vida diária em Israel e mostrar um lado que geralmente não é exibido nas notícias. A Israel21c, como já mencionado, destina-se a produzir conteúdo que possa ser utilizado pela *Brand Israel*, de modo que concentra-se em tópicos sobre os avanços científicos e tecnológicos de Israel e como esses avanços, supostamente, estão salvando e melhorando vidas em todo o mundo. O Projeto Israel (2002-2019), uma ONG que era composta por uma equipe de especialistas em relações públicas, desenvolvia pesquisas para identificar pontos fracos na diplomacia pública israelense e, assim, desenvolver estratégias para resolver tais problemas e melhorar a imagem do Estado no Ocidente (GILBOA, 2006, p. 741).

Assim, observa-se que pelo fato da *Brand Israel* representar uma estratégia de NDP, o foco não mais está na diplomacia tradicional feita entre Estados, ao passo que conta com a ajuda e influência de outros atores do Sistema Internacional, como ONGs, empresas de marketing e empresas de turismo. Ademais, nota-se ainda que a *Brand Israel* não é destinada a atrair apenas apoio e confiança dos governantes, mas é, também, destinada às populações desses países, ou seja, os cidadãos aqui também são atores de interesse e influência. Logo, tanto o pós-estruturalismo, quanto a Teoria Queer são escolhas viáveis para esta pesquisa, visto que são críticos à concepção positivista de que o principal objeto de análise das RI é o Estado e reconhecem a existência, influência e relevância dos outros diversos atores.

Dessa forma, de acordo com Elia (2012), paralelamente ao apoio que Israel tem recebido de diferentes ONGs, assim como ao aumento de campanhas destinadas à destacar características positivas e agradáveis de Israel, as políticas adotadas pelo Estado israelense, para com o povo palestino, continuam a se tornar mais severas, a listar: aumento de demolições de casas palestinas; expansão de assentamentos; ataques indiscriminados recorrentes em Gaza; respostas militares e desproporcionais contra as manifestações não violentas contra o muro ilegal na Cisjordânia. A autora destaca que comprar esta imagem que vem sendo projetada por Israel e apoiadores do país como um lugar vibrante e inclusivo, significa comprar uma propaganda maior usada para desviar a atenção das práticas violentas e ilegais promovidas pelo Estado (ELIA, 2012, p. 54-55).

Assim, desde a virada do século, a reputação israelense no Ocidente tem experienciado uma instabilidade, com certos momentos negativos. A lista de motivos que explicam esses episódios de queda de reputação, envolvem principalmente tópicos acerca da atuação indevida e agressiva de Israel nos TPO, como: destruição de casas palestinas, ocupação indevida de territórios, bombardeios, construção de muros, violência policial e militar, etc. Neste contexto, a *Brand Israel* é adotada com o propósito de corrigir a forma que o país é visto no exterior, principalmente na Europa e EUA, limpar sua imagem e conquistar apoio de diferentes nichos populacionais ocidentais. Este último objetivo entra em concordância com a afirmação de Chernatony (2008), que, caso um Estado queira evidenciar e melhorar o turismo em seu território, é necessário que o mesmo diferencie-se dos outros países, para tanto, o foco em nichos sociais pode ser útil.

Com base no que aqui foi apresentado e fazendo uso dos textos de Der Derian e Shapiro (1989), Campbell (2013) e Walker, observa-se que o Sistema Internacional é composto não só pelas relações entre atores a partir de conflitos, cooperações e acordos, mas, também, a partir das diferentes narrativas e práticas discursivas. Ademais, ainda de acordo com os escritos pós-estruturalistas, nenhum Estado surge com uma identidade pré-definida e imutável. Logo, fica evidente que a imagem de Israel no plano internacional e a subsequente forma em que sua identidade é percebida, passou por algumas alterações ao longo do tempo. Assim, neste contexto, a *Brand Israel* manifesta-se como uma importante estratégia neste repetitivo jogo de interações discursivas e textuais.

Dado o exposto, um dos nichos populacionais que Israel direciona sua atenção, através da *Brand Israel*, é a população LGBT+. Contudo, apesar de Israel adotar uma postura supostamente favorável e inclusiva ao que tange essa população, estes indivíduos afirmam que o governo israelense tem se apropriado da promoção de direitos, atos e discursos pró-LGBT+ como uma manifestação de limpeza de imagem do país no exterior, ou seja, Israel faz uso do *pinkwashing*. Portanto, a seção seguinte terá como foco explicar o surgimento do *pinkwashing*, como este mecanismo manifesta-se de diversas formas e em diferentes contextos, além do posicionamento de organizações LGBT+ acerca do suposto perfil inclusivo e amigável de Israel ao que tange esses indivíduos.

2.3. *Pinkwashing*: lavando as mãos sujas de sangue com tinta cor de rosa

Como já mencionado, a *Brand Israel* tem como principal objetivo desvincular a imagem de Israel à questões como o conflito palestino-israelense e descumprimento de direitos humanos, para, assim, conquistar uma nova imagem no imaginário ocidental, vinculada à

características tidas como positivas, como seu perfil democrático, liberal e, supostamente, inclusivo. Por sua vez, a *Brand Israel* possui um perfil multifacetado e conta com apoio de diferentes organizações da sociedade civil. Entre as direções seguidas pela *Brand Israel*, está a forma em que Israel utiliza-se dos direitos LGBT+ com o intuito de reforçar essas características positivas, fortalecer sua aproximação com o Ocidente e, de finalidade mais significativa, lavar sua imagem perante ao que tem cometido contra o povo palestino. Em outras palavras, Israel faz uso de *pinkwashing*.

Dessa maneira, neste primeiro momento será exposta a discussão acerca do termo *pinkwashing*, seu surgimento, como é aplicado pelo Estado de Israel, as consequências dessa ferramenta nas vidas dos palestinos e como certos movimentos LGBT+ pró-Israel atuam de forma a perpetuar o *pinkwashing*.

De antemão, é importante destacar que o *pinkwashing* não surge dentro da lógica LGBT+, mas dentro do âmbito da luta contra o câncer de mama. Desse modo, o termo *pinkwashing* fora concebido por um grupo de ativistas do câncer de mama, o *Breast Cancer Action*, nos EUA, durante a década de 1990. A ação do grupo começou a tomar forma, pois foi nessa época que nasceu o tão conhecido “Outubro Rosa”, ou mês de conscientização ao câncer de mama. O *Breast Cancer Action* então passou a criticar o marketing das corporações que promoviam uma imagem de preocupação com o câncer de mama, durante o Outubro Rosa, enquanto lucravam com a doença (SCHULMAN, 2011a; RITCHIE, 2014a, p. 618).

O *pinkwashing*, nessa ótica, diz respeito a empresas que constroem uma imagem positiva de si como agentes engajados na luta contra o câncer de mama, mas que, paradoxalmente, produzem produtos químicos ou processos que podem contribuir para o aumento dos índices da doença e/ou que não promovem ou financiam nenhum tipo de ação que pode efetivamente combater o câncer de mama (WIKE, 2012, p. 2).

O termo foi então, como exposto por Salem (2012), apropriado por ativistas LGBT+, com vistas a denunciar como Estados se utilizam de uma série de medidas pró-LGBT+ supostamente progressistas a fim de construir seus perfis como superiores, com características positivas, como democráticos, cosmopolitas, modernos e de primeiro mundo. Em contrapartida, esses Estados automaticamente constroem (ou retratam) o perfil das comunidades e Estados que não são adeptos dessa mesma liberdade para a comunidade LGBT+, como violentos, atrasados, bárbaros e uma diversidade de características negativas. Além da construção de identidades, esses Estados podem fazer uso do *pinkwashing*, com o intuito de encobrir e reduzir atenção de violações dos direitos humanos em seus próprios territórios e/ou em territórios

estrangeiros. Assim, um Estado envolve-se em *pinkwashing* quando seus motivos reais são camuflados no discurso pró-LGBT+ (SALEM, 2012, p. 1).

De modo geral, os autores e movimentos sociais anti-*pinkwashing*²⁴ identificam Israel como o principal Estado promotor do *pinkwashing*. A associação do termo “*pinkwashing*” ao Estado de Israel ganhou alta popularidade após a autora Sarah Schulman publicar um artigo de opinião na New York Times, em 2011²⁵, em que definiu *pinkwashing* como sendo uma estratégia deliberada de corrigir violações contínuas aos direitos humanos dos palestinos, atrás de uma imagem de modernidade expressa através da vida gay em Israel (SCHULMAN, 2011b).

Segundo Puar e Mikdashi (2012), o *pinkwashing* adotado por Israel possui como objetivo central encobrir a ocupação indevida da Palestina histórica, pelo governo israelense, enquanto que redireciona a atenção internacional para seu perfil supostamente favorável aos direitos LGBT+ em Israel em contraposição a um estado de vida supostamente sombrio dos palestinos LGBT+ nos TPO. Em outras palavras, o *pinkwashing* representa uma manifestação da *Brand Israel*, com recorte específico direcionado ao público LGBT+ ocidental.

Uma das características do *pinkwashing*, conforme Puar (2017, p. 96), é o favorecimento da imagem de Israel como “*gay-friendly*”²⁶, com o intuito de apagar determinadas hierarquias de poder. Em outras palavras, ao expor com tanta veemência a “homofobia palestina”, Israel intenta apagar qualquer questionamento sobre “homofobia israelense”, o que lhes ajuda a justificar uma reivindicação de superioridade civilizacional, tornando o sionismo, por sua vez, mais atraente para os homossexuais euro-americanos.

Pelo fato do *pinkwashing* ser um importante mecanismo, utilizado por Israel, para desviar a atenção internacional da ocupação perpetuada nos TPOs, enquanto que “limpa” sua imagem atrás de um perfil pró-LGBT+, os alvos mais importantes do *pinkwashing*, portanto, não são realmente turistas gays euro-americanos, mas os próprios palestinos (queer e não-queers), visto que, ao fazer uso do *pinkwashing*, Israel legitima diversas violências em suas vidas cotidianas. Portanto, o *pinkwashing* funciona duplamente: primeiro, como uma forma de securitização, ao construir a imagem dos palestinos como atrasados, perigosos e sexualmente

²⁴ Entre os principais autores e acadêmicos, que relacionam o uso do *pinkwashing* ao Estado de Israel, estão: Grace Weaver (2016); Jasbir Puar, com diversos trabalhos sobre a temática, sendo aqui utilizado 4 artigos publicados no período de 2011 a 2013 e um livro publicado em 2017; Jason Ritchie (2010; 2014a; 2014b); Joy Ellison (2013); Maya Mikdashi (2012, em parceria com Puar); Sara Salem (2012) Sarah Schulman (2011a; 2011b) e outros.

²⁵ Artigo disponível em: <<https://www.nytimes.com/2011/11/23/opinion/pinkwashing-and-israels-use-of-gays-as-a-messaging-tool.html>>.

²⁶ Em tradução literal, significa “amigável aos gays”. O termo é utilizado para caracterizar indivíduos, organizações ou Estados que se consideram simpáticos, tolerantes e amigáveis a indivíduos gays ou LGBT+ de modo geral. Fonte: <<https://www.lexico.com/definition/gay-friendly>>.

reprimidos, e segundo, como um mecanismo de subjugação dos palestinos sob o domínio da ocupação (PUAR, 2017, p. 96).

De modo complementar, Weaver (2016) afirma que existem dois aspectos do *pinkwashing*. Primeiro, o Estado israelense é ciente de que muitas pessoas e organizações sociais de esquerda em Israel e no exterior se opõem ao seu tratamento agressivo aos palestinos. Assim, para angariar a simpatia dessas pessoas e organizações, Israel utiliza-se da promoção de eventos e direitos LGBT+, buscando estrategicamente, apoio financeiro e ideológico de fontes estatais, como dos EUA.

Como exposto por Weaver (2016), o Estado de Israel utiliza-se da promoção dos direitos garantidos à população LGBT+ israelense com o objetivo de conseguir apoio financeiro e ideológico do Ocidente, principalmente dos EUA. Entre tais direitos estão: abolição das leis anti-sodomia no país (1988); proibição da discriminação contra indivíduos LGBT+ no local de trabalho (1992); legalização da participação de indivíduos abertamente LGBT+ nas Forças de Defesa de Israel (FDI) (1993); reconhecimento dos parceiros de mesmo sexo como membros da mesma família, pelo Departamento de Defesa (1997); a determinação, pela corte israelense, que casais LGBT+ qualificam-se para direitos de herança (2004); direito de adoção por casais do mesmo sexo (2005); casamento entre pessoas do mesmo sexo, feitos no exterior, passam a ser reconhecidos pelo Estado israelense (2006) (STANDWITHUS BRASIL, 2019, p. 3). Ao fazer isso, todavia, o governo israelense acaba por receber uma resposta oposta de parte da comunidade LGBT+, pois manifestantes anti-*pinkwashing* alegam que o uso dos direitos LGBT+ é cínico, porque o Estado israelense e seus aliados não demonstram um compromisso genuíno com os direitos LGBT+ em suas outras ações (WEAVER, 2016, p. 4).

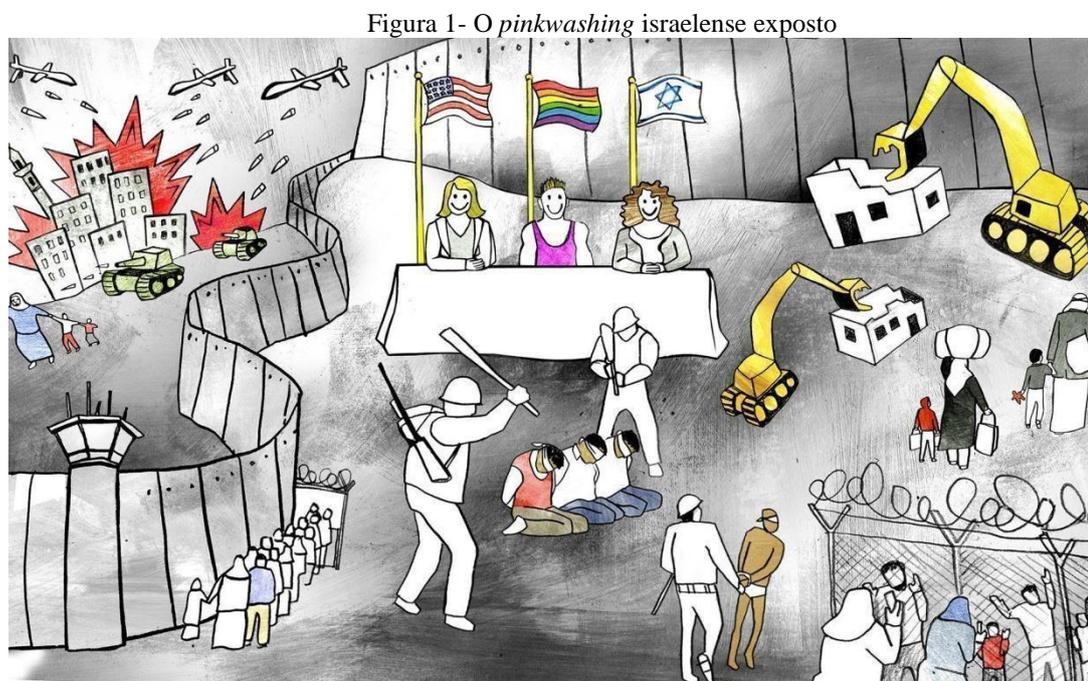
Visto que a Teoria Queer surge como uma corrente teórica fortemente influenciada pelo pós-estruturalismo, ela também se recusa a aceitar normas, conceitos e categorias como estáveis, universais e eternos. Assim, pensar e pesquisar sobre direitos LGBT+, sob um viés queer, não envolve apenas a forma que os Estados garantem esses direitos, mas também as diversas relações de poder envolvendo não só o Estado e sua população LGBT+, mas também as relações entre Estados no Sistema Internacional. Nessa perspectiva, a população LGBT+ não deve hierarquizar os Estados com base na forma em que eles se posicionam ao que tange os direitos LGBT+, mas sim, é necessário analisar criticamente a conceitualização, história e uso dos direitos LGBT+ na atualidade, com o objetivo de evidenciar relações de poder pautadas na opressão e violência para com outros povos.

Assim, analisar o contexto palestino-israelense, sob o viés crítico da Teoria Queer, envolve repensar e problematizar não só a forma que o Estado israelense garante direitos à sua

população, mas também a forma que ele se utiliza desses direitos na arena internacional. Ademais, uma análise queer problematiza, também, o porquê dos direitos LGBT+ terem evoluído para um recorte específico capaz de atribuir características positivas aos Estados (entre eles, Israel), como inclusivo, tolerante e democrático, em outras palavras, a Teoria Queer repensa a própria construção social da importância dos direitos LGBT+ no Sistema Internacional.

O segundo aspecto apresentado por Weaver (2016, p. 4), é que ao retratar a sociedade palestina como hostil às pessoas LGBT+, o Estado israelense e seus aliados buscam atrelar aos palestinos uma série de atributos negativos tais como atrasados e perigosamente intolerantes. Ao retratar a sociedade palestina dessa forma, Israel se utiliza dessa imagem como mais uma dentre outras justificativas para intervir e ocupar violentamente os Territórios Palestinos (Ibidem, 2016).

A Figura 1, a seguir, presente no documentário “*Pinkwashing Exposed: Seattle Fights Back*”, de 2015, dirigido por Dean Spade e disponível, também, no site de mesmo nome²⁷, elucida de modo crítico a maneira como o Estado de Israel direciona o uso do *pinkwashing* para as comunidades LGBT+ ocidentais, principalmente dos EUA.



Fonte: “Watch pinkwashing exposed: Seattle fights back!”

²⁷Documentário e, por consequência, a imagem, disponível em:
<<https://pinkwashingexposed.net/2015/05/06/watch-pinkwashing-exposed-seattle-fights-back/>>.

A imagem carrega um senso crítico em sua formulação, visto que a figura de um painel com três representantes, um dos EUA, um de Israel e uma da comunidade LGBTQ+ no centro, aparece em destaque, em um local privilegiado em que chama a atenção imediata do público. Ao redor deste painel, estão expostos uma diversidade de infrações e atrocidades cometidas por Israel, como a construção de muros, demolição de casas palestinas, bombardeio aos TPO, violência física contra palestinos civis, etc. Além do painel estar em uma posição de destaque, nota-se uma outra característica problemática: todos os três representantes estão sorrindo, ou seja, a narrativa aqui já exposta de que não há nada de errado em/sendo cometido por Israel, visto que apoia a pauta LGBTQ+ e recebe apoio estadunidense.

Como já apresentado, a *Brand Israel* não surge com um direcionamento específico para a comunidade LGBTQ+, mas sim para os diferentes públicos do Ocidente em geral. Contudo, a partir de 2009, surge a necessidade de direcionar um nicho dentro da *Brand Israel* voltado às comunidades LGBTQ+ dos países ocidentais. Schulman (2011a) afirma que naquele ano, Israel aparece na posição 192, dos 200 países analisados, na “*EastWest Global Nation Brand Perception Index*”²⁸, atrás de países como Coreia do Norte, Sudão e Iêmen. Dessa forma, no mesmo ano, o Ministro das Relações Exteriores confirmou que Israel iria patrocinar uma delegação para os Jogos Gays²⁹, com o intuito de ajudar a mostrar para o mundo a face liberal e divertida de Israel, através do apoio à comunidade LGBTQ+.

Assim, a partir de então, dezenas de campanhas midiáticas, panfletos e eventos foram promovidos nos EUA, Canadá e Europa. Um claro exemplo disso, ocorre ainda em 2009, quando a Associação Internacional de Turismo para Gays e Lésbicas (IGLTA) lança uma conferência em Tel Aviv para promover a cidade como sendo um relevante destino do turismo LGBTQ+ internacional (QUAIA, 2009).

Como já mencionado anteriormente, a *Brand Israel* tornou-se tão grande que recebeu apoio de organizações sionistas antes vistas como ortodoxas e não receptivas à comunidade LGBTQ+, entre elas, a *StandWithUs* (já discutida anteriormente) e a *BlueStar*. Segundo o website da *BlueStar*, a organização busca humanizar as percepções sobre Israel, para tanto, utilizam-se

²⁸ Índice elaborado pela empresa “EastWest Communications” que analisa a percepção das nações do mundo, umas sobre as outras, com base nas notícias disponíveis nos diferentes portais midiáticos internacionais. Segundo a empresa, cada nação é percebida de maneira distinta, com base em sua reputação. Dessa forma, caso a imagem de determinada nação esteja vinculada a questões como guerras, escândalos de corrupção e desastres nacionais, ela será mal vista pelas outras nações e ocupará uma baixa posição no índice. Fonte: <https://www.eastwestcoms.com/i_perception.htm>. Além do índice de percepção geral, ainda há os rankings específicos de cultura, exportações, população, turismo, governança e imigração/investimentos. Fonte: <<https://issuu.com/isotipo/docs/nationbranding>>.

²⁹ Evento cultural e esportivo, semelhante às Olimpíadas, voltado exclusivamente para atletas e artistas LGBTQ+. Seu nome original, em inglês, é Gay Olympics Games, uma analogia às Olimpíadas.

da promoção de vídeos e imagens para promover Israel como um país democrático, seguro e com fronteiras definidas (BLUESTAR, sem data).

Ellison (2013, p. 10-12) destaca que através dessas campanhas, a *Brand Israel* alcança três objetivos benéficos à imagem de Israel, primeiramente, a promoção do "turismo gay" para Israel. O Ministério do Turismo de Israel direciona campanhas publicitárias, artigos e promoções em materiais da indústria de viagens, para 11 comunidades LGBTQ+ localizadas no Ocidente. Esses anúncios da *Brand Israel* frequentemente divulgam as celebrações do orgulho gay como evidência da libertação dos gays israelenses, em contraste com a opressão sofrida pelos gays palestinos. A principal fundamentação dessa retórica é o apego à visibilidade e exposição da sexualidade para a sociedade, como um dos sinais mais importantes de liberação sexual e de gênero (ELLISON, 2013, p. 10-11).

Em segundo lugar, a *Brand Israel* comemora um suposto recorde de direitos gays em Israel. A maioria dos anúncios da *Brand Israel* elogia Israel por garantir direitos civis a cidadãos gays e lésbicas. Todavia, o enquadramento dos direitos dos gays nesses materiais é extremamente raso, pois utiliza-se de uma definição de "direitos dos gays" que inclui apenas algumas categorias dentro da comunidade LGBTQ+, enquanto que exclui muitas outras pessoas LGBTQ+. Por exemplo, direitos e proteções específicos para pessoas trans³⁰ não são amplamente realizados em Israel e geralmente são deixados de fora das campanhas da *Brand Israel* (ELLISON, 2013, p. 11).

Um dos principais direitos abordados por esses materiais é o do casamento igualitário e a participação nas FDI. Contudo, ativistas israelenses LGBTQ+ apontam que nenhum desses direitos é plenamente realizado, principalmente o direito de se casar, visto que em Israel, o governo define o casamento como uma cerimônia religiosa entre um homem e uma mulher da mesma categoria racial/nacional. Assim, os casamentos do mesmo sexo não são realizados dentro de Israel, mas aqueles realizados no exterior são reconhecidos pelo governo israelense. No entanto, tanto casamentos entre israelenses e palestinos, quanto muitos casamentos entre palestinos não são totalmente reconhecidos. Essa regulamentação complexa dos direitos do casamento não é abordada nos discursos da *Brand Israel* (ELLISON, 2013, p. 11-12).

Por fim, o terceiro objetivo alcançado pela *Brand Israel*, é que ela faz comparações entre Israel, os TPO e o resto do Oriente Médio, argumentando que as nações árabes e muçulmanas não oferecem o mesmo nível de segurança e direitos legais que Israel oferece a

³⁰O termo "trans", é um termo guarda-chuva que incorpora todas as identidades de gênero dentro do espectro não-cisgênero, ou seja, que não identificam-se com o gênero atribuído no nascimento. O termo inclui, portanto, homem trans, mulher trans, genderqueer, agênero, não-binário, gênero não conformista e outros.

seus cidadãos gays e, ao mesmo tempo, descrevendo Israel como a única democracia no Oriente Médio e culturalmente semelhante aos EUA e Europa Ocidental. Como consequência, Israel é retratado como uma nação progressiva e iluminada, enquanto que as culturas árabes e muçulmanas são definidas como regressivas e atrasadas (ELLISON, 2013, p. 12).

Todos esses objetivos da *Brand Israel* resultam em uma questão específica: retratam a sociedade israelense como homogeneamente tolerante para com as pessoas LGBTQ+, em contrapartida à sociedade palestina, representada como intolerante homogeneamente com as pessoas LGBTQ+. Ou seja, negam, por um lado, a existência da LGBTQfobia na sociedade israelense e, por outro, negam a existência de movimentos LGBTQ+ na sociedade palestina. Não apenas as representações da sociedade israelense e palestina são enganosas, mas também são prejudiciais para os membros de ambas as sociedades (WEAVER, 2016, p. 22).

Dessa forma, observa-se que o *pinkwashing* prejudica não só os palestinos, mas também os israelenses de três maneiras principais. Primeiramente, ao alegar que a comunidade LGBTQ+ está alcançando a igualdade na sociedade israelense (o que não é o caso), o Estado israelense inibe as pessoas LGBTQ+ israelenses de conseguirem mudanças dentro de sua sociedade para um tratamento melhor e não discriminatório para outros indivíduos não-LGBTQ+, como palestinos e outras minorias raciais e religiosas, causando complacência entre os possíveis apoiadores internos e no exterior (WEAVER, 2016, p. 22).

Segundo, o *pinkwashing* permite que as injustiças perpetradas pelo Estado de Israel contra os palestinos continuem, pois, como exposto anteriormente, desenha a sociedade palestina como intolerante. Por último, o Estado israelense e seus aliados garantem que muitos palestinos continuam a associar a homossexualidade às influências ocidentais e, por isso, não conseguem desenvolver uma identidade LGBTQ+ palestina única, como consequência, defendem que tais LGBTQ+ palestinos devem ser “salvos” e inseridos na sociedade israelense (WEAVER, 2016, p. 22).

Esses discursos, eventos e materiais midiáticos acabam por dividir a comunidade queer/LGBTQ+³¹ israelense e palestina. De um lado, há indivíduos e organizações, principalmente sionistas, que realmente acreditam que seus direitos estão sendo promovidos e assegurados. Por outro lado, encontram-se os indivíduos e organizações críticos que conseguem

³¹Ellison (2013, p. 8-9) traz a definição “queer/LGBTQ+”, pois muitos indivíduos e organizações palestinas identificam-se como queer, mas não LGBTQ+ e vice-versa, assim como pode acontecer de não haver uma identificação em específico. A autora afirma que busca utilizar os termos usados pelas próprias organizações sempre que possível. Quando isso não é possível, utiliza o termo queer/LGBTQ porque isso comunica a concepção mais ampla de uma comunidade oprimida com base em gênero e sexualidade, que luta por reivindicações de identidade específicas.

identificar todas essas problemáticas relacionadas à ocupação indevida e ao *pinkwashing* explícito adotado por Israel.

O primeiro grupo defende o liberalismo e os ganhos duramente conquistados em décadas de ativismo gay. Os indivíduos deste grupo acreditam que, por serem pessoas LGBTQ+, devem se preocupar em discutir e lutar por mais garantias de direitos e que pautas como a ocupação indevida dos Territórios Palestinos não são relevantes para o movimento, pois não são categorizadas como LGBTQ+. Outra posição, ainda mais extremista, acredita que a tentativa de determinados grupos LGBTQ+, anti-*pinkwashing*, de expor a natureza ideológica das imagens de Israel como *gay-friendly* e dos TPO como homofóbico indicam uma tendência perturbadora de anti-semitismo entre os "ativistas gays radicais" europeus e norte-americanos, cuja a "tese preconceituosa" de *pinkwashing* representa uma nova expressão de preconceito contra judeus (RITCHIE, 2014a, p. 616-619).

Entre as organizações LGBTQ+ pró-Israel, três recebem destaque: *A Wider Bridge* (AWB), a Aguda e a *Jerusalem Open House* (JOH). A AWB foi fundada em 2010, nos EUA, para "construir boas relações entre Israel e os LGBTQ+ em Israel". Dois pontos merecem destaque na descrição apresentada sobre a AWB em seu website: primeiramente, afirmam que a AWB foi criada como uma organização judaica para aproximar os judeus LGBTQ+ com Israel e com a comunidade judaica como um todo. Em segundo lugar, afirmam que com o tempo, a AWB passou a buscar mecanismos para aproximar pessoas LGBTQ+ e aliados, judeus e não judeus, com a comunidade LGBTQ+ israelense e ao "Estado Judaico e Democrático" (A WIDER BRIDGE, sem data). Nota-se uma clara fundamentação sionista nessa organização, principalmente ao descrever Israel como "o Estado Judaico e Democrático", novamente, a ideia de excepcionalismo de Israel como uma referência da democracia atrelada aos ideais judaicos.

Observa-se que, em 2011, é criada a página na rede social Facebook "*Queer Support for Israel*³²" (Apoio Queer para Israel), que tem como objetivo postar diversas fotos e vídeos com a finalidade de reforçar essa imagem do país como um paraíso LGBTQ+ no Oriente Médio e dos países árabes como bárbaros e homofóbicos (PINKWATCHING ISRAEL, 2012). Apesar de não deixar explícito ter algum vínculo com a AWB e vice-versa, o conteúdo compartilhado pela página é, em sua maioria, proveniente da página oficial da AWB.

Já a Aguda, se autodescreve como uma organização sem fins lucrativos que busca representar a comunidade LGBTQ+, desenvolver lideranças, criar um clima social e político de aceitação para com a comunidade LGBTQ+, além da luta por igualdade de direitos e segurança

³²Endereço eletrônico da citada página na rede social Facebook:
<<https://www.facebook.com/SupportIsraelLGBT/>>.

(AGUDA, sem data). Ao analisar tal descrição, além da suposta neutralidade política e ausência de qualquer posicionamento crítico, não há nada que entregue seu posicionamento pró-Israel. Todavia, de acordo com uma entrevista dada por Mike Hamel, presidente da Aguda durante o período que Ritchie (2010) desenvolveu sua pesquisa, a Aguda prefere se manter a parte do conflito palestino-israelense e de qualquer tipo de problemática decorrente disso, pois, segundo ele, são problemas que não possuem nenhum tipo de conexão com os problemas de pessoas LGBTQ+. Assim, esses movimentos são focados exclusivamente na busca de equidade, respeito e direitos para os israelenses LGBTQ+ (RITCHIE, 2010, p. 561).

Ademais, de maneira ainda mais extrema, em uma entrevista dada por Shaul Ganon, o responsável pelo “Projeto de Resgate Palestino da Aguda”, também para Ritchie (2010), ele afirmou que a homofobia nos TPO é inerente devido ao islamismo, que é responsável por propagar a violência contra pessoas LGBTQ+. Para ele, os palestinos são fortemente devotos aos ensinamentos do Islã (ele generaliza que todos os palestinos são muçulmanos) e de uma ênfase tribalista de respeito à família, o que exclui indivíduos queers, por terem medo de se assumirem e envergonhar suas famílias. Afirma, ainda, que os palestinos queers encontram-se presos nesse dilema de sexualidade-religião, visto que em sociedades árabes, o secularismo não é uma opção. Para Ganon, é possível perguntar se qualquer outra pessoa é religiosa, mas no caso dos palestinos, a pergunta é se eles são mais ou menos religiosos (RITCHIE, 2010, p. 564). Ademais, como já apresentado anteriormente, a Aguda é uma das responsáveis pela campanha Tel Aviv Gay Vibe, lançada em 2010.

Por fim, ao contrário das organizações anteriormente abordadas, a JOH possui um posicionamento um pouco mais crítico em relação ao Estado de Israel. Weaver (2016, p. 38), menciona uma fala de Tom Canning, ex Diretor de Desenvolvimento da JOH, em que ele afirma que a organização estava interessada em desassociar-se de supostas tentativas do Estado israelense de apresentar uma imagem uniformemente positiva da sociedade israelense, visto que a organização reconhece que a sociedade israelense é extremamente complexa, ao ponto de reconhecer que existe opressão e discriminação em Israel, promovidas pelo próprio governo ou cidadãos, tanto contra israelenses LGBTQ+ como contra palestinos por conta de sua identidade étnica e religiosa.

Entretanto, em um panorama geral, a JOH também coopera com o Estado de Israel, por exemplo, buscando financiamento estatal e por não condenar a ocupação dos TPO. Ademais, se alia com a AWB, que já foi acusada diversas vezes de *pinkwashing*, porque visa promover uma imagem positiva de Israel em relação aos direitos LGBTQ+ através de métodos como a promoção de filmes LGBTQ+ financiados pelo governo israelense (WEAVER, 2016, p. 38). Um

claro exemplo do apoio da AWB e JOH ao Estado israelense é o evento *Creating Change*, lançado em 2016, em Chicago, sendo a maior conferência LGBT+ anual dos EUA³³, com apoio dessas duas organizações. Pelo tamanho e relevância da conferência, protestantes reuniram-se em frente ao local do evento reivindicando a libertação dos TPO e o fim do *pinkwashing*, a AWB por sua vez, não viu esse ato com bons olhos e o caracterizou como antisemita (A WIDER BRIDGE, 2016).

Para Schulman (2011b), é compreensivo que pessoas LGBT+ caiam no discurso israelense, visto que carregam consigo o legado emocional da LGBTfobia. A maioria desses indivíduos já vivenciou algum tipo de opressão ou violência em suas vidas, como consequência de suas identidades de gênero ou orientações sexuais. Essas opressões, diz a autora, manifestam-se nos mais diversos espaços e momentos, como na família, em representações distorcidas na cultura popular e na desigualdade jurídica sistemática. Desse modo, muitos indivíduos e organizações LGBT+ definem o quão avançado um país é, pela maneira que responde às pautas LGBT+ (Ibidem, 2011b).

Ao que tange a aparência do *pinkwashing*, esse mecanismo se manifesta de diversas formas, podendo ser adotado diretamente pelo governo de Israel, por organizações patrocinadas pelo governo israelense, por organizações LGBT+, como a AWB, Aguda e JOH, como exposto nos exemplos, ou por indivíduos. Dessa forma, é válido apresentar algumas vezes em que Consulados ou Embaixadas israelenses adotaram e/ou apoiaram certos eventos que podem ser caracterizados como *pinkwashing*. Em 2016 é lançado o evento “Noite de Filmes Israelenses Queer” (*Israeli Queer Movie Night*), pela Embaixada de Israel na Alemanha, com o intuito de transmitir filmes israelenses LGBT+. Ocorreram outras edições em 2017, 2018 e 2019³⁴.

O ano de 2018 é caracterizado por uma diversidade de acontecimentos que podem ser identificados como manifestações de *pinkwashing*, como: através de uma parceria entre o Consulado Geral de Israel em São Paulo, a Câmara de Comércio e Turismo LGBT no Brasil e a *AccorHotels*, o Consulado de Israel marcou presença na 22ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo³⁵; o Ministério de Relações Exteriores de Israel patrocinou um painel para distribuir

³³Nos banners e panfletos divulgando o evento, a seguinte frase sempre aparece em destaque “Conectando as comunidades LGBTQ da América do Norte e Israel”, tradução nossa.

³⁴Todas as edições do evento estão disponíveis na categoria “Eventos” na página oficial do Facebook da Embaixada de Israel na Alemanha:
<https://www.facebook.com/pg/IsraelinGermany/events/?ref=page_internal>.

³⁵Segundo o Cônsul-Geral de Israel em São Paulo, Dori Goren, essa é mais uma iniciativa que representa a pluralidade de Israel (novamente, o discurso de excepcionalidade israelense por defender direitos LGBT+) e a escolha de participar do evento, condiz com o fato da Parada de Tel Aviv ter acontecido na mesma semana. Informação disponível em: <https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/acontece/tel-aviv-estreia-na-parada-lgbt-de-sao-paulo-com-bloco>.

bandeiras e incentivar o turismo gay em Israel, durante a Parada LGBTQ+ de Berlim (STERN, 2018, n.p.); a vitória de Netta Barzilai, representante de Israel na competição internacional “Festival Eurovisão da Canção”³⁶, e seu subsequente papel como embaixadora cultural de Israel, inclusive ao participar da Parada LGBTQ+ de Tel Aviv.

Segundo a *Pinkwashing Israel*, Netta Barzilai ignorou as chamadas de boicote dos homossexuais palestinos e se apresentou na Parada LGBTQ+ de Tel Aviv. Ademais, também se apresentou em um evento patrocinado pela Embaixada de Israel na Alemanha, durante a Parada LGBTQ+ da cidade de Colônia. Não só na Alemanha, mas Barzilai performou em diversos países europeus, sendo todos os shows patrocinados pelas Embaixadas israelenses. Para a *Pinkwashing Israel*, no momento em que Barzilai colocou sua arte a serviço do governo israelense e de sua agenda, tornou-se representante do regime de ocupação e apartheid de Israel imposto aos palestinos. Além disso, durante o ano da vitória de Barzilai, o governo israelense havia matado e violentado centenas de palestinos, devido uma onda de protestos em Gaza³⁷, ou seja, um claro exemplo de lavagem de imagem através da promoção cultural (PINKWATCHING ISRAEL, 2018, n.p.; MAIKEY & AKED, 2019, n.p.).

Assim, nota-se que, em 2018, Israel aumentou o envio de representantes oficiais e artísticos, assim como aumentou o fluxo de investimento financeiro em eventos e posturas pró-LGBT+ em diferentes países do Ocidente. Contudo, observa-se que essas medidas foram adotadas estrategicamente com o propósito de tirar o foco do Sistema Internacional das violações cometidas contra o povo palestino naquele mesmo ano e no ano seguinte. Ademais, o uso da expressão artística de Netta Barzilai pelo governo israelense, entra em concordância com a problemática apresentada anteriormente por Barghouti (2012) e Elia (2012). Ou seja, ao utilizar-se da expressividade carismática e cativante da artista, Israel consegue promover um perfil do país que se adequa às características de Barzilai, enquanto oculta a violência e opressão promovidas contra o povo palestino, no mesmo recorte temporal.

De modo semelhante às discordâncias existentes dentro da comunidade LGBTQ+ acerca do suposto apoio de Israel à causa e, por consequência, do uso de *pinkwashing*, não é adequado

³⁶ Apesar do Eurovisão, ou *Eurovision* em inglês, ter como foco os países da Europa, alguns países de fora do continente também já participaram ao longo dos anos, entre eles Israel, que participou pela primeira vez em 1973 e conquistou a posição de campeão nos seguintes anos: 1978, 1979, 1998 e 2018.

³⁷ A “Grande Marcha do Retorno” (ou *The Great March of Return*, em inglês), iniciou-se em 15 maio de 2018, data que os palestinos referem-se como Nakba, ou Catástrofe e diz respeito à expulsão forçada de mais de 750 mil palestinos de suas casas e vilas, pelo governo israelense, em 1948. Iniciado em maio, os protestos tiveram sua maior força e resistência durante os primeiros meses, mas durou até o final de 2019. Durante esse período, palestinos em Gaza protestaram pelo direito de retornarem a suas terras, ocupadas por 70 anos. Fontes: <<https://www.aljazeera.com/news/2018/04/gaza-protest-latest-updates-180406092506561.html>>; <<https://www.aljazeera.com/news/2019/12/organisers-gaza-protests-scaled-191226134320186.html>>.

afirmar que o Estado de Israel, de forma generalizante e monolítica, apoia os direitos e liberdades da população LGBTQ+. Tome-se como exemplo, a ala ultraortodoxa dos partidos que compõem o parlamento israelense (ou Knesset), representada neste trabalho por siglas como o *Shas*, *Agudat Yisrael* e o *Degel HaTorah* (os dois últimos compõem uma coalizão chamada *United Torah Judaism*, ou Judaísmo Unido da Torá, em português). Historicamente, esses partidos adotam uma postura de oposição à garantia de direitos aos indivíduos queer, assim como a própria existência de Paradas LGBTQ+, o que pode ser ilustrado em casos como os protestos organizados pela comunidade ultraortodoxa contra a Parada LGBTQ+ de Jerusalém (SNELLINGS, 2019), e a coalizão organizada em 2017 pelos partidos do Knesset citados acima, contra projetos de leis favoráveis à população LGBTQ+ israelense (LIS, 2017).

Snellings (2019, p. 42) relata que protestos contra a Parada LGBTQ+ de Jerusalém são corriqueiros. Estes protestos são organizados pela comunidade ultraortodoxa, e apoiada pelas siglas partidárias supramencionadas, a qual adota um conjunto específico de atitudes, como o arremesso de ovos nos participantes da referida Parada, a exposição de cartazes repugnando o desfile e o uso de termos pejorativos (como “subumanos”, por exemplo) para referir-se aos homossexuais. Este autor ainda expõe o caso de um parlamentar ortodoxo de direita, Bezalel Smotrich, filiado ao *Jewish Home Party* (Partido do Lar Judeu), em resposta à Parada LGBTQ+ de Jerusalém. Em 2006, este mesmo parlamentar ajudou a organizar um desfile anti-gay, conhecido como “Desfile da Besta”. Já em 2015, Smotrich proferiu comentários caracterizando a Parada como uma “abominação” (SNELLINGS, 2019, p. 42).

Lis (2017, n.p.), por sua vez, em artigo publicado no jornal israelense *Haaretz*, informa que em 2017, esses partidos ultraortodoxos construíram uma coalizão para barrar o avanço de determinados projetos de lei sobre questões da comunidade LGBTQ+, tais como a proibição de vaias ofensivas em eventos esportivos, com base na identidade de gênero ou orientação sexual; o treinamento de profissionais da educação sobre questões LGBTQ+, e proibição da discriminação contra estudantes com base na identidade de gênero e orientação sexual.

Ao levar em consideração a exposição acerca das problemáticas envolvendo o uso do *pinkwashing* por Israel, é válido trazer mais uma problematização apresentada pela Teoria Queer. Assim como o pós-estruturalismo, a Teoria Queer também problematiza o papel e centralidade do Estado na emancipação dos indivíduos LGBTQ+ a nível doméstico e transnacional. Assim, no contexto palestino-israelense, nota-se que a suposta emancipação e garantia de direitos para indivíduos queer, pelo Estado, é acompanhada de interesses em outras esferas da política internacional. Observa-se ainda que neste contexto, apesar do Estado de Israel desempenhar o papel de garantir determinados direitos aos indivíduos LGBTQ+ e, por

consequência, passar a ser lido como “moderno”, essa própria “modernidade” é problemática, dado a atuação violenta e opressiva para com o povo palestino. Ademais, nota-se que é impossível adotar um foco estadocêntrico neste contexto, dado a pluralidade de atores em constante embate e diálogo.

Dado o exposto, não só é evidente que o Estado de Israel faz uso constante do *pinkwashing*, como também recebe apoio de indivíduos e organizações LGBTQ+ que ajudam a legitimar certos discursos e práticas pró-Israel e, por consequência, pró-ocupação e apartheid. Todavia, na contramão, existem indivíduos e organizações que buscam expor o *pinkwashing* utilizado por Israel com o intuito de mesclar a luta por direitos LGBTQ+ com a luta anti-ocupação e apartheid. Portanto, é válido discutir a forma em que essas organizações críticas se organizam e se posicionam contrárias ao *pinkwashing*, apartheid e ocupação indevida de territórios, em outras palavras, como adotam o *pinkwatching*. Ademais, é de extrema relevância apresentar e problematizar a relação entre *pinkwashing*, *pinkwatching* e homonacionalismo, ou seja, como e porquê Israel insere determinados indivíduos LGBTQ+ em seu projeto nacionalista.

3. A INCLUSÃO QUE GERA EXCLUSÃO: UMA ANÁLISE GENEALÓGICA DO HOMONACIONALISMO ISRAELENSE

Como já destacado por Schulman (2011b), a população LGBT+ carrega consigo o legado emocional da LGBTfobia, sentida nos mais diversos espaços e contextos de suas vidas. Logo, urge a necessidade, entre esses indivíduos, em se organizar e lutar para que as mazelas, opressões e injustiças, sejam reduzidas ao máximo possível. Visto que, historicamente, essa parcela populacional teve que lidar com a LGBTfobia por séculos e, após décadas de luta organizada, muitas pessoas LGBT+ passaram a definir o avanço e qualidade de vida nos Estados, com base na forma em que eles respondem às pautas específicas dessa comunidade.

Consequentemente, não é difícil de se identificar indivíduos e organizações LGBT+ que passam a apoiar certos Estados que se posicionam como *gay-friendly*, independentemente da postura adotada em outras agendas, cenários e pautas. Nessa ótica, no contexto israelense, visto que o Estado possui um longo histórico de posturas e discursos pró-LGBT+, uma quantidade significativa de indivíduos e organizações LGBT+ apoiam o Estado israelense, enquanto que preferem se abster de outras discussões sociopolíticas, como conflito palestino-israelense. Entre tais organizações, destacam-se: *A Wider Bridge* (AWB), a Aguda e a *Jerusalem Open House* (JOH). E como já discutido, elas não só apoiam o Estado israelense e preferem adotar uma postura supostamente neutra e afastada de questões sociopolíticas que não tenham vínculo direto com pautas LGBT+, mas também passaram a apoiar e ajudar o Estado de Israel na promoção do *pinkwashing* a nível doméstico e internacional.

Contudo, apesar da postura dominante dentro da comunidade LGBT+ israelense em apoiar o Estado de Israel (e seu projeto sionista), além de se abster de discussões políticas envolvendo o conflito com o povo palestino, existem ainda indivíduos e organizações queer de cunho crítico e que deixam claro suas posturas anti-ocupação, anti-apartheid e anti-*pinkwashing*. Essa parcela da comunidade LGBT+ palestino-israelense, adota uma narrativa de que a luta contra a LGBTfobia deve andar de mãos dadas com a luta contra toda forma de opressão, violência e discriminação promovidas pelos Estados. Assim, utiliza-se o termo “*pinkwatching*” para caracterizar especificamente os indivíduos e organizações que se preocupam em prestar atenção e adotar ações de boicote contra o *pinkwashing* israelense. Contudo, é válido destacar que alguns indivíduos e organizações LGBT+ não adotam especificamente o *pinkwatching* como estratégia de ação, mas se posicionam de forma crítica ao apartheid, opressão e ocupação indevida dos territórios palestinos.

Paralelamente, os combates envolvendo os queers assimilacionistas e queers transgressores, tomam forma dentro de um plano de fundo mais amplo, o homonacionalismo.

Ou seja, uma nova manifestação do nacionalismo que combina elementos do neoliberalismo, heteronormatividade e cultura do consumo queer.

Dado o exposto, o presente capítulo busca fazer uma análise genealógica da narrativa construída e promovida pelo Estado de Israel no Sistema Internacional, de que o Estado israelense manifesta-se como um espaço plenamente e homogeneamente seguro, inclusivo e tolerante para com a comunidade LGBTQ+, tanto israelense, quanto palestina. Para tanto, em um primeiro momento, é feita uma discussão de como as primeiras organizações LGBTQ+ anti-ocupação e anti-apartheid vieram a tona, para, assim, definir o que é o *pinkwashing* e como este termo se relaciona com o *pinkwashing*. A seguir, apresenta-se a definição do homonacionalismo e como esta nova faceta do nacionalismo manifesta-se principalmente com o objetivo de priorizar determinados indivíduos LGBTQ+ que se adequam aos padrões da homonormatividade.

Por fim, e de maior relevância para esta pesquisa, é feita a análise genealógica do homonacionalismo israelense em si. Ou seja, através de problematizações envolvendo as diferentes interseções que envolvem a comunidade LGBTQ+ palestino-israelense (como raça, religião, identidade de gênero e orientação sexual), busca-se evidenciar que, para que haja a inclusão de uma parcela específica da população LGBTQ+ no projeto nacionalista israelense, é necessário haver a exclusão de outros corpos e vozes.

3.1. *Pinkwashing*: palestinos queer (r)existem

Ao contrário do primeiro grupo de indivíduos e organizações LGBTQ+, que defendem uma luta LGBTQ+ neutra e sem vínculo com outras questões políticas, há um segundo grupo que reconhece que a luta LGBTQ+ deve sim posicionar-se sobre outras questões políticas, inclusive contra o *pinkwashing*. Como exposto por Puar (2012), esses indivíduos e organizações LGBTQ+ acreditam que uma organização queer é por natureza uma organização anti-ocupação e vice-versa. Desse modo, é válido destacar que antes mesmo da noção de *pinkwashing* atrelada à essa lógica LGBTQ+ vir à tona, já existiam organizações LGBTQ+ anti-ocupação, sendo a *Black Laundry* a mais relevante nesse quesito.

A *Black Laundry* surge em 2001, durante a Parada LGBTQ+ de Tel Aviv, através de um protesto contra a ocupação indevida dos Territórios Palestinos. Já nessa época, diversos indivíduos reconheciam que o Estado de Israel utilizava-se do florescimento dos direitos dos gays para desviar a atenção de suas violações graves dos direitos humanos nos TPO e que, diante de tais violações, era impossível manter o senso de orgulho gay à parte do sentimento de vergonha e responsabilidade como israelense. Sob o título de “lésbicas, gays e transgêneros

contra a ocupação”, diversos indivíduos juntaram-se a *Black Laundry*, que recebeu esse nome como um trocadilho entre a expressão “ovelha negra” (em hebraico a palavra ovelha, *kivsa*, se assemelha à palavra para lavanderia, *kvisa*) e “roupa suja”, que se refere a exposição pública de assuntos que seriam vergonhosos (ZIV, 2010, p. 537-538).

A *Black Laundry* não só foi o primeiro movimento LGBTQ+ anti-ocupação, como inovou em ser a primeira organização do país a adotar o “queer” como um termo de identidade coletiva. Antes da *Black Laundry*, as lutas políticas da comunidade LGBTQ+ em Israel se concentravam apenas em questões de interesse direto da comunidade, como a busca por direitos igualitários e criminalização da homofobia. As organizações LGBTQ+ nunca participaram das lutas de outros grupos e tentaram manter uma imagem “neutra” e “apolítica” (ZIV, 2010, p. 538). Apesar da *Black Laundry* ter impactado diretamente para que essa postura supostamente neutra fosse alterada, ela ainda continua em alta, como exposto anteriormente, entre os LGBTQ+ liberais.

O grupo continuou altamente ativo por aproximadamente dois anos, mas até o final de 2003 cessaram as reuniões regulares e muitos dos membros originais haviam saído. Por mais alguns anos, o grupo existiu como uma entidade virtual na forma de uma lista de discussão por e-mail antes de finalmente ser reconhecido como extinto (ZIV, 2010, p. 538).

Apesar da *Black Laundry* estar oficialmente extinta, as ideias defendidas pelo grupo não morreram e continuaram a influenciar outros indivíduos e, posteriormente, organizações LGBTQ+, entre elas o *Palestinian Queers for Boycott, Divestment and Sanctions* (PQBDS), a alQaws, a Aswat e a *Pinkwashing Israel*.

O PQBDS, de acordo com seu próprio site, é

Um grupo de ativistas queer palestinos que vivem no Territórios Palestinos Ocupados e dentro de Israel, que se uniram para promover e defender o apelo da sociedade civil palestina por Boicote, Desinvestimento e Sanções contra Israel, que foi lançado em julho de 2005. Como parte integrante da sociedade palestina, acreditamos que a luta pela diversidade sexual e de gênero está interconectada com a luta palestina pela liberdade. Acreditamos que a campanha BDS é uma maneira eficaz de resistência que representa a maioria do povo palestino: os refugiados no exílio, os palestinos sob ocupação na Cisjordânia e na Faixa de Gaza e os cidadãos palestinos subjugados do Estado de Israel. Como homossexuais palestinos, nossa luta não é apenas contra a injustiça social e nossos direitos como minoria gay na sociedade palestina, mas nossa luta principal é contra a colonização, ocupação e apartheid de Israel; um sistema que nos oprimiu nos últimos 63 anos. Violações dos direitos humanos e do direito internacional, supressão de direitos básicos e liberdade civil e discriminação estão profundamente enraizadas nas políticas de Israel para com os palestinos, heterossexuais e gays (PQBDS, 2011, n.p., tradução nossa).

Dessa forma, observa-se que o PQBDS não necessariamente menciona o *pinkwashing* em sua descrição, mas sim a oposição à ocupação. Todavia, em seu site, observa-se que a organização promove ou apoia, frequentemente, chamadas de boicote a eventos caracterizados como *pinkwashing* e apoia outras organizações LGBTQ+ que também são anti-*pinkwashing*.

Aqui, o objetivo principal do PQBDS é promover uma chamada global a favor do movimento de boicote, desinvestimento e sanções (BDS)³⁸ para os mais diversos setores dos países do mundo, não só para comunidades LGBTQ+.

A “alQaws para Diversidade Sexual e de Gênero na Sociedade Palestina”³⁹, ou somente alQaws, foi criada em 2007 e busca desenvolver e promover novas ideias sobre os papéis da diversidade sexual e de gênero no ativismo político, instituições da sociedade civil, mídia e dia a dia. A alQaws busca construir uma sociedade palestina justa e tolerante para com a comunidade LGBTQ+. Ademais, acredita que a busca por direitos LGBTQ+, respeito e tolerância não pode ser separada da luta por uma sociedade palestina autodeterminada e livre de todas as formas de opressão. A alQaws se autodescreve como uma organização construída por valores queer-feministas e anti-coloniais, de modo que buscam acabar com as estruturas políticas de opressão e exclusão que fere e violenta grupos marginalizados. Ao contrário daqueles indivíduos e organizações LGBTQ+ pró-Israel que acreditam que é possível ser “neutro” e não discutir determinadas pautas, a alQaws possui uma missão holística, que inter-relaciona questões sócio-econômicas, étnicas, religiosas e educacionais, por exemplo. Para isso, a organização trabalha em parcerias com os mais diversos setores da sociedade palestina (ALQAWS, sem data, n.p.).

Por sua vez, a Aswat, é uma organização queer feminista, composta inteiramente por mulheres. Criada em 2002, a Aswat busca acabar com os diferentes tipos de opressão que assolam as mulheres e pessoas LGBTQ+ na sociedade palestina e busca a mudança através do empoderamento e inspiração de lideranças feministas (ASWAT, sem data). Em uma publicação de 2015, Ghadir Shafie, uma participante da Aswat, descreve que a Aswat é contrária ao *pinkwashing*, pois reconhece que o perfil da organização defende uma luta holística e, portanto, anti-ocupação. Ademais, a ativista acredita que ao fazer uso do *pinkwashing*, Israel desenha a sociedade palestina como “não civilizada o bastante” para entender os direitos LGBTQ+ e, portanto, os palestinos LGBTQ+ precisam ser salvos. Todavia, para Shafie, eles não precisam, pois conseguem desenvolver sozinhos os artifícios para alcançar seus direitos e lutar contra opressões específicas. Os palestinos LGBTQ+ devem reconhecer o *pinkwashing* como uma estratégia internacional que diz respeito à marca global

³⁸ O movimento “boicote, desinvestimento e sanções” (BDS) foi lançado em 2005, por 170 sindicatos palestinos, partidos políticos, redes de refugiados, organizações de mulheres, associações profissionais, comitês de resistência popular e outros órgãos da sociedade civil palestina, como uma forma de emitir pressão não violenta sobre Israel. O BDS convoca ações com o objetivo de pressionar Israel a cumprir o Direito Internacional, visto que defende o princípio simples de que os palestinos têm os mesmos direitos que todos os humanos. O movimento reivindica, principalmente, três demandas: (1) o fim da ocupação e colonização de todas as terras árabes e destruição do muro construído por Israel; (2) reconhecimento dos direitos fundamentais dos cidadãos palestinos que residem em Israel à plena igualdade; (3) respeitar, proteger e promover os direitos dos refugiados palestinos de retornar às suas casas e propriedades, conforme estipulado na Resolução 194 da ONU. Informações obtidas no site oficial do movimento: <<https://bdsmovement.net/pt/what-is-bds>>.

³⁹ Tradução nossa. Nome original: *alQaws for Sexual & Gender Diversity in Palestinian Society*.

de Israel e, ao mesmo tempo, como uma agenda interna que visa dividir e governar (SHAFIE, 2015, p. 83-86).

Alguns autores e acadêmicos, como Puar e Mikdashi (2012), Ritchie (2014a) e Weaver (2016) definem essa luta anti-*pinkwashing* como *pinkwatching*, no sentido de que esses indivíduos e organizações estão constantemente atentos a qualquer ação, discurso e medida promovida por Israel que possa ser configurada como *pinkwashing* e, como consequência, adotar alguma contra-medida de exposição, boicote e denúncia.

Como o PQBDS e a alQaws apontam consistentemente, a rejeição e o apagamento de corpos e subjetividades palestinas queer constituem um tipo de *pinkwashing*. Ao mesmo tempo que ocorre a invisibilização desses corpos e imagens, em espaços de luta e resistência LGBTQ+, ocorre a hipervisibilidade quanto vítimas da sociedade palestina “atrasada” e “ameaçadora”. Assim, a invisibilidade e hipervisibilidade são resultados do apagamento contínuo do pertencimento queer palestino (SCHOTTEN & MAIKEY, 2012, n.p.). Nessa construção dual da identidade do queer palestino, lhe é negada a possibilidade de pertencer a uma sociedade palestina, pois a identidade como palestino é incompatível com a identidade como queer.

O *pinkwatching* nesse contexto, segundo as autoras Schotten e Maikey (2012, n.p.), busca reformular o queer como política, revelando a política sexual inerente à ideologia sionista contemporânea. A atenção do *pinkwatching* à biopolítica do sionismo perturba o regime de vigilância deste último. Como consequência, as autoras argumentam que os defensores do *pinkwatching* perturbam o posicionamento hierárquico de sujeito e objeto, visto que, inicialmente, o ativismo de *pinkwatching* baseava-se no desmantelamento do apagamento palestino, na recuperação de espaços queer internacionais e na promoção de novos corpos, imagens e vozes palestinas queer, ou seja, o “sujeito”. Com o tempo, o *pinkwatching*, além dessas pautas, passa a descobrir e tornar visível a violência racial, étnica e sexual que informa a ideologia sionista, sendo assim, o “objeto”. *Pinkwatching* é uma campanha liderada por palestinos para evidenciar esse apagamento, falar sobre os TPO e forçar a questão divisória do sionismo a entrar na conversa (Ibidem, 2012, n.p.).

Para Schotten e Maikey (2012, n.p.), o *pinkwatching* originou-se promovendo a luta de libertação palestina como relevante para os movimentos queer mundiais, destacando a responsabilidade dos palestinos de participar e combater outras lutas. Desde o início, o BDS era uma prática fundamental que moldava o ativismo do *pinkwatching*. Além disso, as autoras entendem o *pinkwatching* como um ato de solidariedade, semelhante ao trabalho da BDS de pessoas conscientes em todo o mundo. Dessa forma, um dos nortes centrais dos ativistas do

pinkwashing é o compromisso de trabalhar em solidariedade com os mais afetados pela violência e dominação, um princípio central da organização anti-opressão.

Schotten e Maikey (2012, n.p.) destacam o fato de que este trabalho é realizado não "em nome dos" TPO, uma nação palestina ou um assunto sexual palestino excepcional. Ele não compromete a pessoa a nenhum Estado ou formação de Estado específico. Em vez disso, é uma forma de nos responsabilizar pelas necessidades e solicitações dos mais afetados pela violência e pela opressão.

A principal organização LGBT+ a empregar o *pinkwashing* como ferramenta explícita é a *Pinkwashing Israel*. Criada em 2010 por ativistas árabes queer, opera como um centro para o compartilhamento de informações sobre os esforços israelenses de transformar sua imagem, através da percepção pública, para não ser visto como um Estado colonizador e que adota apartheid, para ser visto como um Estado inofensivo, liberal e *gay-friendly*, enquanto que justapõe uma falsa imagem da sociedade palestina e sociedades árabes em geral como atrasadas, repressivas e intolerantes. A *Pinkwashing Israel* e o PQBDS, juntos, buscam criar um movimento global para promover chamadas anti-*pinkwashing* e chamadas de BDS. Segundo a *Pinkwashing Israel*, ao justapor falsamente "palestinos gays oprimidos" com "israelenses gays liberados" e achatar as relações de poder e as realidades políticas da ocupação e do apartheid, Israel e aliados pretendem aproveitar o movimento LGBT+ global para apoiar Israel às custas dos palestinos (PINKWATCHING ISRAEL, sem data, n.p.).

Como exposto, os defensores do *pinkwashing* buscam construir um movimento global anti-*pinkwashing*. Apesar de diversas organizações LGBT+ ao redor do mundo defenderem a lógica dominante de uma luta LGBT+ supostamente neutra e apolítica, ainda existem aquelas que se solidarizam com a causa palestina, como: os *Queers Against Israeli Apartheid* (Canadá), *Queers Undermining Israeli Terrorism* (EUA) e *Ireland-Palestine Solidarity Campaign* (Irlanda).

O *Queers Against Israeli Apartheid* (QUAIA) foi um grupo que surgiu em 2008 em Toronto, Canadá e encerrou suas atividades em 2015. O QUAIA tinha como objetivo central trabalhar em solidariedade para com os TPO e em apoio aos movimentos de solidariedade palestina ao redor do mundo. Para eles, a homofobia existe em Israel, nos TPO e ao redor do mundo, por isso é injusto o uso do *pinkwashing* por Israel, porque os direitos sexuais não podem custar outros direitos. O QUAIA reconhecia uma luta contra homofobia e transfobia, mas ao mesmo tempo reconhecia que apesar de Israel promover determinados direitos para com a comunidade LGBT+, ele promove opressão e diferentes tipos de violência para com a população palestina como um todo. Dessa forma, o QUAIA fazia parte da "Coalizão Contra o

Apartheid Israelense”, um movimento mais abrangente que recebe apoio de diferentes movimentos dos mais diversos setores da sociedade civil, que luta contra o apartheid promovido por Israel (QUAIA, sem data, n.p.).

Ademais, o *Queers Undermining Israeli Terrorism* (QUIT) é um grupo organizado na região de São Francisco, EUA, que faz parte do movimento de BDS desde 2001. Para o QUIT, por serem queers, eles fazem parte de um movimento internacional pelos direitos humanos amplo, que incorpora, também, todos os movimentos de libertação ao redor do mundo, inclusive dos TPO que abrange o movimento pela libertação dos TPO e todos os outros movimentos de libertação. O QUIT deixa claro seu posicionamento anti-*pinkwashing*, ao descrevê-lo como uma tentativa de “sequestrar o movimento queer para promover a limpeza étnica do povo palestino” (QUIT, sem data, n.p.).

A *Ireland-Palestine Solidarity Campaign* (IPSC), como o nome sugere, é uma organização irlandesa que busca mobilizar o apoio político e civil da população irlandesa para com a população palestina em todos os sentidos, inclusive o Direito de Retorno às suas terras e as chamadas de BDS (IPSC, sem data). A IPSC também apoia a luta anti-*pinkwashing*, como fica evidente na sua participação, em 2019, na Primeira Parada LGBTQ+ Alternativa de Dublin, Irlanda. Na ocasião, membros da organização marcharam com uma grande faixa com a mensagem “não há orgulho no apartheid israelense”⁴⁰, com uma segunda frase, em letras menores, dizendo “queers contra o *pinkwashing*”, como ilustrado na “Figura 2”, logo abaixo (IPSC, 2019, n.p.).

⁴⁰Tradução nossa, frase original em inglês: *No pride in israeli Apartheid*. A frase faz um jogo de palavras, em que *pride* significa tanto orgulho, em seu sentido literal, como também é o termo técnico empregado para descrever Paradas LGBTQ+ em inglês: “*Pride Parade*”. Ou seja, a frase tem sido usada para criticar a existência de Paradas LGBTQ+ em Israel, sem um posicionamento crítico em relação ao apartheid adotado por Israel e/ou à ocupação indevida dos TPOs.

Figura 2- Participação da IPSC na Primeira Parada LGBTQ+ Alternativa de Dublin (2019)



Fonte: Foto obtida em uma matéria publicada no site oficial da organização IPSC⁴¹.

Como destacado por Thiel (2014, p. 1), apesar da Teoria Queer ter como foco a fluidez das sexualidades e gêneros dos seres humanos, também busca questionar outras categorias e status binários do mundo social. Neste sentido, sob as lentes da Teoria Queer, observa-se que no contexto de luta LGBTQ+ palestino-israelense, não é apropriado analisar somente o binário LGBTQ+/ heterossexual, mas também os outros binários que compõem este contexto tão complexo. Assim, nota-se que não é adequado reduzir todos os LGBTQ+ palestinos e israelenses, dentro de uma mesma categoria analítica, visto que de um lado temos o uso do *pinkwashing* pelo Estado de Israel (e seus apoiadores, inclusive organizações LGBTQ+ alinhados ao pensamento neoliberal) e do outro, temos o *pinkwatching* como ferramenta de contra-ataque e desestabilização, adotado por organizações LGBTQ+ palestinas de cunho crítico à Israel.

⁴¹ Disponível em: <<https://www.ipsc.ie/bds/ipsc-at-dublins-alternative-pride-2019>>. Acesso em: 22 de abril de 2020.

Ademais, também de acordo com a Teoria Queer, pelo fato desta corrente de pensamento questionar os binarismos e categorias aceitas como garantidas, ela é capaz de desestabilizar as relações de poder existentes nos diferentes aspectos da vida social e política. Assim, uma crítica queer acerca do uso do *pinkwashing* por Israel, é capaz de expor as diferentes instabilidades e relações de poder ao que tange o uso de uma narrativa pró-LGBT+ no Sistema Internacional. Além disso, desafia também, os binarismos construídos e reproduzidos por Israel, através do *pinkwashing*, como: Israel democrático, inclusivo, tolerante e moderno, de um lado, contra o Oriente Médio bárbaro, intolerante e atrasado, do outro lado.

De maneira semelhante com o que foi exposto por Schotten e Maikay (2012) na discussão sobre invisibilidade e hipervisibilidade, outros ativistas e acadêmicos anti-*pinkwashing* denunciam que a comunidade LGBT+ liberal de Israel prioriza não só a busca de direitos LGBT+ a parte de outras questões políticas, como também a lógica da hipervisibilidade dessas garantias e de suas próprias identidades como pessoas LGBT+. Ritchie (2010, p. 560), por exemplo, argumenta que ao terem como foco exclusivo a conquista de direitos LGBT+, esses grupos representam uma normalização da homossexualidade como algo privado e despolitizado e pedem ao Estado apenas que reconheça seus direitos como cidadãos de se assumir para dentro da nação como um todo.

Essa lógica defendida pela comunidade LGBT+ pró-Israel segue os padrões estabelecidos pelos discursos euro-americanos dominantes sobre sexualidade, que tem como foco a identidade gay pautada na visibilidade e afastada da política. Nesse contexto, observa-se que em um curto espaço de tempo, o sujeito queer deixou de ser patologizado e criminalizado para ser o marcador da iluminação e tolerância sexual euro-americanas. Logo, quanto mais transgressiva é a sexualidade, mais liberal ela é. Assim, “se assumir” visivelmente como LGBT+ para a sociedade se torna um marcador de maturidade cultural e progressividade, com alguém se tornando parte de algo maior, como uma irmandade LGBT+ global e da irmandade lésbica (DHAWAN, 2015, p. 53-54).

Consequentemente, esse discurso dominante anda de mãos dadas com visões racistas e imperialistas, visto que reproduz construções sociais sobre as comunidades localizadas no Oriente. Nesta lógica, as sociedades orientais são retratadas como locais repressivos e regressivos em relação a questões de identidade de gênero e orientação sexual, supostamente em contraste claro com um Ocidente igualitário, livre e inclusivo. Observa-se então que as identidades de gays e lésbicas tornaram-se marcadores da modernidade Ocidental e da repressão Oriental. Nessa estrutura dicotômica, as comunidades queer localizadas no Oriente estão fadadas ao “fracasso” e devem ser salvas pelos queer ocidentais (DHAWAN, 2015).

Em seu trabalho “*Pinkwashing: The Politics of LGBTQ Rights in Israel/Palestine*”, de 2016, Grave Weaver realizou diversas entrevistas com indivíduos, inclusive lideranças, LGBTQ+ de Israel e TPO como metodologia para analisar o *pinkwashing* israelense. Segundo seus entrevistados palestinos, esses aspectos de uma identidade LGBTQ+ ocidental marcados pela ideia de visibilidade individual e identificação com determinados símbolos, como a bandeira do arco-íris, não têm ressonância para eles, porque têm pouco significado dentro de seu contexto cultural (WEAVER, 2016, p. 66-67).

Ellison (2013, p. 81) traz uma narrativa semelhante, que reforça essa ideia, ao afirmar que muitas organizações queer/LGBT+ palestinas não consideram a visibilidade, como definida pelos discursos dominantes no Ocidente e reproduzidos pela *Brand Israel*, um de seus objetivos. A alQaws, por exemplo, busca uma justiça social através da transformação de atitudes prevalentes na sociedade palestina em relação à sexualidade e gênero apenas impedindo que indivíduos e grupos que não valorizam a diversidade sexual e de gênero se apropriem do discurso sobre essas questões.

A alQaws busca promover um discurso não pejorativo sobre sexualidade e identidade de gênero baseado nas vivências do povo palestino. Neste contexto, a organização afirma que essas narrativas hegemônicas ocidentais, com ênfase na ‘visibilidade’ da sexualidade individual, são inadequados por dois motivos correlacionados: em primeiro lugar, esses discursos não são capazes de responder adequadamente às necessidades e experiências reais dos palestinos LGBTQ+ e, em segundo lugar, essas narrativas reforçam a imagem dos palestinos LGBTQ+ como inautênticos (ELLISON, 2013, p. 82).

Esses grupos e indivíduos queer/LGBT+ palestinos que se opõem a essa narrativa dominante, não só negam esse modelo imposto de identidade LGBTQ+, como também negam a ideia de luta LGBTQ+ neutra e a parte de outras discussões políticas. Dessa forma, eles desafiam as estruturas de direitos gays em favor de abordar a violência estrutural mais diretamente, com o intuito de reestruturar as relações de poder vigentes (ELLISON, 2013, p. 82).

Portanto, como alternativa a esse modelo ocidental de lutar por tolerância ou aceitação social, através da visibilidade, muitos ativistas palestinos queers defendem a construção de um movimento mais amplo por uma mudança social radical em toda a sociedade palestina, liderada por uma coalizão de diversos atores, de organizações da sociedade civil palestina a feministas lésbicas radicais, e guiadas pelo entendimento de “solidariedade” como um engajamento cooperativo na luta por justiça e igualdade, sem as divisões padrão da política de identidade (RITCHIE, 2010, p. 568).

Sob a luz da Teoria Queer, uma problematização pode ser feita sobre as relações entre invisibilidade e hipervisibilidade dos direitos e vivências LGBT+. Como exposto por Weeks (2014), por séculos, a norma padrão das sociedades ocidentais era a patologização e criminalização do sujeito queer e seus direitos. Entretanto, segundo Dhawan (2015), em um curto espaço de tempo, o sujeito queer passou a representar um marcador da iluminação e tolerância sexual ocidental. Assim, como já problematizado, a Teoria Queer (assim como o pós-estruturalismo) compreende que as concepções e entendimentos da vida humana são construídos socialmente e são passíveis de mudanças contínuas, a depender do contexto histórico e das relações de poder envolvidas. Logo, observa-se que o próprio entendimento acerca do sujeito queer e seus direitos não só é construído socialmente, mas depende, também, das relações de poder em jogo. Neste contexto, alguns Estados deixaram de tratar esses indivíduos como agentes patológicos e/ou criminosos e começaram a promover seus direitos a nível internacional, visto que passaram a identificar ganhos substanciais na arena internacional.

Ao levar em consideração essas passagens mais os discursos das organizações LGBT+ anti-*pinkwashing*, nota-se que há um sentimento presente em muitos desses indivíduos de alcançar uma mudança na sociedade palestina como um todo, de modo a derrubar todo tipo de perpetuação de violência, contra pessoas LGBT+ ou não. Contudo, é evidente também que eles reconhecem que a violência sofrida pelas mãos de Israel, por serem palestinos antes de qualquer coisa, é maior e essa violência acaba estruturando e/ou reforçando outros tipos de violência dentro da sociedade palestina.

3.2. Homonacionalismo: a delicada relação entre nacionalismo, capitalismo e homossexualidade

Dentro desse complexo contexto que envolve o *pinkwashing*, *pinkwatching*, o Estado de Israel, diversas organizações e indivíduos LGBT+, é fundamental trazer a discussão de outro conceito chave, do homonacionalismo. Ou seja, como o Estado de Israel insere em seu projeto nacionalista determinados indivíduos queer, que adequam-se a um conjunto padrão e “higienizado” de características, enquanto que exclui e reforça determinadas violências contra outros indivíduos queer.

Segundo Puar (2013,p. 336), o *pinkwashing* é uma prática tornada possível dentro e por causa do homonacionalismo, ou seja, como um Estado insere determinados indivíduos homossexuais dentro do escopo da nação, para receber o status de “*gay-friendly*” e, automaticamente, ser visto positivamente pelo Sistema Internacional. Schulman (2011a)

completa essa passagem ao afirmar que o homonacionalismo é "a tendência entre alguns gays brancos de privilegiar sua identidade racial e religiosa", dentro da lógica de inserção do indivíduo gay como cidadão.

Em outras palavras, como exposto por Gross (2015, p. 82), o homonacionalismo é uma forma de homonormatividade nacionalista. A homonormatividade, segundo Duggan (2003, p. 50), representa um estilo de vida social e político de indivíduos LGBTQ+, fortemente influenciado pelo neoliberalismo. A homonormatividade não contesta as suposições e instituições dominantes baseadas na normalidade heterossexual, mas as defende e sustenta. Em contrapartida, o estilo de vida homonormativo é responsável por uma visão sociopolítica, entre indivíduos LGBTQ+, desmobilizada e despolitizada, além de uma cultura gay privatizada e ancorada na domesticidade e no consumo.

Essa lógica apresentada por Duggan, assemelha-se com o que já foi exposto por Thiel (2014), que afirma que o modo de pensar se organizar politicamente na comunidade LGBTQ+, assim como a própria teorização queer, é separado em dois grupos: os assimilacionistas e os transgressores. Nessa perspectiva, os indivíduos israelenses LGBTQ+ que se adequam aos padrões homonormativos, são caracterizados como assimilacionistas, ou seja, se adequam às normas dominantes e visam apenas a inclusão de seus direitos e corpos nas estruturas existentes, sem desafiá-las.

Para compreender a homonormatividade israelense, pautada em padrões de consumo neoliberais e estilo de vida heterossexual, é preciso elucidar como ocorreu a concepção de masculinidade no projeto sionista. De acordo com Gross (2015, p. 141-142), durante a concepção e fundação do Estado Israelense, os fundadores sionistas buscaram se afastar da concepção do "velho judeu" em busca de uma aproximação ao "novo judeu". O "velho judeu" representa a visão de que os judeus europeus eram considerados, pelos antissemitas, como emasculados, afeminados e, às vezes, eram caracterizados como homossexuais. Por sua vez, o "novo judeu" sionista representa um corpo masculino e forte, que se recuperou de sua fraqueza feminina, de modo que a heterossexualidade está incluída nesse padrão masculino como parte do nacionalismo. Contudo, o "novo judeu", apesar de ainda incorporar os padrões dominantes de masculinidade, não mais excluem homossexuais, desde que estes também aceitem e incorporem essas características (Ibidem, 2015, p. 141-142).

Entretanto, para Puar (2013, p. 337), é importante frisar que apesar do homonacionalismo também poder ser definido como uma maneira de marcar como as identidades de gays e lésbicas se tornaram disponíveis para imaginários políticos conservadores

e uma maneira de distinguir bons homossexuais de maus homossexuais, ele serve para propósitos ainda mais problemáticos.

Homonacionalismo, segundo a mesma autora, é antes de tudo uma faceta da modernidade e uma mudança histórica caracterizada pela inclusão de (alguns) corpos homossexuais na sociedade como dignos de proteção pelos Estados-nação, sendo assim uma nova expressão da relação entre Estado, capitalismo e sexualidade. Compreender e criticar o homonacionalismo israelense é fundamentalmente uma crítica profunda dos discursos de direitos liberais de lésbicas e gays, como defendido pelas organizações pró-Israel, e como esses discursos de direitos produzem narrativas de progresso e modernidade que continuam a conceder acesso a cidadania - cultural e legal - a algumas populações, nesse contexto, gays cisgênero⁴², brancos e judeus, enquanto acarreta na delimitação e expulsão de outras populações, como árabes, muçulmanos e identidades de gênero trans. Assim, o homonacionalismo pode ser definido como “um conjunto de forças, afetos, energias e movimentos (de)territorializadores” (Ibidem, 2013, p. 337).

Como exposto, o *pinkwashing* torna-se possível dentro da ideia mais ampla do homonacionalismo, todavia, diferentemente do *pinkwashing*, o homonacionalismo não é um mecanismo estatal em si. Na verdade, o homonacionalismo ultrapassa os limites estatais e é mais bem configurado como uma convergência histórica de práticas de Estado, circuitos transnacionais da cultura de mercadorias queer e paradigmas de direitos humanos e fenômenos globais mais amplos, como a islamofobia crescente do pós 11 de setembro (PUAR, 2013, p. 337).

Dessa forma, o homonacionalismo tem ação escalar entre os espaços de nível local, nacional e transnacional. Em nível local, é possível mencionar as contradições internas que o homonacionalismo produz em Israel, como por exemplo, tratamento desigual e violências dentro da própria comunidade LGBT+, para com palestinos LGBT+; em nível nacional, a construção da imagem de Israel como liberal e progressista em relação ao povo palestino como homofóbico e atrasado; em nível transnacional se expressa como uma força do liberalismo, direcionado mais especificamente para questões de sexualidade (PUAR, 2011, p. 136-138).

O *pinkwashing*, dessa forma, manifesta-se como uma regulação da identidade no mundo atual, que avalia a nacionalidade com base em como os Estados tratam seus homossexuais. O desafio, portanto, para PQBDS e semelhantes é não permitir que gays liberais, ou que defendem as ideias dominantes, na Europa, EUA e Canadá (que são o principal alvo do *pinkwashing*

⁴²Indivíduos que identificam-se com o gênero que lhe foi atribuído durante o nascimento.

promovido pela *Brand Israel*) redirecionem o roteiro de ativismo anti-*pinkwashing* para longe da abordagem radical, que assimila a luta por direitos LGBTQ+ com questões como o fim da ocupação indevida e do sistema de apartheid (PUAR, 2011, p. 134-135).

Para Puar (2017, p. 96), apesar do homonacionalismo não ser categorizado como uma ferramenta estatal, pode-se afirmar que Israel é o pioneiro em identificar os resultados benéficos em assimilar sua imagem com a promoção de direitos LGBTQ+, vinculada a uma ideia de nacionalismo. Esse perfil de Israel é identificável desde os anos 1990, década esta caracterizada como “década gay de Israel”, por ser marcada pela conquista de diversos direitos LGBTQ+, já mencionados anteriormente. Paralelamente, durante essa década, Israel aumentou de maneira concomitante a segregação e diminuição da mobilidade das populações palestinas, especialmente pós-Oslo (PUAR, 2017, p. 96-97).

Em um breve artigo publicado no site “Jadaliyya”, em 2012, Jasbir Puar e Maya Mikdashi discutem como o *pinkwashing* e *pinkwatching* são facetas opostas da mesma moeda, o homonacionalismo. Para elas, muitos dos esforços feitos em nome do *pinkwatching* acabam tendo o efeito contrário e reforçam ou até mesmo reproduzem os discursos do *pinkwashing*. Segundo as autoras, o *pinkwatching* deveria não só direcionar seus esforços para Israel, como também evidenciar o silêncio auto-escrito dos EUA sobre a ocupação estadunidense, como no Iraque, por exemplo, e as maneiras pelas quais os discursos da sexualidade operam para apresentar os nativos e as pessoas racializadas, sempre com necessidade de redenção e educação pelo estado liberal. Pois ao terem como foco o *pinkwashing* israelense, os defensores do *pinkwatching* acabam por não compreender questões mais profundas e complexas, como as maneiras em que a guerra contra o terror, a islamofobia e os discursos sobre direitos estão entrelaçados (PUAR; MIKDASHI, 2012, n.p.).

Ademais, as autoras criticam o fato dos defensores do *pinkwatching* promoverem uma chamada global de solidariedade contra o *pinkwashing*. Para elas, ao fazerem essa chamada, esses grupos e indivíduos reforçam a ideia de uma “empatia global” com base na homossexualidade. Além disso, o *pinkwatching* responde às críticas feitas pelos defensores de Israel, citando a presença de grupos e indivíduos ativistas árabes e palestinos no Oriente Médio como prova de que existem ativistas LGBTQ+ nativos e autênticos no mundo árabe, o que reforça a ideia de homossexualidade vinculada pela visibilidade, tão defendida pela lógica dominante. Como consequência, as chamadas e respostas promovidas pelos dois lados geram um ciclo sem fim, que estabiliza o discurso que o *pinkwatching* afirma criticar. Para elas, o *pinkwashing* fala em nome dos LGBTQ+ de Israel e o *pinkwatching* em nome dos LGBTQ+ palestinos (PUAR; MIKDASHI, 2012, n.p.).

Todavia, no mesmo ano, Heike Schotten e Haneen Maikey escreveram um artigo em resposta, também publicado no site *Jadaliyya*. Para as autoras, o fato de Puar e Mikdashi se utilizarem confiantemente do homonacionalismo para avaliar o *pinkwashing*, apresenta diversas dificuldades. Primeiro, a estrutura do *pinkwashing* não só desvia a atenção da ocupação, como também obscurece a existência palestina e a ideia de pertencimento aos TPO, como evidenciado pelo PQBDS e alQaws anteriormente (SCHOTTEN; MAIKEY, 2012, n.p.).

Segundo, acerca da chamada global anti-*pinkwashing*, Schotten e Maikey (2012) reconhecem que existe uma hegemonia problemática de determinadas noções e estratégias ocidentais gays, todavia, também reconhecem que o *pinkwashing* ao defender uma movimento global anti-*pinkwashing*, busca desestruturar essas estruturas hegemônicas mesclando a luta por direitos LGBTQ+ com a luta contra imperialismo, racismo, islamofobia, ocupação indevida e apartheid (SCHOTTEN; MAIKEY, 2012, n.p.).

Além disso, Schotten e Maikey afirmam que a crítica de Puar e Mikdashi que os ativistas do *pinkwashing* direcionam uma atenção restrita à Israel e não enxergam outras questões graves que envolvem o imperialismo, racismo e islamofobia, também é rasa e limitada. Para as autoras, os ativistas do BDS não só promovem chamadas anti-ocupação e apartheid israelense, mas também resistem às guerras no Iraque e no Afeganistão, protestam contra as guerras ocultas dos EUA no Paquistão, Bahrein, Iêmen e Somália (entre outros), e resistem ativamente à iminente guerra entre EUA e Israel no Irã. Ademais, ao contrário do exposto por Puar e Mikdashi, os ativistas do *pinkwashing* estão de fato vigilantes em relação ao desdobramento dos EUA e da Europa de suas próprias versões islamofóbicas do *pinkwashing* para justificar guerra, imperialismo e políticas discriminatórias de imigração (SCHOTTEN; MAIKEY, 2012, n.p.).

Schotten e Maikey (2012) ainda mencionam uma diversidade de atos e conquistas promovidas em nome do *pinkwashing*. Grupos queer palestinos conseguiram deslocalizar a Assembleia Geral da Organização Internacional para Jovens e Estudantes LGBTQ+⁴³ (IGLYO), que estava planejada para ocorrer em Tel Aviv, para fora de Israel; a teórica queer Judith Butler se recusou a aceitar o Prêmio da Coragem Civil do Comitê da Parada LGBTQ+ de Berlim em 2010, ao acusar a Parada de cumplicidade com racismo, incluindo racismo anti-muçulmanos⁴⁴; organizações queer árabes e muçulmanas de todo o mundo resistiram e efetivamente fecharam

⁴³Tradução nossa. Nome original, em inglês: *International Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer & Intersex Youth and Student Organisation*.

⁴⁴Para melhor compreender esse caso específico, ver: <<https://mronline.org/2010/06/20/judith-butler-turns-down-civil-courage-award-from-berlin-pride-i-must-distance-myself-from-this-racist-complicity/>>.

um painel sobre a libertação LGBT+ no Oriente Médio, organizado pelo grupo sionista *StandWithUs* no Fórum Social dos EUA em 2010 (Ibidem, 2012, n.p.).

Portanto, ao analisar os argumentos desenvolvidos nos dois artigos, observa-se que ambos os lados reconhecem que a comunidade LGBT+ tanto nos TPO quanto em Israel devem se posicionar contra a ocupação, apartheid e *pinkwashing* propriamente dito, todavia discordam sobre a forma que essa oposição está sendo feita. Assim, no trabalho de Puar e Mikdashi, nota-se uma crítica à atenção excepcional direcionada ao *pinkwashing* promovido por Israel, visto que pelo fato da *Brand Israel* ter como principais destinos os EUA e Canadá, as organizações LGBT+ anti-*pinkwashing* deveriam levar em consideração algumas questões problemáticas promovidas nesses/por esses países, mas que também reforçam ideias negativas em relação aos palestinos e povos árabes, como a perpetuação do racismo e islamofobia inseridos na guerra contra o terror. Todavia, segundo Schotten e Maikey, os indivíduos e organizações que promovem o *pinkwashing* estão, de fato, atentos às mais diversas questões e episódios de opressão, racismo, ocupação e islamofobia, não tendo como foco apenas os TPO e Israel.

Dessa forma, ao levar em consideração não só a discussão entre Puar e Mikdashi (2012) e Schotten e Maikey (2012), mas também as ações e críticas promovidas pelas organizações LGBT+ anti-ocupação, como PQBDS, *Pinkwatching Israel*, Aswat e alQaws, é evidente que no contexto palestino-israelense, a luta LGBT+ deve estar sempre acompanhada da luta contra a ocupação e apartheid promovidos por Israel. Contudo, essa luta deve seguir critérios e prioridades estabelecidos pelos palestinos, visto que a defesa da luta LGBT+ de acordo com ideais liberais e ocidentais ainda apresenta forte influência em certos indivíduos e organizações LGBT+ israelenses, enquanto que as dificuldades e prioridades dos palestinos LGBT+ não necessariamente se adequam a esses padrões.

É válido destacar que para entender o *pinkwashing*, é necessário levar em consideração que esse mecanismo é uma ferramenta dentro do projeto homonacionalista, que só funciona em um cenário internacional. Se os Estados deixarem de aceitar as construções de imagem e lavagem de ações promovidas por Israel, com base em preceitos LGBT+, esse mecanismo perde sua força. Dessa maneira, a luta anti-*pinkwashing* não deve estar limitada às ações promovidas por Israel, mas também ser direcionada a seus aliados.

Por sua vez, como já problematizado por Aronczyk (2013), a concepção do nacionalismo carrega consigo um legado de interpretações negativas, imbuídas de chauvinismo. Dessa forma, um dos objetivos de uma estratégia de *nation-branding* é oferecer uma versão do nacionalismo pautada em características positivas e valorizadas pelo Ocidente, principalmente. Assim, ao inserir a população LGBT+ em seu projeto nacionalista, Israel consegue promover

uma imagem positiva do nacionalismo israelense e, por consequência, do sionismo. Por sua vez, a suposta inclusão e preocupação com essa parcela populacional é acompanhada da promoção de ideais que tornam o nacionalismo israelense justo e válido, enquanto que afasta a noção de um nacionalismo violento, opressor e chauvinista para com o povo palestino e outras nações árabes.

Como exposto, o homonacionalismo manifesta-se como uma força transnacional com impactos a nível local, nacional e internacional. Todavia, é necessário, no tópico seguinte, aprofundar a discussão, com o objetivo de identificar e expor a maneira que o homonacionalismo a nível nacional israelense constrói e/ou reproduz diversas estruturas específicas de opressão e violência dentro da própria LGBTQ+. Para tanto, fazer-se-á uso da análise genealógica como ferramenta metodológica.

3.3. Quem são os queers inseridos no projeto nacionalista israelense?

Como já discutido, homonacionalismo, em poucas palavras, diz respeito à uma força transnacional fortemente relacionada com o neoliberalismo e capitalismo, que assimila a identidade, valores e modo de vida homossexual ao nacionalismo, desde que estes indivíduos adequem-se aos padrões de normatividade e normalidade social e político. Dessa forma, através de uma análise genealógica, este tópico busca evidenciar que, apesar de Israel promover uma narrativa de que ele inclui devidamente todo e qualquer cidadão em seu projeto nacionalista, inclusive pessoas LGBTQ+, ele apenas prioriza uma pequena parcela dentro desse grupo, enquanto que exclui e invisibiliza os indivíduos não-conformistas⁴⁵.

De acordo com Vucetic (2011, p. 1300), para haver a execução de uma análise genealógica de forma adequada, é necessário delimitar o que ele chama de “três E”: episódios, exemplos e eficácia. No contexto do *pinkwashing* israelense, os episódios - a delimitação histórica - são representados pela postura pró-LGBT+ israelense de maneira mais expressiva durante a *Brand Israel*, de forma mais específica, a partir de 2009, quando a campanha adotou um nicho específico direcionado para a comunidade LGBTQ+. Por sua vez, os exemplos são as ações, medidas e discursos em que o Estado de Israel supostamente celebra a inserção plena de indivíduos LGBTQ+ em seu projeto nacionalista. Para evidenciar estes exemplos, serão utilizadas

⁴⁵ O termo “não-conformista” pode ser empregado em dois sentidos. No primeiro, diz respeito às pessoas com identidade ou expressão de gênero que não se adequam em conformidade a um gênero em específico. Caso a identidade de gênero seja não-conformista, logo o indivíduo é trans. No segundo, o termo é utilizado para designar pessoas que vivem suas vidas (hábitos, costumes, modo de se vestir) fora daquilo aceito como “conformidade” social, cultural e política, mas que não necessariamente se identificam como trans.

diferentes pesquisas sociais acerca da problemática, além de panfletos produzidos pelas organizações pró-Israel.

A eficácia, por fim, representa a forma que uma análise genealógica conseguiu problematizar e desestruturar determinados fenômenos sociais aceitos como normais, verdadeiros ou naturais, para, assim, questionar como tais fenômenos surgiram à luz da contingência e poder. Dessa forma, o objetivo da pesquisa não é a relação 'precisa' entre história e realidade objetiva, mas a problematização, desestabilização e perturbação da realidade e do conhecimento socialmente construídos (VUCETIC, 2011, p. 1301-1302). No contexto aqui analisado, observa-se, através de diferentes pesquisas e análises sociais e históricas, que o Estado de Israel de fato insere indivíduos LGBTQ+ em seu projeto nacionalista, com o propósito de limpar sua imagem e reputação no plano internacional, assim como promover um nacionalismo israelense pautado em características como inclusão e diversidade. Assim, este é o fenômeno aceito como verdadeiro e normal. A pesquisa busca demonstrar, através da análise genealógica, que esta inclusão de indivíduos LGBTQ+ no projeto nacionalista não só é rasa, como ocorre através de relações sociais de poder incluindo etnia, religião e identidade de gênero, por exemplo.

Como já manifestado por Foucault (1977, p. 142), uma análise genealógica deve olhar para o passado, com o objetivo de entender como ocorreu a origem de certo evento/ discurso/ identidade, ao ponto de ser aceito como puro e protegido, para, assim, identificar divergências e disparidades nesta origem histórica. Assim, visto que o propósito aqui é fazer uma análise genealógica da narrativa promovida por Israel no Sistema Internacional, de que o país é um espaço plenamente favorável, inclusivo, e tolerante para com a comunidade LGBTQ+, é preciso, de antemão, compreender como ocorrem as interseções envolvendo raça, religião, identidade de gênero e orientação sexual no contexto palestino-israelense.

Uma das formas de evidenciar como um determinado grupo de indivíduos LGBTQ+ é inserido no projeto nacionalista israelense - enquanto uma parcela significativa é silenciada - é analisar quais são os direitos que são garantidos à esta parcela da população. Jazbir Puar, em seu livro, *“The Right to Maim: Debility, capacity, disability”*, de 2017, nos apresenta uma discussão adequada sobre quais são os direitos que estão em evidência e como isso acarreta na construção de uma normatividade homossexual pautada em “características heterossexuais”.

Segundo a autora, entre 2005 e 2008, casais do mesmo sexo conquistaram o direito de adotar filhos biológicos ou não biológicos e a possibilidade de o cônjuge adotar os filhos do parceiro. Ademais, desde 2009, casais gays também podem se beneficiar da licença de paternidade. Depois desse período, a adoção entre casais do mesmo sexo subiu rapidamente, ao

ponto de que, segundo o *Bureau Central of Statistics*, 75% dos casais gays têm filhos. A problemática nessa questão é que reproduz a mesma lógica racial-religiosa-étnica da reprodução heterossexual e reforça um status excepcional da homossexualidade israelense, que é desprovida de arabismo ou palestinação (PUAR, 2017, p. 116).

Puar (2017) menciona outros pesquisadores que reforçam seu argumento: para Irit Rozenblum, o desejo de ter filhos por casais homossexuais diz respeito ao fato de que a sociedade israelense é particularmente familiar, portanto, casais gays buscam adequar-se a este padrão. Susan Martha Kahn, em sua amostra de pesquisa, sugere que mães lésbicas recebem mais apoio de familiares e amigos do que lésbicas sem filhos, pois priorizaram suas identidades como mães e não como lésbicas (PUAR, 2017, p. 116).

O desejo de ter filhos, como exposto por Puar (2017), por casais gays em Israel superou o interesse no casamento igualitário, ao que tange a questão da igualdade de direitos do movimento LGBT+ liberal de Israel. Como já exposto por Ellison (2013), pelo fato de não haver um código civil para casamento, mas sim um código religioso, muitos casais até mesmo heterossexuais desistem de casar-se. Deste modo, segundo Puar (2017), muitos indivíduos homossexuais preferem não se casar, devido às restrições dos tribunais religiosos, mas ainda assim mantêm o desejo de ter filhos. Nesse sentido, o “bom gay” israelense é aquele indivíduo que segue a lógica heteronormativa de ter filhos, visto que ter filhos representa com mais visibilidade a normalização, do que o casamento. Em outras palavras, o “ser gay” adequado e correto em Israel tem que seguir um conjunto de características: ser judeu asquenaze⁴⁶ (e não palestino ou árabe), ser apto (e não incapacitado) e ser pai ou mãe, reproduzir o corpo político nacional em linhas raciais e reabilitadas (PUAR, 2017, p. 117).

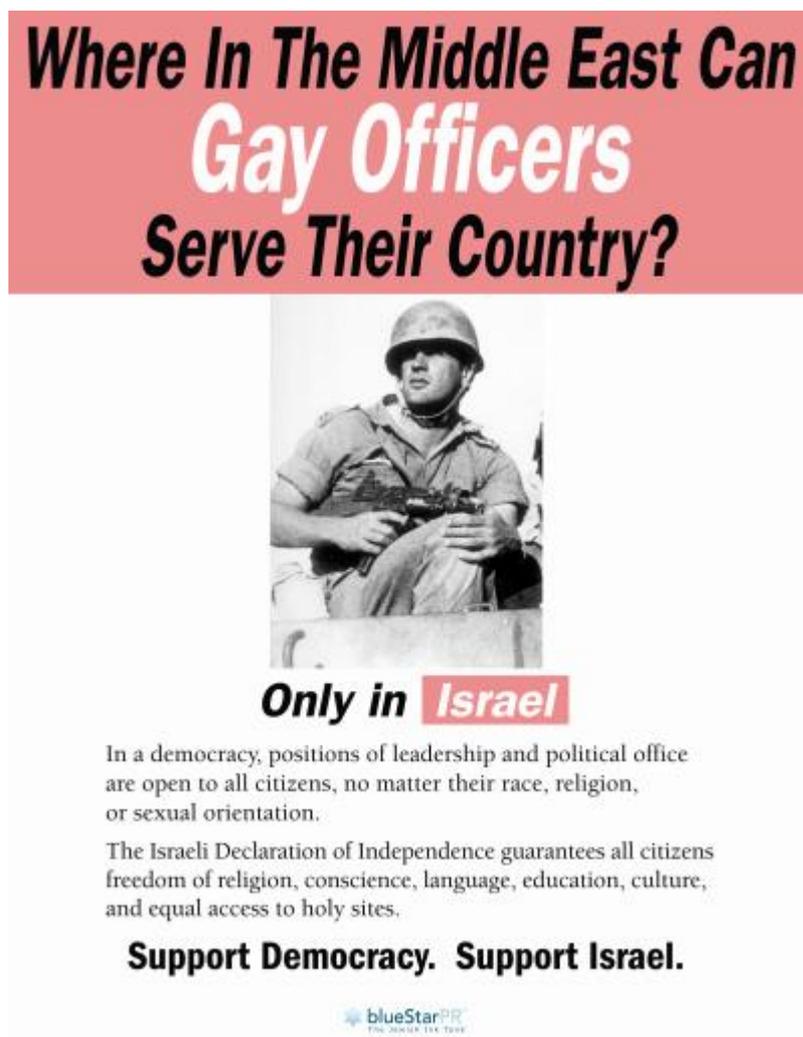
Além da busca por direitos que se adequam aos padrões da sociedade israelense, ao que tange o papel da família e da reprodução, outro elemento que ajuda a reforçar a homonormatividade e, por consequência, o homonacionalismo, é o desejo de homens gays em entrarem na instituição israelense que melhor representa a masculinidade de Israel, as Forças de Defesa de Israel. Nesta perspectiva, assim como Puar (2017), Gross (2015), afirma que existe um determinado indivíduo homossexual que é aceito como sendo o “bom cidadão gay”, ou seja, o homossexual que não só se casa e/ou busca constituir uma família, mas que, também, serve ao exército. Em oposição ao “bom cidadão gay”, encontra-se todo indivíduo LGBT+ que não

⁴⁶Judeus asquenazes (também caracterizados como asquenazim ou ashkenazim) são os judeus provenientes, ou com ascendência, da Europa Central e Europa Oriental. Com formação cultural originária no Vale do Rio Reno, emigraram em massa para a Europa Oriental durante os séculos XI e XII, como consequência da perseguição e massacre das cruzadas. Informações obtidas em: <<http://anussim.org.br/os-judeus-e-as-diviso-es-geo-culturais/>>.

busca constituir uma família, frequenta bares e clubes noturnos e que vive de acordo com o relógio da noite (GROSS, 2015, p. 146-147).

Assim, a Figura 3 expõe um dos panfletos promovidos pela *BlueStar* e é capaz de evidenciar esta problemática envolvendo a homonormatividade e a FDI. Com a seguinte frase, escrita de maneira destacada, “onde no Oriente Médio, oficiais gays podem servir o seu país?”, o panfleto busca vincular o direito de indivíduos gays à ideais democráticos e inclusivos. O pequeno texto presente no panfleto afirma que Israel, por ser uma democracia, garante igualdade e inclusão para todos os indivíduos, independentemente de raça, religião ou orientação sexual. Por fim, o panfleto é finalizado com a frase “Apoie a democracia. Apoie Israel”.

Figura 3- Onde no Oriente Médio, oficiais gays podem servir o seu país?



**Where In The Middle East Can
Gay Officers
Serve Their Country?**

Only in Israel

In a democracy, positions of leadership and political office are open to all citizens, no matter their race, religion, or sexual orientation.

The Israeli Declaration of Independence guarantees all citizens freedom of religion, conscience, language, education, culture, and equal access to holy sites.

Support Democracy. Support Israel.

blueStarPR
The Jewish Law Firm
www.bluestarpr.com

Fonte: Panfleto produzido pela organização *BlueStar*⁴⁷.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.bluestarpr.com/poster/gay-rights/>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

O foco na representatividade e busca de garantia de direitos direcionados à indivíduos que se adequam à homonormatividade, tem sua origem na própria forma de pensar sobre gênero e sexualidade na dicotomia Ocidente-Oriente. De acordo com Dhawan (2015, p. 54), durante o período colonial, havia a reprodução de uma narrativa em que o Ocidente era retratado como um ambiente de igualdade e livre de opressão sexual, enquanto que Oriente era caracterizado como um local de gênero regressivo e de opressão sexual. Dessa forma, os governantes coloniais costumavam se utilizar dessa suposta dicotomia, como justificativa para intervenções no Oriente, com o propósito de “salvar” as mulheres deste ambiente de opressão e barbaridade, enquanto que desenhavam os colonizados como impróprios para o autogoverno.

Por sua vez, em tempos queer, os Estados do Ocidente têm repetidamente feito uso da visibilidade LGBT+ como marcador de modernidade, em contraste com o Oriente supostamente repressivo. Logo, a emancipação queer é considerada fracassada nos contextos em que não existe a possibilidade de gays e lésbicas serem quem são de maneira visível na sociedade (DHAWAN, 2015, p. 54).

Logo, a política LGBT+ neoliberal, que não adota um posicionamento crítico em relação às opressões e violências cometidas pelos Estados contra outros povos e nações, é caracterizada como uma cúmplice nas representações ocidentais, pautadas em pretextos racistas e imperialistas, acerca das populações orientais. Dessa maneira, observa-se o surgimento de uma narrativa de resgate paternalista onde o queer branco ocidental está tentando salvar o queer racializado do homofóbico racializado oriental. Assim, a homonormatividade não diz respeito apenas à forma que indivíduos queer se comportam na sociedade, através de características heteronormativas, mas manifesta-se, também, de forma transnacional, ao promover e fomentar uma forma específica (eurocêntrica) de como as comunidades LGBT+ devem se organizar politicamente ao redor do mundo (DHAWAN, 2015, p. 55).

De maneira semelhante ao que já foi discutido, Ruti Kadish (2005 *apud* GROSS, 2015, p. 94), argumenta que a busca por direitos, pela população LGBT+, nos moldes do sionismo e homonacionalismo resume-se na noção caracterizada como “soldados e mães”. Ou seja, por um lado, temos homens gays que não só aceitam os padrões heteronormativos dominantes, como lutam pelo direito de servirem no exército. Do outro, temos as mulheres lésbicas que lutam pelo direito de serem mães. Em outras palavras, a luta destes indivíduos teria como foco a participação na sociedade, através de papéis que o sionismo designou para homens e mulheres. É importante destacar que, de acordo com Gross (2015, p. 115), os avanços legais, em conjunto com os desenvolvimentos tecnológicos e sociais, facilitaram a formação de unidades familiares de gays e lésbicas com base no modelo tradicional de família nuclear. Assim, para que

indivíduos LGBT+ tenham seus estilos de vida respeitados, eles devem se adequar aos padrões dominantes de normatividade.

Como exposto por Ellison (2013), entre os objetivos alcançados pela *Brand Israel* está a promoção do “turismo gay” em Israel. A Figura 4 diz respeito a um panfleto, também produzido pela *BlueStar*, que não só ilustra essa questão de maneira bem clara, como também é relevante para a análise de quais são os direitos garantidos à população LGBT+, mencionados no corpo do texto.

Figura 4- Celebre o orgulho em Israel



Fonte: Panfleto intitulado “Celebrate Pride in Israel”, produzido pela organização *BlueStar*⁴⁸.

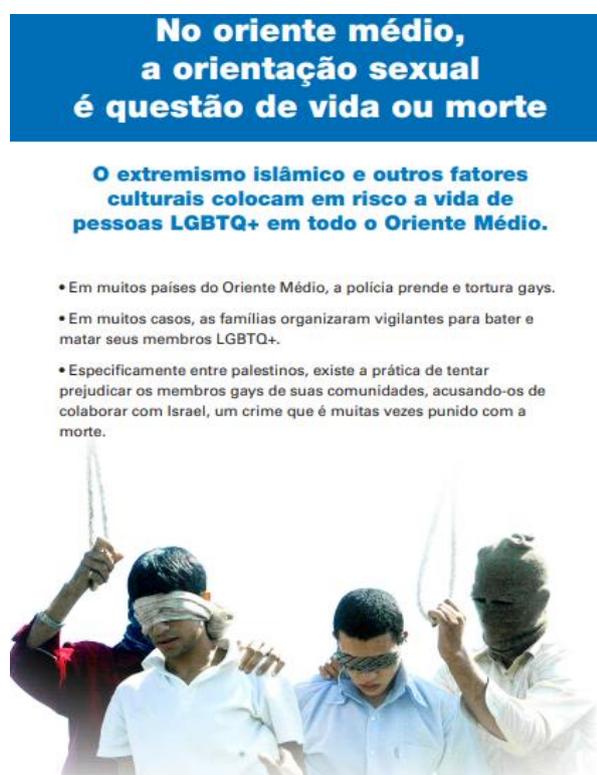
O panfleto chama a atenção do leitor, pois em grandes letras vermelhas (em contraste com o fundo amarelo) expõe a frase “Celebre o orgulho em Israel”. O que merece destaque neste panfleto não é a imagem dos homens em questão, mas sim do pequeno texto abaixo da imagem, que explicita como Israel é, supostamente, progressista ao que tange a garantia de direitos LGBT+. Assim, neste pequeno texto, é mencionado que Israel reconhece casamentos

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.bluestarpr.com/poster/celebrate-pride-in-israel/>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

estrangeiros de pessoas do mesmo gênero, assim como permite que cidadãos abertamente LGBTQ+ sirvam no exército israelense. Novamente, direitos que reforçam a normatividade e normalidade do cidadão LGBTQ+ aceito como “adequado”. Ademais, o panfleto utiliza-se de uma frase em específico, “Israel é um dos países mais ‘*gay-friendly*’ do mundo”, ou seja, uma clara tentativa de reforçar o excepcionalismo israelense perante a comunidade LGBTQ+.

Além dos panfletos produzidos com a finalidade de promover os direitos LGBTQ+ em Israel, alguns outros são produzidos com o intuito de destacar que tais direitos não são garantidos nos países vizinhos e que os indivíduos LGBTQ+ destes países correm riscos de vida. A Figura 5, a seguir, faz parte do folheto “Direitos LGBTQ+ em Israel e no Oriente Médio”, produzido pela organização sionista *StandWithUs*, disponibilizado em inglês e português. A figura reforça o perfil excepcionalista de Israel, ao destacar, de forma generalizante, certas práticas adotadas em países do Oriente Médio, enquanto que causa comoção do leitor ao expor a imagem de dois indivíduos prestes a serem enforcados por, supostamente, serem homossexuais.

Figura 5- “No Oriente Médio, a orientação sexual é questão de vida ou morte”



Fonte: Cartilha intitulada “Direitos LGBTQ+ em Israel e no Oriente Médio”, produzida pela organização *StandWithUs*⁴⁹.

⁴⁹ Disponível em: <https://46fc49e4-0bd9-4e5a-bf63-78204b4a07c9.usrfiles.com/ugd/46fc49_d656e67333324f24802c9951aa4d8341.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

Contudo, apesar do dilema “soldados e mães”, observa-se que são os homens gays e de origem asquenaze, que dominam e controlam os espaços de convívio e discussão LGBTQ+. Segundo Gross (2015, p. 122), a participação das mulheres é mínima e mesmo quando essas mulheres conseguem ocupar cargos de relevância dentro das organizações comunitárias, elas nunca alcançam os escalões superiores de tomada de decisão em questões como o conteúdo da parada do orgulho LGBTQ+, por exemplo. Como consequência da falta de visibilidade e possibilidade de ação de mulheres queers nos espaços LGBTQ+, em 2002 é criada a organização queer feminista, de mulheres palestinas, Aswat, como já exposto e discutido anteriormente.

Ademais, é importante realçar que a forma que os corpos LGBTQ+ se adequam ao ideal homonacionalista atravessa diferentes interseções envolvendo essa população, como questões de raça, religião e identidade de gênero. Assim, a representatividade, dos espaços LGBTQ+ no contexto palestino-israelense, não falha apenas em dar voz e espaço para mulheres queer, mas também para qualquer outro indivíduo LGBTQ+ que não se adeque às homonormatividade: palestinos, árabes em geral, muçulmanos, pessoas trans e judeus mizrahim⁵⁰, por exemplo.

De acordo com Ritchie (2010, p. 561-562), muitas das organizações LGBTQ+ israelenses seguem a lógica dominante e preferem se abster do conflito palestino-israelense. Assim, tais organizações são focadas exclusivamente na busca de equidade, respeito e direitos da população LGBTQ+ israelense. Todavia, nota-se que são movimentos dominados principalmente por homens gays asquenazes, de modo que há uma falta de representativa de mulheres, judeus mizrahim e outras minorias sociais. Ademais, para o autor, a despolitização do ativismo gay (em adequação à homonormatividade), decorre do fato das organizações serem, em sua maioria, dominadas por homens gays asquenazes de classe média. Ou seja, por possuírem certos benefícios e privilégios sociais, eles não direcionam suas atenções e preocupações políticas para grupos menos privilegiados (Ibidem, 2010, p. 561-562). Segundo Weaver (2017, p. 43-44), pelo fato das organizações LGBTQ+ serem dominadas principalmente por homens gays asquenazes, seu foco, geralmente, é destinado a resolver problemas que afetam especificamente estes homens, como ser capaz de “se assumir” e ter direitos de casamento iguais aos casais heterossexuais, em vez de desafiar as estruturas hegemônicas.

De modo mais específico, além do projeto homonacionalista israelense priorizar a inclusão de homens, seu foco é especificamente em homens cisgênero. De acordo com Puar

⁵⁰ Também caracterizados como judeus orientais, os judeus mizrahim (palavra no plural, em singular utiliza-se “mizrahi”) são aqueles originários do Oriente Médio e com fortes tradições linguísticas e culturais atreladas à cultura árabe.

(2017, p. 99), o Estado-nação apenas abraça e incorpora em seu projeto nacionalista, pessoas cisgênero, pois são elas que continuam a recriar e promover as normas da cisgeneridade também compartilhadas por pessoas heterossexuais. Conseqüentemente, pessoas trans ou não-conformistas não são bem-vindas nesta nova versão do cidadão israelense homossexual adequado, ou seja, do cidadão homonacionalista.

Esse posicionamento crítico de que pessoas trans não são devidamente incorporadas no projeto homonacionalista israelense é corroborado pelo ativista e acadêmico transgênero, Dean Spade, que esteve envolvido em diferentes campanhas anti-*pinkwashing* e anti-ocupação. Em seu artigo, “*Under the gay rights*”, de 2013, Spade critica os direitos reivindicados pela população LGBTQ+ ao longo das décadas e como ocorre a organização sociopolítica desses indivíduos, com foco nas reivindicações de gays e lésbicas.

Spade (2013, p. 90-99) afirma que o direito de se casar e servir no exército não são capazes de melhorar a capacidade das pessoas queer de sobreviver e prosperar devidamente em Israel. De modo mais específico, pessoas trans e não-conformistas lidam com problemas cotidianos muito singulares e bem distintos dos enfrentados por homens gays e mulheres lésbicas. Logo, a garantia desses direitos, que tem como foco, principalmente, homens gays e mulheres lésbicas, não é o suficiente para resolver os danos contínuos que as pessoas trans enfrentam e os sistemas mais amplos de normalização sexual e de gênero que precarizam a vida dos indivíduos trans e não-conformistas. Em vez disso, as reformas defendidas principalmente pelas elites brancas ofereceram uma mudança apenas simbólica, ou, em certos casos, que só é benéfica (ou mais benéfica) para aqueles que se adequam à normatividade dominante (SPADE, 2013, p. 90-99). Para o autor, urge a necessidade de ativistas e acadêmicos em reconsiderar se os direitos civis e proteções legais realmente atendem às necessidades mais urgentes dos corpos não-normativos, ou seja, pessoas transgênero e/ou indivíduos LGBTQ+ racializados (*apud* ELLISON, 2013, p. 90)

Ademais, pelo fato de Israel tentar a todo custo, desvincular sua imagem do conflito com o povo palestino, o Estado faz uso de certos mecanismos de limpeza de reputação e construção de uma imagem mais favorável no Sistema Internacional. Assim, como já apresentado em diferentes momentos, o povo palestino é o principal prejudicado neste contexto de *pinkwashing*-homonacionalismo. De acordo com Ritchie (2014b, p. 122), é comum encontrar discursos de representantes oficiais do Estado de Israel ou de ativistas israelenses LGBTQ+, em que defendem que palestinos queer não só são bem-vindos nos espaços israelenses LGBTQ+, como desenham Israel como um espaço de segurança e refúgio para esses indivíduos,

que fogem da suposta “tirania” e “barbaridade” da sociedade palestina, como evidenciado na “Figura 6”.

Figura 6- Israel como um suposto paraíso LGBTQ+ no Oriente Médio



Israel é um paraíso para a comunidade LGBTQ+

Parada do Orgulho LGBTQ em Jerusalém, 2010

As leis de Israel garantem direitos iguais para a comunidade LGBTQ+

Israel abriga:

- Organizações LGBTQ+ e centros comunitários
- Paradas do orgulho LGBTQ+
- Membros do parlamento da comunidade LGBTQ+
- Soldados LGBTQs
- Programas de TV com temas LGBTQ+
- A cidade de Tel Aviv — consistentemente classificada entre os destinos mais LGBTQ-friendly do mundo.

Os palestinos LGBTQs sofrem espancamentos, prisões e até a morte nas mãos de suas famílias e da polícia palestina. Muitos fogem e encontram segurança e abrigo em Israel.

Fonte: Cartilha intitulada “Direitos LGBTQ+ em Israel e no Oriente Médio”, produzida pela organização *StandWithUs*⁵¹.

Logo, seria correto assumir que o Estado de Israel garante status legal de refugiado para estes indivíduos. Este contexto manifesta-se com clareza no panfleto apresentado na “Figura 6”, produzido pela organização *StandWithUs*. Logo no começo, no topo, o panfleto afirma que Israel é um paraíso para a comunidade LGBTQ+, ou seja, o discurso de que o Estado como um todo é homoganeamente seguro, acolhedor e inclusivo para com estes indivíduos, de modo que lista uma série de exemplos para demonstrar o quão boa e segura é a vida LGBTQ+ em Israel. A

⁵¹ Disponível em: <https://46fc49e4-0bd9-4e5a-bf63-78204b4a07c9.usrfiles.com/ugd/46fc49_d656e6733324f24802c9951aa4d8341.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

seguir, no último parágrafo expõe exemplos que dificultam a vida dos palestinos queer nos TPO, ao ponto desses indivíduos encontrarem abrigo e segurança em Israel.

Contudo, o pedido de refúgio é inelegível para todos os palestinos, queers ou não, enquanto que os palestinos que residem em Israel sem documentação adequada estão sujeitos à detenção, deportação e outras formas de violência. Nota-se assim, uma dualidade: de um lado, o Estado de Israel e seus apoiadores promovem a imagem do palestino queer como uma vítima da sociedade palestina, enquanto que, do outro lado, os desenham como potenciais ameaças, que não devem ser plenamente aceitos e inseridos na sociedade israelense (RITCHIE, 2014b, p. 122-123). Em outras palavras, a discussão apresentada por Ritchie (2014b), assemelha-se com o que foi problematizado por Schotten e Maikey (2012), sobre a relação entre hipervisibilidade (do sofrimento de palestinos queer na sociedade palestina) com invisibilidade (de atuação e representatividade em espaços de discussão LGBTQ+).

De acordo com Saraya (2010, p. 609)⁵², não só a narrativa de que Israel representa um “paraíso” e espaço de refúgio para palestinos queer é um mito, como também, a própria noção de Israel como um todo ser um paraíso LGBTQ+. Para a autora, Tel Aviv é uma “bolha rosa”, dentro de Israel. Ou seja, Tel Aviv, de fato, manifesta-se como um espaço de maior tolerância e aceitação, contudo, a LGBTQfobia continua forte e presente no restante do país.

Dessa forma, de modo mais específico, as violências, opressões e exclusões promovidas pelo Estado israelense, contra os palestinos, são tão cotidianas, que certas práticas são incorporadas dentro da própria comunidade LGBTQ+ local, contra indivíduos queer palestinos. Ritchie (2014a) faz uma analogia formidável entre a exclusão e silenciamento de vozes e corpos palestinos dos espaços LGBTQ+ com os postos de controle israelense. De acordo com o autor, apesar dos espaços israelenses destinados à população LGBTQ+ serem popularmente representados como um oásis de tolerância e diversidade, os palestinos queers que chegam a estes espaços, encontram um conjunto interminável de barreiras e obstáculos.

Determinadas técnicas, que também são empregadas por soldados nos postos de controle, se manifestam nestes espaços: nos bares, por exemplo, os palestinos queers são frequentemente impedidos de entrar quando seus documentos revelam sua palestinidade. Mais comumente, no entanto, os indivíduos recorrem a discursos de identidade para avaliar

⁵² Em “*No Pride in Occupation: A Roundtable Discussion*”, de 2010, Gil Z. Hochberg, Haneen Maikey, Rima e Samira Saraya apresentam uma mesa de diálogo, construída a partir de chamadas de telefone, trocas de e-mail e conversa virtual. Assim, o texto estrutura-se de modo que cada parágrafo é a fala de uma das participantes, como em uma conversa. Para finalidades técnicas, sempre que esta pesquisa utilizar-se deste texto, será feita a referência a quem falou e em que página. Contudo, na seção específica para “Referências Bibliográficas”, será mencionado o texto como um todo.

marcadores sutis de homossexualidade, israelismo e palestinidade e determinar quem pertence ou não a um determinado espaço (RITCHIE, 2014a, p. 624).

Dentro do bar, uma infinidade de práticas marcam a israelidade do espaço e reforçam a alteridade dos palestinos dentro dele, desde performances que descaradamente reforçam estereótipos racistas de árabes, palestinos e muçulmanos à relutância comum dos atendentes em servir clientes vistos como árabes. Mas a barreira mais problemática para os palestinos queer - e a mais estruturalmente semelhante ao posto de controle - trabalha para garantir que eles não entrem: em primeiro lugar, as entradas para a maioria dos bares israelenses (queer ou não) são atendidas por um porteiro ou "segurança", cujo trabalho é garantir a segurança e um "seletor", que inspeciona as carteiras de identidade e decide quem pode entrar. Frequentemente, uma identidade que revela um nome em árabe é suficiente, mas, com a mesma frequência, seletores e porteiros negam a entrada de indivíduos com base em suas aparência ou no idioma falado (árabe), para regular o fluxo de queers nos espaços sobre os quais são nomeados (RITCHIE, 2014a, p. 628-629).

A limitação do acesso de indivíduos queer palestinos, aos espaços destinados à população LGBTQ+ encontra suas raízes na própria forma em que o Estado de Israel caracteriza os palestinos em geral. De acordo Scott Morgensen (2012, p. 176), o Estado de Israel não só estabeleceu sua própria concepção de 'heteronormatividade', com o intuito de desvincular a imagem do homem israelense das concepções antissemitas propagadas na Europa, como também racializou e sexualizou os palestinos como pré-modernos, vinculando-os à uma sociedade heteropatriarcal e bárbara, que deve ser substituída pelos moldes da modernidade israelense heteronormativa (Ibidem, 2012, p. 176).

Conseqüentemente, muitos palestinos queer buscam se adequar a certos padrões da sociedade israelense. De acordo com Ritchie (2014a), os árabes geralmente são definidos em uma ordem hierárquica, que levam em consideração sua etnia e religião. Assim, os drusos estão no topo, seguidos por beduínos e depois cristãos, com a maioria restante de muçulmanos (não drusos e não beduínos) na última posição, como o tipo de cidadão menos favorecido. O efeito dessas categorias, que se baseiam fortemente, mas não exclusivamente, na religião - os beduínos, afinal, são muçulmanos - significa criar uma distinção em que os árabes drusos, beduínos e cristãos são menos árabes que os palestinos muçulmanos não beduínos (RITCHIE, 2014a, p. 624-625). Logo, quanto mais distante do eixo árabe-muçulmano, mais um palestino experienciará passabilidade e aceitação.

Segundo Weaver (2016, p. 42-43), somente os palestinos queer que agem de acordo com a concepção dominante do que é considerado "normal" pelos israelenses LGBTQ+, têm

permissão para transitar nos espaços destinados à comunidade LGBTQ+ israelense. Entre as características capazes de desenhar um palestino como “normal”, por exemplo, pode-se mencionar o fato deles falarem hebraico ou usarem símbolos militares israelenses.

Contudo, mesmo estes indivíduos palestinos queer que tentam se adequar à “normalidade” judia-israelense, enfrentam certas limitações. Em uma entrevista dada a Jason Ritchie, em 2008, Shaul Ganon, então presidente da Aguda, afirmou que uma das propostas da organização é relembrar a identidade árabe dos indivíduos LGBTQ+ palestinos e/ou de origem palestina. De acordo com Ganon, muitos palestinos LGBTQ+ mudam alguns costumes para se adequar à “normalidade” da vida LGBTQ+ israelense, por exemplo, deixam de falar árabe nestes espaço de convívio e entretenimento, mudam a forma de se vestir e, em casos extremos, utilizam-se de acessórios com a Estrela de Davi. Contudo, a Aguda direciona certos esforços (como rodas de diálogo e noites de filmes) para que estes indivíduos deixem de buscar por este estilo de vida judeu e reconheçam suas identidades e histórias como palestinos/árabes. Para Ritchie, isso é um mecanismo claro para delimitar onde eles pertencem/são bem vindos ou não (RITCHIE, 2010, p. 565).

Assim, somente palestinos queer que se adequam às regras de normalidade da comunidade LGBTQ+ israelense possuem a liberdade de circular nestes espaços, contudo, estes indivíduos nunca serão vistos como judeus-israelenses e a própria comunidade adota certas medidas para que eles não se esqueçam disso. Em outras palavras, o “bom palestino queer” possui uma certa liberdade de acesso a estes espaços, desde que não se esqueçam que nunca serão vistos como “iguais” à classe dominante da comunidade: homens gays asquenazes.

Ritchie (2014a, p. 629-630) relata um episódio que aconteceu com ele e um grupo de amigos, em um bar LGBTQ+ em Tel Aviv. Na ocasião, um de seus amigos, Nabil, um palestino cidadão de Israel, foi atacado, por outro cliente que estava sentado na mesa ao lado, só por estar falando árabe. Adel, outro amigo palestino, ao questionar o segurança o porquê dele não ter feito nada, o mesmo apenas disse: "Talvez você não devesse estar falando árabe". Adel estava traumatizado, pois, ao longo de sua vida, ele havia se empenhado em construir uma imagem de “bom árabe israelense”: ele falava hebraico fluentemente e mantinha um grande círculo de amigos judeus; se ofereceu para um programa militar de "coexistência" árabe-judaica, mesmo o serviço militar não sendo obrigatório para palestinos; ele foi à Polônia por seis meses com um grupo de voluntários do Museu do Holocausto de Israel para pesquisar a vida das vítimas do Holocausto, e; de modo mais crítico, Adel participou de um documentário canadense sobre palestinos queer, onde criticou o Islã e a cultura árabe "primitiva". Independentemente de seus esforços, naquele momento de violência - de todos os lugares, um bar gay - Adel foi lembrado

que seria sempre visto como um árabe, um corpo racializado que perturba os espaços de corpos brancos (Ibidem, 2014a, p. 630).

Ghadir Shafie (2015, p. 83) retrata um exemplo semelhante ao exposto por Ritchie (2014a). De acordo com a autora/militante, durante sua adolescência, ela se sentia sozinha e isolada, visto que era uma adolescente palestina e lésbica, nos anos 1990. Neste contexto, não haviam discussões sendo feitas sobre identidade de gênero e orientação sexual no contexto palestino, enquanto que a literatura gay em árabe era rara. Conseqüentemente, a autora teve que buscar ler e se informar com base em conteúdo em hebraico, enquanto que o único meio de comunicação disponível para ela era uma linha telefônica de apoio operada por uma organização israelense (Ibidem, 2015, p. 83).

Depois de muito pensar, Shafie (2015, p. 83-84) ligou para a linha e foi orientada a se mudar para Tel Aviv, onde poderia viver livremente como lésbica, sendo a primeira vez que alguém a descreveu como tal, antes mesmo dela ser capaz de definir sua própria sexualidade. Após se mudar para Tel Aviv, Shafie foi apresentada à comunidade LGBTQ+ local, passou a frequentar bares e festas destinadas a este público e fez diversos amigos israelenses gays. Contudo, a autora afirma que havia uma discrepância no tratamento dela como lésbica e ela como palestina. Ela afirma que, constantemente, seus amigos gays tentavam esconder e até mesmo suprimir, sua identidade palestina. Eles diziam que ela não parecia e soava árabe, como uma forma de elogio, então não havia necessidade de envergonhá-los ao trazer elementos da sua identidade palestina em conversas com outras pessoas. Em uma situação mais extrema, Shafie disse que não havia como ocultar sua palestinianidade, pois seu nome claramente mostrava sua identidade árabe, como “solução”, seus amigos propuseram mudar o nome dela (Ibidem, 2015, p. 84).

Maikey (2010, p. 603) corrobora com as narrativas apresentadas por Ritchie (2014a) e Shafie (2015), ao apresentar outro exemplo sobre a relação entre “identidade palestina” e “identidade queer”. De acordo com a autora, ela já ouviu diversos relatos de amigos palestinos que se mudaram para Tel Aviv com o objetivo de viverem suas sexualidades abertamente. Contudo, uma vez em Tel Aviv, eles descobriram que, para se integrarem à comunidade LGBTQ+, seria necessário esconder sua identidade árabe, mudar seu nome e criar histórias sobre de onde vinham. Maikey faz uma relação entre a expressão “sair do armário” (se assumir publicamente como LGBTQ+) com este contexto: para a autora, mesmo que essas pessoas vivam “fora do armário” como LGBTQ+, continuam “dentro do armário” como palestinos (Ibidem, 2010, p. 603). Em todos os casos apresentados por Ritchie, Shafie e Maikey, sobre ser palestino e queer em Israel, uma coisa é clara: independentemente de suas identidades como LGBTQ+ e

apesar de serem simpáticos e amigáveis com israelenses, suas identidades como árabes nunca seriam esquecidas e, na verdade, deveria ser algo ocultado.

O preconceito contra indivíduos queer que não se adequam ao padrão judeu-branco, também se manifesta no espaço virtual. Ritchie (2014a, p. 624) aprofunda a discussão ao fazer uma análise crítica do aplicativo mais popular de namoro/relacionamento LGBTQ+ israelense, o Atraf⁵³. Assim como os postos de controle físicos dependem de documentos legíveis capazes de evidenciar a identidade do seu titular como palestino ou israelense (ou seja, identidades avaliadas a partir de espaços geográficos), o Atraf emprega um formato textual - o perfil - com um conjunto padrão de características para organizar e categorizar seus usuários.

Pelo fato de nem os documentos e nem as informações disponíveis nos perfis fornecerem todas as informações necessárias para tomar uma decisão, tanto o soldado no posto de controle, quanto o usuário do Atraf devem ler nas entrelinhas para descobrir onde corpos específicos se encaixam nas hierarquias da cidadania no contexto palestino-israelense. Apesar da tendência adotada pela maioria dos sites e aplicativos de namoro ocidentais, de usar categorias como "raça" ou "etnia" para definir indivíduos, o Atraf emprega uma categoria muito peculiar para organizar seus usuários: religião. Assim, os usuários podem optar pelas seguintes respostas: não relevante; judeu; druso; cristão; muçulmano; budista e hindu (RITCHIE, 2014a, p. 624).

Embora os usuários do Atraf tenham a opção de não especificar sua religião, para alguns israelenses LGBTQ+, "não relevante" significa que a pessoa é árabe, mas não tem coragem de assumir essa identidade. Essa noção além de problemática, só faz sentido em Israel, onde a cidadania sempre esteve intimamente associada ao judaísmo, de modo que nunca houve uma distinção óbvia entre judaísmo como religião e judaísmo como etnia (ou nacionalidade). Consequentemente, no contexto do aplicativo, homossexuais israelenses se identificam como judeus não porque são necessariamente religiosos, mas sim como um marcador de identidades, com o propósito de deixar bem claro que não são árabes e/ou muçulmanos (RITCHIE, 2014a, p. 624-625).

Os usuários israelenses judeus do Atraf leem os perfis em busca de sinais de proximidade com Israel, e quando sinais óbvios como "etnia" ou "religião" não estão disponíveis, eles procuram outros tipos de sinais visuais (através de fotos) e linguísticos (como o nome). Esses processos são governados pela mesma "lógica" que estrutura o sistema de postos de controle, ou seja, a concepção de que alguns palestinos são menos uma ameaça à integridade

⁵³ Site oficial do aplicativo: <<http://www.atraf.com/>>.

dos espaços (seja ao passar pelos postos de controle, seja no aplicativo), do que outros. Nessa perspectiva, a segurança dos espaços é medida de acordo com a presença de palestinos: quanto menos, mais seguro (RITCHIE, 2014a, p. 625).

Ao levar em consideração essa problematização apresentada por Ritchie (2014a), observa-se uma lógica semelhante à exposta por Devetak (2005), acerca da delimitação de fronteiras. Sob uma perspectiva pós-estruturalista, nenhuma fronteira do mundo é natural e pré-definida, sendo assim, foram todas construídas socialmente ao longo da história. Por sua vez, a crítica pós-estruturalista não se aplica apenas às fronteiras dos Estados, visto que nessa concepção, fronteiras são construídas e delimitadas em todos os níveis e esferas da vida humana, através da marcação de limites físicos, simbólicos e ideológicos. Walker (1993) complementa tal passagem ao afirmar que essas tentativas de construir e delimitar fronteiras tem como principal objetivo assegurar aquilo que é interno (e que deve ser protegido) e o que é externo (que deve ser evitado).

Assim, diferentes fronteiras foram construídas e se manifestam no contexto da comunidade LGBTQ+ palestino-israelense: através dos postos de controle, que limitam o fluxo de palestinos que podem ou não entrar em território israelense; através das fronteiras simbólicas construídas para delimitar o fluxo de palestinos queer nos espaços israelenses LGBTQ+; através das diferentes fronteiras identitárias (tanto na vida cotidiana, quanto no meio virtual) que foram construídas, com base em elementos étnicos e religiosos, para identificar em que ponto os indivíduos árabes se encontram no espectro da palestinidade-israelidade. Ademais, de modo semelhante à afirmação de Walker (1993), as diferentes fronteiras que foram construídas e impostas no contexto palestino-israelense LGBTQ+ buscam um propósito comum, ou seja, assegurar a segurança de israelenses LGBTQ+, limitando a entrada e circulação de palestinos queer, como já problematizado por Ritchie (2014a).

A exemplo disto, um dos entrevistados de Weaver (2016, p. 43) disse que, por ter um nome árabe, todo judeu segue a pergunta "qual é o seu nome?" com "qual é a sua religião?". E apesar do entrevistado ser druzo, alguns israelenses judeus já lhe disseram que não namorariam alguém que não fosse judeu. O fato de que todo mundo pergunta "qual é a sua religião?" depois de ouvir seu nome, entra em concordância com a afirmação de Ritchie de que pessoas queer estão sempre em busca de marcadores de identidade para categorizar as pessoas dentro do espectro "palestinidade-israelidade" e determinar quem pertence, ou não, a um determinado espaço. Esse contexto problemático implica que a comunidade LGBTQ+ israelense também reproduz o status quo racista perpetuado pelo Estado de Israel (WEAVER, 2016, p. 43).

Ademais, a invisibilização e exclusão de corpos e vozes palestinas não ocorre apenas em espaços de lazer e entretenimento, mas também naqueles destinados à convívio e discussão sociopolítica. Assim, um episódio em específico se destaca adequadamente para demonstrar essa problemática. Segundo Gross (2015, p. 106-017), no dia 1 de agosto de 2009, um indivíduo mascarado entrou nos escritórios da Associação LGBTQ+ de Tel Aviv, onde o centro de juventude gay Barnoar estava realizando uma atividade juvenil e atirou aleatoriamente e repetidamente em todas as direções. No total, duas pessoas morreram e doze ficaram feridas, algumas gravemente.

Pelo fato do ataque ter acontecido contra jovens em um lugar que deveria ser um refúgio seguro para eles, respostas e reações adversas vieram a tona: choque, trauma e agitação dentro e fora da comunidade LGBTQ+; políticos de todo o espectro político condenaram e criticaram o ataque, ao ponto de, em alguns casos, evoluir para declarações de apoio à comunidade LGBTQ+; protestos espontâneos vieram a tona, como uma marcha realizada na noite do ataque e uma manifestação quase oficial em que participaram alguns dos políticos que se posicionaram de forma crítica ao ataque, e; debates públicos sobre se o ataque poderia ser categorizado como de caráter LGBTQfóbico, sem o conhecimento se o atirador era, também, LGBTQ+ (GROSS, 2015, p. 106-107).

De modo mais específico, o ataque de Barnoar demonstra de forma explícita os rostos que dominam os espaços israelenses LGBTQ+. Durante o protesto que veio à tona após o incidente, inicialmente, a lista de oradores era claramente homogênea, com sua representação quase exclusivamente judaica, asquenaze e masculina. Contudo, a lista de oradores foi eventualmente alterada para demonstrar mais diversidade. Embora os organizadores do protesto tivessem diversificado a lista de palestrantes, o que se observa é que essa suposta diversidade ficou limitada ao momento das falas, enquanto que a organização do evento em si era composta pelo mesmo grupo dominante e normativo: homens gays e judeus, sendo a maioria de origem asquenaze (GROSS, 2015, p. 120-121).

De modo mais crítico, apesar dos organizadores do protesto terem, supostamente, diversificado o painel de oradores, essa diversificação não abarcou devidamente os palestinos queer. Segundo Maikey (2012), a juventude palestina que queria expressar solidariedade e uma mensagem contra o crime de ódio, foi banida do palco principal da manifestação porque poderiam "falar de política", ou seja, novamente a concepção dominante e homonormativa de se discutir e lutar por pautas LGBTQ+, de forma "neutra" e afastada de outras discussões políticas. Contudo, paralelamente à esta censura contra jovens palestinos, políticos de direita que estavam no evento, proclamaram uma mensagem dizendo "não mate" no palco principal,

enquanto ignoravam sua parte na morte de centenas de moradores de Gaza poucos meses antes, durante a Operação Chumbo Fundido. Ademais, outra questão que deixa explícito o caráter homonacionalista deste protesto foi que, durante o evento, os organizadores tocaram o hino nacional israelense, uma canção percebida por muitos palestinos que vivem em Israel como um reflexo de seus profundos valores sionistas (MAIKEY, 2012, p. 115-116).

De acordo com Rima (2010, p. 604), os organizadores do evento, com o intuito de reforçar a narrativa de que haviam diversificado o painel de oradores, convidou um palestino para apresentar um dos palestrantes, mas não para palestrar. Assim, eles conseguiram o que queriam: a presença de um palestino, para demonstrar diversidade e inclusão, mas sem palavras. A autora problematiza ainda, que geralmente os eventos e organizações israelenses LGBTQ+, tendem a tratar os palestinos presentes no local como “árabes” e não como “palestinos” (Ibidem, 2010, p. 604). Ou seja, mais uma manifestação do forte nacionalismo israelense dentro da própria comunidade LGBTQ+, visto que ao tratar como “árabes” e não como “palestinos”, estão lhes negando uma identidade nacional.

De acordo com Maikey (2010, p. 604), em nome da Al-Qaws, a organização certamente se solidariza com as vítimas desse ataque, contudo, para ela, não existe a possibilidade da comunidade palestina queer de colaborar com a comunidade LGBTQ+ israelense como um todo, enquanto ela operar dentro de uma estrutura racista e nacionalista.

Para Gross (2015), este incidente é uma das manifestações mais claras de homonacionalismo. Se no passado, apenas políticos e partidos de esquerda demonstrariam algum tipo de manifestação e inquietação com qualquer tipo de ataque direcionado à população LGBTQ+, neste episódio do Baroar, políticos e partidos de direita passaram a demonstrar uma preocupação com o incidente, como uma tentativa de se utilizar da pauta LGBTQ+ com o propósito de legitimar o nacionalismo israelense como liberal, democrático e progressista, visto que se preocupa com uma parcela populacional tão afligida e perseguida. Mesmo que esses partidos de direita não demonstrem tamanha preocupação e atenção para outras áreas da sociedade, ao demonstrar uma suposta solidariedade com a população LGBTQ+, esses políticos e o público em geral passam a se sentir mais esclarecidos e, de certa forma, preocupados com os ideais do neoliberalismo. Consequentemente, essa postura atrela a causa LGBTQ+ com a homonormatividade e homonacionalismo, ao passo da identidade LGBTQ+ ser reduzida apenas à como os Estados e políticos garantem direitos à essa população (GROSS, 2015, p. 114).

Dado o exposto, fica evidente que existem diversas relações de poder pautadas nas diferentes interseções que constituem a comunidade LGBTQ+ palestino-israelense. Sendo assim, é possível adentrar em algumas problematizações com base nos escritos pós-estruturalistas e,

de modo mais específico, a partir da genealogia. Através das lentes do pós-estruturalismo, a identidade - individual ou coletiva - não deve ser tratada como dada e não problemática, visto que toda identidade é culturalmente construída através de uma série de exclusões. Neste contexto, todos os eventos, problemas e atores, que ascenderam ao nível de serem reconhecidos na história, só o conseguiram através da marginalização e exclusão de outras identidades e histórias. Como consequência, nenhum Estado nasce com uma identidade X já formada, ela é construída ao longo da história, através das relações entre seus indivíduos e atores a nível interno e as interações que este Estado mantém no plano internacional.

Assim como as identidades não surgem de forma natural e orgânica, elas também não são estáticas, de modo que são passíveis de mudanças. Ademais, a mudança não diz respeito apenas na forma que a identidade de um Estado é alterada ao longo da história, mas também na forma que diferentes atores enxergam aquele Estado, visto que as percepções são relativas. Dessa forma, nota-se que existe um certo dualismo ao que tange a identidade do Estado de Israel. Enquanto o governo reconhece o Estado como sendo legítimo, democrático, liberal e pautado nos ideais do judaísmo e sionismo, uma parte significativa do Sistema Internacional enxerga o país vinculado ao contexto de guerra, ocupação dos TPO e infrações de direitos humanos constantes.

Por consequência, Israel tenta a todo custo desvincular sua imagem e identidade de características tidas como negativas no Sistema Internacional (como guerras, invasão de territórios e descumprimento de direitos humanos), enquanto que adota diferentes estratégias para promover uma imagem solidificada em características positivas e, por sua vez, limpar a sua reputação no exterior. Entre tais estratégias, a *nation-branding* e o *pinkwashing*.

Assim, tanto os escritos pós-estruturalistas, quanto as produções queer, são críticos à noção de estudar e teorizar o Sistema Internacional com foco exclusivo nos Estados, visto que reconhecem a existência de uma pluralidade de atores com poder de agência e influência. Nesta perspectiva, o uso dessas correntes de pensamento são de extrema importância nessa pesquisa, pois ao se analisar e criticar o *pinkwashing* israelense, observa-se a existência de relações complexas envolvendo uma diversidade de atores, como: o próprio governo israelense e seus ministérios; mídia; empresas privadas de turismo e marketing; ONGs sionistas e/ou pró-Israel; organizações LGBT+, tanto as que são favoráveis à Israel, quanto as críticas, e; não menos importante, as próprias vivências e experiências dos indivíduos queer/LGBT+ neste contexto.

Por sua vez, ao fazer uso do *pinkwashing*, Israel promove a imagem do Estado como um espaço plenamente e homoganeamente acolhedor e inclusivo para com a comunidade LGBT+, em contrapartida com os Estados vizinhos apresentados como opressores e perigosos

para estes indivíduos. Contudo, através das lentes da genealogia, observa-se que essa realidade é bem mais problemática e complexa.

Segundo Vucetic, o propósito da genealogia é a emancipação de formas marginalizadas de conhecimento e a busca pela abertura e entrada de forças de resistência aos regimes dominantes da verdade, nos diferentes espaços intelectuais e políticos. Assim, de acordo com Foucault (1977), a genealogia busca registrar a singularidade dos eventos fora de qualquer finalidade monótona, para tanto, deve procurá-los nos lugares menos possíveis e deve ser sensível à recorrência destes espaços, não com o intuito de traçar a curva gradual de sua evolução, mas para separar as diferentes cenas em que eles se envolveram em diferentes papéis.

Neste campo, o genealogista vê que a luta pela dominação não é apenas a relação de governantes e governados, de dominantes e dominados, mas também ocorre no campo das ideias e costumes. Assim, a cada momento da história, essa relação de dominação se fixa num ritual, impõe obrigações, direitos e regras, e constitui procedimentos cuidadosos. Estes lugares específicos onde os rituais de poder podem acontecer se manifestam nas mais diversas formas, níveis e dimensões em nossa sociedade (RABINOW; DREYFUS, 2009, p. 122).

Ao levar em consideração o contexto do *pinkwashing*-homonacionalismo israelense, a genealogia manifesta-se como uma ferramenta de compreensão crítica adequada. Como já destacado por Vucetic, uma genealogia eficaz é aquela capaz de problematizar e desestruturar determinados fenômenos sociais aceitos como normais, verdadeiros ou naturais. Aqui, o fenômeno problematizado é o do *pinkwashing*-homonacionalismo israelense.

Observa-se que Israel promove a imagem da sociedade israelense como homogeneamente tolerante para com a comunidade LGBTQ+ a nível interno, enquanto adota a *Brand Israel* como uma estratégia de marketing e relações públicas a nível externo, com o objetivo de desvincular sua imagem do conflito com o povo palestino, ocupação de territórios e infrações de direitos humanos. Ademais, nota-se que o *pinkwashing* manifesta-se fortemente dentro da *Brand Israel* ao haver a promoção de Tel Aviv como um dos principais destinos de turismo LGBTQ+ internacional, além de haver o patrocínio governamental de eventos e artistas pró-LGBTQ+ em diferentes países ocidentais. Ou seja, através de uma perspectiva genealógica, o fenômeno dito como verdadeiro e natural é que a sociedade israelense é homogeneamente tolerante para com a população LGBTQ+ e que estes indivíduos são todos devidamente incorporados no projeto nacionalista israelense.

Ao levar em consideração os eventos, acontecimentos e discursos problematizados por Gross (2015), Lim (2010), Puar (2017), Ritchie (2010; 2014a; 2014b) e Weaver (2016), nota-se que o Estado de Israel insere apenas uma parcela específica da população LGBTQ+ em seu

projeto nacionalista: homens gays, judeus e asquenazes. Assim, mulheres lésbicas têm seus direitos assegurados desde que abram mão de suas identidades como lésbicas e incorporem a identidade de “mãe”, uma identidade aceita como normal na sociedade israelense. Entretanto, a visibilidade dessas mesmas mulheres é limitada, visto que os espaços de convívio e discussões sociopolíticas são dominados por homens.

Ademais, a narrativa de que homens gays e mulheres lésbicas só são plenamente incorporados no projeto nacionalista se adotarem os padrões de normatividade em suas vidas, só é válido para pessoas cisgênero. A visibilidade de pessoas trans e não-conformistas é quase nula, isso fica evidente nos cartazes e panfletos promovidos pelo governo israelense. A preocupação nestes panfletos é com o direito de se assumir, se casar e servir ao exército, enquanto elucidam o perfil supostamente violento e opressor dos Estados vizinhos. Direitos e proteções específicas para com pessoas trans e não-conformistas não são mencionados em nenhum momento. De modo ainda mais crítico, em alguns contextos, o texto utilizado faz uso do termo “direitos gays” e não “direitos LGBT+”.

Por fim, de modo mais crítico, encontra-se a exclusão e, em determinados casos, opressão para com indivíduos que não sejam judeus de origem asquenaze. Assim, pessoas judias, mas de origem mizrahi, são invisibilizadas, pois a identidade religiosa não é o suficiente para sobrepor inteiramente a identidade étnica. Nesta perspectiva, de forma mais problemática, o direito de acessar espaços destinados à população LGBT+ é estritamente limitado aos palestinos queer. Deste modo, estes indivíduos são “medidos” de acordo com seu arabismo. Quanto mais eles negam e/ou ocultam sua palestinidadade/ arabismo, mais próximo eles se posicionam como “bons palestinos queer”. Este apagamento identitário por si só já representa uma forma de violência e opressão. Contudo, a violência contra palestinos queer não se limita a esta faceta. Pelo simples fato de possuírem sobrenomes e/ou falarem árabe, os palestinos são negados de acessar certos espaços e, mesmo quando conseguem, correm o risco de sofrer violência física, verbal e moral por parte da própria comunidade LGBT+ local.

Nesta perspectiva, é possível fazer um paralelo com a afirmação de Rabinow e Dreyfus (2009), de que as relações de poder e dominação manifestam-se nos mais diversos espaços. Nesta lógica, nota-se que existe uma clara relação de dominação e poder dentro da comunidade LGBT+ palestina-israelense. De um lado, temos os dominadores, aqueles que manifestam poder de forma mais incisiva, ou seja, os indivíduos que se adequam à homonormatividade social e política, neste caso, homens gays, judeus, de origem asquenaze e que defendem o projeto neoliberal e sionista israelense. Do outro lado, temos os oprimidos, aqueles que são invisibilizados e silenciados, aqueles que tentam a todo custo serem vistos, ouvidos e terem

seus direitos e identidades reconhecidos: mulheres lésbicas, pessoas trans e não-conformistas, judeus mizrahim, palestinos queer e qualquer outra pessoa que não se adeque à homonormatividade e que se posicione de forma crítica às ações promovidas por Israel contra o povo palestino.

Ademais, ao levar em consideração a problemática da relação inclusão-exclusão de indivíduos LGBTQ+ no projeto nacionalista israelense, é possível fazer um paralelo com a afirmação de Moraes (2018) de que a investigação genealógica busca a problematização de três elementos: (1) a genealogia é “dissociativa”, pois se propõe a contestar a suposta natureza estática e eterna das coisas, enquanto procura evidenciar os acontecimentos múltiplos e heterogêneos presentes na origem das coisas e sujeitos; (2) ela é “paródica”, pois se recusa a aceitar e venerar aqueles valores e realidades tidos como verdadeiros, o que permitiria a liberação de outras potências vitais e criativas; (3) a genealogia é “disruptiva”, pois busca propor uma crítica do próprio fundamento sujeito-objeto, para tanto, questiona tanto aquilo que se conhece, quanto quem conhece (Ibidem, 2018).

Nessa perspectiva, o caráter dissociativo refuta a existência de uma identidade israelense plenamente tolerante e inclusiva para com os indivíduos LGBTQ+, enquanto que, paralelamente, refuta a narrativa de que a sociedade palestina é homogeneamente intolerante e violenta para com esta população. Por sua vez, uma análise genealógica sobre o homonacionalismo israelense é paródica, pois se nega a aceitar a realidade promovida pelo governo de Israel, de que o Estado representa um espaço de liberdade, inclusão e segurança plena, de modo que evidencia que indivíduos queer que não se adequam aos padrões da homonormatividade (estética, social e política), de fato, enfrentam exclusões, silenciamentos e opressões.

Apesar do Estado de Israel utilizar-se da promoção de um perfil pró-LGBTQ+ no Sistema Internacional, desenhando a imagem do Estado como plenamente inclusivo e tolerante, nota-se dois problemas sérios: o primeiro é que Israel utiliza-se dessa agenda para limpar sua imagem em relação ao que tem feito contra o povo palestino; em segundo lugar, observa-se que a narrativa de que o Estado de Israel é plenamente inclusivo e tolerante é rasa, visto que apenas os indivíduos LGBTQ+ que se adequam aos padrões de normalidade e normatividade são plenamente inseridos no projeto nacionalista, enquanto uma série de exclusões e opressões tomam forma. Assim, atualmente, na era do neoliberalismo e globalização, uma parte considerável da população LGBTQ+ mundial, categoriza os Estados a partir da forma que eles defendem e apoiam essa parcela populacional. Logo, o caráter disruptivo dessa análise genealógica é visível, pois problematiza a relação sujeito-objeto, ou seja, busca apresentar uma

forma crítica de como o sujeito (pessoas LGBTQ+) enxerga o objeto (apoio e garantia de direitos por parte dos Estados).

Ademais, o caráter disruptivo desta análise genealógica manifesta-se de outra maneira, igualmente importante: se nega a aceitar a narrativa dominante promovida não só pelo Estado de Israel, mas pela comunidade LGBTQ+ assimilacionista e homonormativa, enquanto que busca evidenciar não só as perspectivas e visões dos palestinos queer, mas também as relações de poder que acarretam no silenciamento e apagamento destas vozes e corpos. Em outras palavras, ao promover as vozes e perspectivas palestinas queer, ao invés da narrativa israelense dominante, ocorre a perturbação do “sujeito”. Paralelamente, ao evidenciar a violência racial, étnica e sexual que informa a ideologia sionista (e que é, de certa forma, absorvida pela comunidade LGBTQ+), ocorre a perturbação do “objeto”.

Como já discutido por diversos pesquisadores, ao fazer uso do *pinkwashing*, Israel busca lavar a imagem do Estado em relação ao que tem feito contra o povo palestino, nos últimos 73 anos. Ademais, ao promover uma narrativa do país como pró-LGBT+, o Estado israelense busca vincular à sua imagem, características bem vistas pelo Ocidente, como “democrático”, “inclusivo” e “tolerante”. Dado o exposto, fica evidente que o Estado de Israel, através da *Brand Israel*, promove uma imagem do país, no plano internacional, como um espaço plenamente seguro, acolhedor e inclusivo para com a população LGBTQ+, tanto palestina, quanto israelense.

Contudo, através de uma análise genealógica, observa-se que essa narrativa é falsa e problemática. Em primeiro lugar, o governo israelense chama a atenção de turistas LGBTQ+ para Tel Aviv, especificamente, uma cidade que tem recebido cada vez mais investimentos para ajudar no desenvolvimento de uma cultura LGBTQ+ rica e bem solidificada, enquanto oculta a existência de LGBTQfobia no restante de Israel. Em segundo lugar, ao promover a imagem de Israel como um refúgio e dos Estados vizinhos como espaços de hostilidade e violência para com pessoas LGBTQ+, o Estado israelense oculta a existência de organizações LGBTQ+ nos TPO, além de haver o apagamento de um modo específico palestino de se pensar e discutir questões relativas à sexualidade e identidade de gênero. Consequentemente, mesmo havendo a promoção de discursos no Sistema Internacional, que o Estado de Israel garante status de refugiado para palestinos queer, o que se manifesta na realidade é o exato oposto: essas pessoas não têm o direito de refúgio garantido, enquanto enfrentam limitações e preconceitos constantes, tanto na sociedade israelense de modo geral, quanto dentro da própria comunidade LGBTQ+ local.

Por fim, a *Brand Israel* promove uma imagem do Estado israelense como um “refúgio” e “paraíso” LGBTQ+ no Oriente Médio, contudo, observa-se que apenas os indivíduos que adequam-se à lógica homonormativa dominante que são agraciados com direitos, livre

mobilidade e visibilidade em espaços de discussão sociopolítica. Paralelamente, nota-se que não existe a garantia de direitos para outras pessoas LGBT+, como os direitos específicos de pessoas trans e o status de refugiado para palestinos queer; acesso a espaços LGBT+ é limitado para os indivíduos palestinos, árabes e muçulmanos; enquanto que ocorre uma invisibilização de diferentes vozes e corpos nos espaços de discussão política, nisso incluso, mulheres, corpos racializados e/ou não-conformistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na literatura coletada e analisada, observa-se que na atualidade, uma das principais preocupações dos Estados, é a forma que são vistos e interpretados no Sistema Internacional. Assim, a forma que um Estado lida com diferentes questões, pode beneficiar ou prejudicar sua imagem e reputação. Entre essas questões, pode-se mencionar, por exemplo: garantia de direitos humanos, promoção da paz, envolvimento em conflitos, preocupação com o meio ambiente, tolerância religiosa e inclusão de minorias sociais, entre elas, a população LGBT+.

Dessa maneira, dada a delicada relação entre o Estado de Israel e o povo palestino, desde 1948, a reputação do Estado no plano internacional experienciou momentos positivos e negativos. Entretanto, após as duas Intifadas, a imagem do Estado israelense evidenciou uma deterioração crescente, como evidenciado nos dados apresentados por Gilboa (2006) e Michlin (2010). Conseqüentemente, após quatro anos de pesquisa e desenvolvimento, é lançada a *Brand Israel*, em 2005, uma estratégia de *brand* nacional israelense, composta por diferentes atores, com o objetivo de promover a imagem do Estado de Israel no Sistema Internacional, como um espaço divertido, legal, inclusivo, atrativo e tolerante, para, assim, afastar uma imagem relacionada com a atuação violenta e indevida de Israel nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO).

Uma das principais características da *Brand Israel*, é adotar campanhas e conteúdos específicos para diferentes nichos sociais. Assim, desde 2009, a *Brand Israel* diversificou sua atuação e incorporou a população LGBT+ ocidental, como um dos nichos populacionais que mereciam destaque. Conseqüentemente, é possível identificar nos últimos doze anos, dezenas de campanhas, eventos e discursos, patrocinados pelo governo israelense ou outros atores pró-Israel, destinados a promover uma imagem de Israel como o único país pró-LGBT+ do Oriente Médio e, conseqüentemente, como o único país democrático, inclusivo, tolerante e seguro da região. Paralelamente, desenha os outros países e territórios da região como atrasados, bárbaros e violentos, por não adotarem essa mesma postura para com a população LGBT+.

A problemática está no fato que, ao construir essa relação dicotômica de imagens e identidades, o Estado de Israel acaba por justificar sua postura violenta e opressiva para com o povo palestino, enquanto que redireciona a atenção internacional para seu perfil pró-LGBT+. Em outras palavras, utiliza-se da agenda LGBT+ para lavar sua imagem no Sistema Internacional, ou seja, faz uso do *pinkwashing*.

Ao fazer uso do *pinkwashing*, o Estado de Israel, de fato, consegue alcançar um dos seus objetivos: conquistar apoio da população LGBTQ+ ocidental. Entretanto, como problematizado por Thiel (2014) e Ritchie (2014a), esses indivíduos são configurados como “assimilacionistas”, ou seja, defendem o liberalismo e os ganhos duramente conquistados em décadas de ativismo gay, assim, direcionam um foco exclusivo na luta por direitos igualitários, enquanto indivíduos LGBTQ+, enquanto abstém-se de outras questões sociopolíticas, como o conflito palestino-israelense.

Paralelamente a este primeiro grupo, nota-se a existência de um segundo grupo, os “anti-assimilacionistas”, ou seja, indivíduos e organizações LGBTQ+ (principalmente palestinas), que defendem uma luta por direitos igualitários, enquanto indivíduos LGBTQ+, acompanhada pela luta anti-ocupação indevida de territórios, anti-apartheid e anti-*pinkwashing*. Alguns autores e teóricos caracterizam essa luta anti-*pinkwashing* como “*pinkwatching*”, visto que esses indivíduos adotam mecanismos de observação e denúncia de práticas que possam ser caracterizadas como *pinkwashing*.

Assim, a presente pesquisa partiu do pressuposto de que o Estado de Israel, de fato, utiliza-se do *pinkwashing* como um mecanismo de construção de imagem e limpeza de reputação no Sistema Internacional. Sendo assim, o objetivo aqui não foi analisar a forma que o Estado de Israel faz uso deste mecanismo. Logo, o objetivo central deste trabalho foi fazer uma análise genealógica do *pinkwashing* utilizado por Israel e da inserção da população LGBTQ+ em seu projeto nacionalista, com vistas a desvelar e denunciar o caráter homonacionalista da suposta política progressista israelense. Em outras palavras, esta pesquisa buscou evidenciar o quão rasa e falaciosa é a narrativa promovida por Israel no Sistema Internacional, de ser um espaço plenamente e homogeneamente tolerante, inclusivo e preocupado com as vivências LGBTQ+.

Com o fim de melhor compreender e analisar criticamente estes elementos, esta pesquisa fundamentou-se nas contribuições do pensamento pós-estruturalista e da Teoria Queer. Tal escolha ocorreu através do reconhecimento que ambas as correntes de pensamento, não compreendem que o campo das RI possui um único objeto analítico (como os Estados, para os positivistas), ao passo que permitem a inserção e o estudo de temáticas e atores pouco comuns nas RI, como o *pinkwashing* israelense e as diferentes problemáticas que envolvem a população LGBTQ+ inserida no contexto palestino-israelense. Além dessa contribuição, optou-se em utilizar a Teoria Queer, paralelamente ao pós-estruturalismo, visto que o objetivo desta pesquisa envolve falar e problematizar elementos da população LGBTQ+.

Além do uso do pós-estruturalismo e do pensamento queer como fundamentações teóricas, para explicar de maneira crítica essas delicadas e complexas relações envolvendo a população LGBTQ+ palestina e israelense, com o Estado de Israel, a pesquisa utilizou-se de uma metodologia (ou ferramenta analítica) originária do pós-estruturalismo, a genealogia. Ao passo que, a análise genealógica feita nesta pesquisa desenvolveu-se com base em diferentes fontes, como: produções bibliográficas; folhetos e conteúdos midiáticos produzidos por Israel e aliados; assim como, relatos e vivências de indivíduos e organizações palestinas queer.

De acordo com uma perspectiva genealógica, não existe uma única visão correta e universal da realidade social e fatos históricos, mas sim, existem visões, ideias e noções que venceram “batalhas” de poder e conseguiram impor suas perspectivas, ao passo que foram responsáveis pelo apagamento, invisibilização e escanteamento de outras visões, ideias e noções. Assim, uma análise genealógica representa uma ferramenta analítica que rejeita a implantação meta-histórica e universal dos significados, valores e visões históricas, ao passo que busca evidenciar as instabilidades presentes nas origens das coisas, para, assim, evidenciar as perspectivas que foram historicamente apagadas e escanteadas.

Sob as lentes críticas da genealogia, é possível observar uma clara relação de poder e dominação no contexto do *pinkwashing* israelense. Seguindo a esteira dos eventos analisados, nota-se que a visão dominante acerca dos direitos LGBTQ+ da população palestina e israelense, é a proveniente do Estado de Israel, enquanto que ocorrem repetitivas tentativas de ocultar, invisibilizar e apagar as visões críticas dos palestinos queer e seus apoiadores.

Ademais, uma questão específica é utilizada pelo Estado de Israel para continuar a perpetuar seu poder discursivo: a suposta LGBTQfobia inerente do mundo muçulmano. Visto que alguns Estados do Oriente Médio criminalizam e adotam práticas punitivas para com pessoas LGBTQ+, o Estado israelense (e seus apoiadores) repetidamente promove o discurso de que é o único Estado seguro, democrático e inclusivo na região, visto que apoia abertamente essa parcela populacional. Assim, utiliza-se disto para autopromover-se para o Ocidente, enquanto que reforça um binarismo identitário em que o Estado de Israel é descrito com atributos positivos, por ser pró-LGBTQ+, enquanto que os povos árabes e muçulmanos são descritos com atributos negativos, por não adotarem uma postura abertamente pró-LGBTQ+.

Dessa forma, observa-se uma estrutura em que, de um lado temos um Estado nacional, com forças militares, reconhecido internacionalmente, que recebe apoio de atores poderosos do Sistema Internacional, como os EUA, e que é descrito como o único Estado seguro e inclusivo para com a população LGBTQ+ de sua região. Do outro, temos uma nação sem Estado formal e com reconhecimento limitado, sob constante ataque e ocupação de um Estado imperialista e

que, supostamente, representa um espaço de perigo e opressão para com a população LGBTQ+. Assim, o Estado de Israel utiliza-se da sua posição de privilégio e dominação, para determinar os fatos históricos e promover narrativas que lhe convenham.

Conseqüentemente, dado este binarismo delicado construído e promovido no imaginário ocidental, frequentemente, o uso do *pinkwashing* acaba por passar por despercebido, enquanto que a narrativa do Estado israelense como o “oásis” ou “paraíso” LGBTQ+ do Oriente Médio ganha força e se legitima.

Paralelamente a esta narrativa dominante, observa-se a existência de uma narrativa crítica e anti-assimilacionista, que defende que o Estado israelense apenas insere um determinado grupo de indivíduos queer em seu projeto nacionalista: aqueles que se adequam às normas sociais dominantes, ou seja, indivíduos homonormativos. Logo, os corpos e vozes queer que são aceitos e incorporados no projeto nacionalista israelense são: homens cisgênero, gays e de origem asquenaze. Acrescenta-se ainda que o indivíduo homonormativo é aquele que não só adequa-se a todas essas categorias, mas também adequa-se às normas heteronormativas dominantes da sociedade israelense, ou seja, o desejo de casar, ter filhos e atuar nas Forças de Defesa de Israel.

Assim, o corpo queer “adequado” é aquele capaz de marcar todas as quatro “caixinhas” de normalidade e normatividade: ser homem, ser cisgênero, ser judeu asquenaze e defender as normas dominantes da heteronormatividade. Conseqüentemente, esse mesmo tratamento de inclusão e tolerância não se aplica a todos os outros indivíduos LGBTQ+, ao passo que é possível identificar diferentes tipos de exclusão e, até mesmo, discriminação.

Assim, ao que tange a primeira das quatro categorias, nota-se que mulheres lésbicas até são aceitas e incluídas na sociedade e projeto nacionalista, desde que abracem a maternidade. Ou seja, elas precisam, de certa forma, ocultar o marcador identitário como “lésbica” e adotar o marcador “mãe” de forma mais visível e evidente. Em outras palavras, elas devem se adequar aos papéis sociais designados para as mulheres israelenses. Entretanto, mesmo assim, a participação das mulheres queer em espaços de discussão sociopolítica LGBTQ+, é mínima, ao passo de raramente alcançarem os escalões superiores de tomada de decisão das organizações israelenses LGBTQ+, por exemplo.

Por sua vez, ao que tange a cisgeneridade, o que fica evidente é a invisibilização de pessoas trans e não-conformistas. A exemplo disto, é possível analisar que em nenhum dos quatro panfletos aqui expostos, houve a menção de algum tipo de direito ou proteção específicos para pessoas trans. De modo ainda mais crítico, em alguns momentos, o texto utilizado faz uso do termo “direitos gays” e não “direitos LGBTQ+”, como no caso do panfleto produzido pela

BlueStar, representado na “Figura 3”. Ademais, como destacado por Spade (2013), a luta pela adoção, casamento e participação nas FDI representam reivindicações de gays, lésbicas e bissexuais cisgêneros, ao passo que tais reivindicações não necessariamente respondem igualmente às necessidades das pessoas trans.

Pelo fato de não haver em Israel, uma distinção clara entre judaísmo como religião e judaísmo como etnia, observa-se assim, a exclusão, silenciamento e, até mesmo, opressão, para com indivíduos queer que não se encaixam na categoria “judeu asquenaze”. Dessa forma, mesmo o Estado de Israel tendo sido construído com o propósito de garantir um lar nacional para os judeus, nota-se uma sobrevalorização de judeus de origem europeia sobre judeus provenientes do Oriente Médio ou da África. Assim, ao que tange a inserção de indivíduos queer no projeto nacionalista, os judeus mizrahim encontram-se em uma posição delicada, visto que, por um lado, são aceitos e respeitados por adequarem-se às normas religiosas dominantes, mas por outro lado, são excluídos e invisibilizados por não adequarem-se à normatividade racial e étnica. Em outras palavras, a identidade religiosa dos judeus mizrahim não é o suficiente para sobrepor inteiramente a identidade étnica.

A problemática envolvendo questões étnicas e religiosas é ainda mais delicada ao que tange os palestinos queer. Como já demonstrado, os palestinos queer enfrentam cotidianamente diferentes tipos de preconceitos e exclusões: como nos postos de controle; em espaços de lazer e discussão sociopolíticas voltados para a população LGBTQ+; no meio virtual, e; em proteções legais. Deste modo, os palestinos queer são “medidos” de acordo com seu arabismo. Quanto mais eles negam e/ou ocultam uma aproximação com o eixo “arabismo- islamismo” e quanto mais próximo eles se posicionam ao eixo “israelismo- judaísmo”, maiores são as chances de serem respeitados e incluídos, mesmo que parcialmente.

Ademais, de maneira mais crítica, nota-se que tanto Israel quanto as organizações LGBTQ+ sionistas repetidamente promovem a hipervisibilidade do suposto sofrimento que os palestinos queer passam, enquanto promovem que em Israel, eles são respeitados e protegidos. Todavia, essa narrativa é falaciosa por três motivos: primeiramente, o Estado de Israel não garante status de refugiado para palestinos, sejam eles queer ou não; segundo, a securitização dos corpos palestinos tornou-se algo tão presente na vida dos israelenses, que a discriminação e preconceito para com os palestinos, é rotineira, inclusive para com palestinos queer; terceiro, observa-se que apesar de reconhecerem a existência de preconceito e opressão com base em suas identidades de gênero e orientações sexuais dentro da sociedade palestina, os palestinos queer também reconhecem que a principal manifestação de opressão e perigo advém de Israel, através das ocupações e ataques constantes direcionados aos TPO.

Contudo, apesar desta pesquisa reconhecer e respeitar a narrativa dos palestinos queer, também reconhece a existência de LGBTfobia e medidas punitivas para com a comunidade LGBT+ nos TPO. Entretanto, reconhece também que a LGBTfobia não representa uma característica específica dos povos árabes e muçulmanos, de forma que manifesta-se globalmente, de diferentes formas e em diferentes níveis. Assim, a pesquisa é crítica e se opõe à concepção apresentada por Israel e seus apoiadores, de que a sociedade palestina é essencialmente perigosa e intolerante para com a população LGBT+, assim como também é crítica às tentativas de Israel em apagar a LGBTfobia existente na própria sociedade israelense, com o objetivo de desenhá-la homogeneamente como tolerante e inclusiva.

Dado o exposto, através de uma análise genealógica, a presente pesquisa buscou promover e evidenciar as vozes e perspectivas dos corpos queer que são sistematicamente excluídos e invisibilizados, com a finalidade de evidenciar as instabilidades e inconsistências da narrativa promovida por Israel (e seus aliados) no plano internacional, quando comparado à aplicação e incorporação dessas noções no plano doméstico.

Diante de toda a discussão aqui apresentada, conclui-se que apesar da LGBTfobia continuar a ser um problema cotidiano e atual, os atores que compõem o Sistema Internacional não só devem fazer pressão para que os Estados passem a garantir adequadamente os direitos dessa população, mas também devem se posicionar de maneira crítica à maneira que a agenda LGBT+ é utilizada para outras finalidades sociais, políticas e econômicas. Ademais, os atores devem adotar um posicionamento crítico acerca da dualidade composta pela narrativa de proteção à população LGBT+, promovida pelos Estados a nível internacional, com a realidade dessa parcela populacional a nível doméstico. De modo mais específico, as organizações e indivíduos LGBT+ devem assumir uma esforço crítico, que combine elementos da luta por direitos igualitários, com a luta anti-opressão, ocupação e apartheid promovidos pelos Estados, principalmente o Estado de Israel.

Por fim, é importante destacar ainda que, assim como o pós-estruturalismo e o pensamento queer recusam-se a construir ideias, conceitos e normas que devem ser utilizados universalmente, a proposta da presente pesquisa não é sanar todos os questionamentos e possibilidades de análise sobre o *pinkwashing* israelense, visto que, reconhece que um mesmo tema pode ser analisado de diferentes formas, variando de acordo com o autor, o contexto que está inserido e os seus objetivos. Assim, compreende-se que esta pesquisa pode ser utilizada como inspiração e influência para futuras pesquisas, tanto na área de RI, como em outros campos do conhecimento.

REFERÊNCIAS

AGUDA. **Services and Social Activism**. Disponível em: <<https://www.lgbt.org.il/english>>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

ALQAWS. **About Us**. Disponível em: <<http://alqaws.org/about-us>>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

AMAR, Paul. **The Security Archipelago: Human-Security States, Sexuality Politics, and the End of Neoliberalism**. Duke University Press: Durham e Londres, 2013.

ANHOLT, Simon. From nation branding to competitive identity– the role of brand management as a component of national policy. In: DINNIE, Keith. **Nation Branding: Concepts, Issues, Practice**. Elsevier, 1ª ed., 2008, p. 22-33.

ANHOLT, Simon. **Places: Identity, Image and Reputation**. Palgrave Macmillan, 1a ed., 2010.

ANHOLT, Simon. Beyond the Nation Brand: The Role of Image and Identity in International Relations. **Exchange: The Journal of Public Diplomacy**, vol. 2, no. 1, p. 6-12, 2013. Disponível em: <<https://surface.syr.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1013&context=exchange>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

ARONCZYK, Melissa. **Branding the Nation: The Global Business of National Identity**. Oxford University Press, 2013.

ASWAT. **About Us**. Disponível em: <<https://www.aswatgroup.org/aswat>>. Acesso em: 20 de março de 2020.

A WIDER BRIDGE. **History and Background**. Disponível em: <<https://awiderbridge.org/history-and-background/>>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

BARGHOUTI, Omar. The cultural boycott: Israel VS South Africa. In: LIM, Audrea (ed). **The Case for Sanctions Against Israel**. Verso, 1a ed., p. 33-37, 2012.

BLEIKER, Roland. **Popular Dissent, Human Agency and Global Politics**. Cambridge University Press, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/43481862_Popular_dissent_human_agency_and_global_politics>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

BLUESTAR. **About BlueStar**. Disponível em: <<http://www.bluestarpr.com/about-us/>>. Acesso em: 01 de junho de 2020.

BURKE, Anthony. Postmodernism. In: REUS-SMIT, Cristian; SNIDAL, Duncan. **The Oxford handbook of International Relations**. Oxford University Press, 2008, p. 358-377.

CAMBRIDGE DICTIONARY. **Queer**. Sem data. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/queer>>. Acesso em: 25 de junho de 2021.

CAMPBELL, David. Poststructuralism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja, SMITH, Steve. **International Relations: Theories, Discipline and Diversity**. Oxford University Press, 2013, p. 223-246.

ÇALKIVIK, Asli. **Poststructuralism and Postmodernism in International Relations**. International Studies Association and Oxford University Press, 2020. Disponível em: <<https://oxfordre.com/internationalstudies/internationalstudies/abstract/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-102>>. Acesso em: 16 de julho de 2020.

CHERNATONY, Leslie de. Adapting brand theory to the context of nation-branding. In: DINNIE, Keith. **Nation Branding: Concepts, Issues, Practice**. Elsevier, 1ª ed., 2008, p. 16-22.

DER DERIAN, James. SHAPIRO, Michael J. **International/ Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics**. Lexington Books, 1989.

DERRIDA, Jacques. Linguistics and Grammatology. In: DERRIDA, Jacques. **Of Grammatology**. Motilal Banarsidass Publishers: Délhi, 1998, p. 27-73. Disponível em: <https://monoskop.org/images/8/8e/Derrida_Jacques_Of_Grammatology_1998.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

DEVETAK, Richard. The Project of Modernity and International Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, vol. 24, n. 1, p. 27-51, 1995. Disponível em: <https://www.academia.edu/14457706/The_Project_of_Modernity_and_International_Relations_Theory>. Acesso em: 14 de julho de 2020.

DEVETAK, Richard. Postmodernism. In: BURCHILL, Scott; *et al* (org). **Theories of International Relations**. Palgrave Macmillan, 3a ed., 2005, p. 161-187. Disponível em: <<https://biblioteca.isced.ac.mz/bitstream/123456789/1029/1/Burchill%20Linklater%20et%20alli%20-%20Theories%20of%20International%20Relations.pdf>>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

DHAWAN, Nikita. Homonationalism and state-phobia: The postcolonial predicament of queering modernities. In: VITERI, María Amelia; PICQ, Manuela Lavinias. **Queering Paradigms V: Queering Narratives of Modernity**. Peter Lang Publishing, 2015, p. 51-68.

DINNIE, Keith. **Nation Branding: Concepts, Issues, Practice**. Elsevier, 1ª ed., 2008.

DUGGAN, Lisa. **The Twilight of Equality? Neoliberalism, Cultural Politics, and the Attack on Democracy**. Beacon Press, 2003.

ELIA, Nada. The brain of the monster. In: LIM, Audrea (ed). **The Case for Sanctions Against Israel**. Verso, 1a ed., p. 53-58, 2012.

ELLISON, Joy. **Recycled rhetoric: brand Israel "pinkwashing" in historical context**. Dissertação (Mestrado em Estudos sobre Mulheres e Gênero)- College of Liberal Arts & Social Sciences, DePaul University. Chicago, 2013. Disponível em: <<https://via.library.depaul.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1151&context=etd>>. Acesso em: 17 de março de 2020.

FAN, Yim. Branding the nation: Towards a better understanding. **Place Branding and Public Diplomacy**, vol. 6, n. 2, p. 97-103, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/5185202/Branding_the_nation_towards_a_better_understanding>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Genealogy, History. In: FOUCAULT, Michel. **Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews**. D. F. Bouchard. Ithaca: Cornell University Press, 1977, p. 139-164. Disponível em:

<<https://grattoncourses.files.wordpress.com/2014/08/michel-foucault-nietzsche-genealogy-history-1.pdf>>. Acesso em 21 de julho de 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 12a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2021.

FOUCAULT, Michel; RAULET, Gerárd. Structuralism and Post-Structuralism. In: FOUCAULT, Michel; FAUBION, James D. **Aesthetics, Method, and Epistemology**. The New Press: New York, 1998, p. 433-458. Disponível em: <https://monoskop.org/images/c/cf/Foucault_Michel_Aesthetics_Method_and_Epistemology_1998.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero, 2ª ed. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/16F4qmQU9sP--N7TgslQUJfW13WYIgEPq/view>>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

GEORGE, Jim. **Discourses of Global Politics: A Critical (Re)Introduction to International Relations**. Lynne Rienner, 1994.

GILBOA, Eytan. Public Diplomacy: The Missing Component in Israel's Foreign Policy. **Israel Affairs**, vol. 12, no. 4, p. 715-747, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237519230_Public_Diplomacy_The_Missing_Component_in_Israel's_Foreign_Policy>. Acesso em: 11 de janeiro de 2021.

GROSS, Ayal. The Politics of LGBT Rights in Israel and Beyond: Nationality, Normativity, and Queer Politics. **Columbia Human Rights Law Review**, vol. 46, n. 2, p. 78-152, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/35288584/The_Politics_of_LGBT_Rights_in_Israel_and_Beyond_Nationality_Normativity_and_Queer_Politics>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

HAMILTON, Scott. A genealogy of metatheory in IR: how ‘ontology’ emerged from the inter-paradigm debate. **International Theory**, vol. 9, no. 1, p. 136–170, 2017. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/4DC809E8F8F88B8DE6956B13319C6CD8/S1752971916000257a.pdf/genealogy_of_metatheory_in_ir_how_ontology_emerged_from_the_interparadigm_debate.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

HARTAL, Gilly. Gay tourism to Tel-Aviv: Producing urban value? **Urban Studies**, vol. 56, n. 6, p. 2-26, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324057015_Gay_tourism_to_Tel-Aviv_Producing_urban_value_Gay_tourism_to_Tel-Aviv_Producing_urban_value>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

HOCHBERG, Gil Z.; MAIKEY, Hanenn; RIMA; SARAYA, Samira. No Pride in Occupation: A Roundtable Discussion. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, Duke University Press, vol. 6, no. 4, p. 599-610, 2010.

IPSC. **About Us**. Disponível em: <<https://www.ipsc.ie/about>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

IPSC. **Watch: IPSC at Dublin's Alternative Pride 2019**. 2019. Disponível em: <<https://www.ipsc.ie/bds/ipsc-at-dublins-alternative-pride-2019>>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

LANGLOIS, Anthony J. International Relations Theory and Global Sexuality Politics. **Politics**, vol. 36, no. 4, p. 385-399, 2016. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/1467-9256.12108?journalCode=pola>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

LAPID, Yosef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, vol. 33, no. 3, p. 235-254, 1989. Disponível em: <https://www.academia.edu/19864479/The_Third_Debate_On_the_Prospects_of_International_Theory_in_a_Post_Positivist_Era>. Acesso em: 17 de julho de 2020.

LIND, Amy. "Out" in International Relations: Why Queer Visibility Matters. In: SJOBERG, Laura; WEBER, Cynthia. **Forum on Queer International Relations**. International Studies Review, vol. 16, No. 4, p. 601-604, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/14916140/Forum_on_Queer_International_Relations>. Acesso em: 14 de agosto de 2020.

LIND, Amy. Querying Globalization: Sexual subjectivities, development and the governance of intimacy. In: MARCHAND, Marianne H.; RUNYAN, Anne Sisson. **Gender and Global Restructuring: Sightings, sites and resistances**. Routledge: Taylor and Francis Group, 2ª ed., 2011, p. 48-65.

LIS, Jonathan. **Israeli Ministers Vote Down Gay Rights Bills on Eve of LGBT Rights Day in Knesset**. Haaretz, 2017. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-ministers-vote-down-gay-rights-bills-on-eve-of-lgbt-rights-day-1.5438468>>. Acesso em: 30 de julho de 2021.

MAIKEY, Haneen. The history and contemporary state of the palestinian sexual liberation struggle. In: LIM, Audrea (ed). **The Case for Sanctions Against Israel**. Verso, 1ª ed., 2012, p. 111-119.

MAIKEY, Haneen; AKED, Hilary. **Eurovision has turned into a 'pinkwashing' opportunity for Israel – the LGBT+ community should boycott it**. The Independent, 2019. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/voices/eurovision-israel-lgbt-rights-pinkwashing-palestine-a8804851.html>>. Acesso em: 24 de abril de 2020.

MAIONE, Emerson; RODRIGUES, Thiago. Genealogia e Agonismo como Metodologia nas Relações Internacionais: Reflexões a partir da Justiça de Transição. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 153-176, 2019. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/821/609>>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

MENDES, Cristiano. Pós-estruturalismo e a crítica como repetição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 30, nº. 88, p. 45-59, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092015000200045&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 de agosto de 2020.

MICHLIN, Vera. **Winning the Battle of the Narrative**. Herzliya Conference, 2010. Disponível em:

<<https://www.idc.ac.il/he/research/ips/documents/2010/%d7%a0%d7%99%d7%99%d7%a8%d7%95%d7%aa/3051winning2010.pdf>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2021.

MORAES, Marcos Vinicius Malheiros. **Genealogia - Michel Foucault**. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. 2018. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/genealogia-michel-foucault>>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

MORGENSEN, Scott Lauria. Queer Settler Colonialism in Canada and Israel: Articulating Two-Spirit and Palestinian Queer Critiques. **Settler Colonial Studies**, vol. 2, n. 2, p. 167-190, 2012. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/2201473X.2012.10648848>>. Acesso em: 02 de março de 2021.

PICQ, Manuela Lavinias; THIEL, Markus. **Sexualities in World Politics: How LGBTQ claims shape International Relations**. Routledge: Francis and Taylor Group, Nova Iorque, 2015.

PINKWATCHING ISRAEL. **About Us**. Disponível em: <<http://www.pinkwatchingisrael.com/about-us/>>. Acesso em: 17 de março de 2020.

PINKWATCHING ISRAEL. **Boycott Barzilai's Propaganda Shows**. 2018. Disponível em: <<https://www.pinkwatchingisrael.com/portfolio/boycott-barzilai-propaganda-shows/>>. Acesso em: 24 de abril de 2020.

PQBDS. **About**. 2011. Disponível em: <<https://pqbds.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

PUAR, Jasbir K. Citation and Censorship: The Politics of Talking About the Sexual Politics of Israel. **Feminist Legal Studies**, vol. 9, n. 2, p. 133-142, 2011. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10691-011-9176-3>>. Acesso em: 17 de março de 2020.

PUAR, Jasbir K. **The Golden Handcuffs of Gay Rights: How Pinkwashing Distorts Both LGBTIQ and Anti-Occupation Activism**. Jadaliyya, 2012. Disponível em: <<https://www.jadaliyya.com/Details/25229>>. Acesso em: 01 de abril de 2020.

PUAR, Jasbir K. Rethinking Homonationalism. **International Journal of Middle East Studies**, vol. 45, n. 2, p. 336-339, 2013. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/A455C4850A8D94BA4DC96D9B8837727C/S002074381300007Xa.pdf/rethinking_homonationalism.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2020.

PUAR, Jasbir K. **The Right to Maim: Debility, Capacity, Disability**. Duke University Press, 2017.

PUAR, Jasbir; MIKDASHI, Maya. **Pinkwatching And Pinkwashing: Interpenetration and its Discontents**. Jadaliyya, 2012. Disponível em: <<https://www.jadaliyya.com/Details/26818/Pinkwatching-And-Pinkwashing-Interpenetration-and-its-Discontents>>. Acesso em: 23 de março de 2020.

QUAIA. **Apartheid Israel is no place for LGBT leisure tourism**. 2009. Disponível em: <<https://queersagainstapartheid.org/2009/09/09/apartheid-israel-is-no-place-for-lgbt-leisure-tourism/>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

QUAIA. **Who We Are**. Disponível em: <<https://queersagainstapartheid.org/who/>>. Acesso em: 17 de março de 2020.

QUIT. **Who We Are**. Disponível em: <<http://quitpalestine.org/about/index.html>>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero, 2ª ed. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/16F4qmQU9sP--N7TgsIQUJfW13WYIqEPq/view>>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

RAO, Rahul. **The locations of homophobia**. London Review of International Law, vol. 2, No. 2, 169–199, 2014. Disponível em: <<https://academic.oup.com/lril/article/2/2/169/944592>>. Acesso em: 18 de agosto de 2020.

RAO, Rahul. Echoes of Imperialism in LGBT Activism. In: NICOLAIDIS, Kalypso; SEBE, Berny; MAAS, Gabrielle (ed). **Echoes of Empire: Memory, Identity and Colonial Legacies**. I.B. Tauris, 2015, p. 353-360. Disponível em: <<http://iglp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2014/10/Rao-Echoes-of-Imperialism.pdf>>. Acesso em: 14 de agosto de 2020.

RITCHIE, Jason. How do you say “come out of the closet” in arabic?: Queering Activism and the Politics of Visibility in Israel-Palestine. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, Duke University Press, vol. 16, n. 4, p. 557-575, 2010. Disponível em: <<https://read.dukeupress.edu/glq/article-abstract/16/4/557/34710/HOW-DO-YOU-SAY-COME-OUT-OF-THE-CLOSET-IN-ARABIC?redirectedFrom=PDF>>. Acesso em: 18 de março de 2020.

RITCHIE, Jason. Pinkwashing, Homonationalism, and Israel–Palestine: The Conceits of Queer Theory and the Politics of the Ordinary. **Antipode**, vol. 47, n. 3, p. 616-634, 2014a. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/anti.12100>>. Acesso em: 17 de março de 2020.

RITCHIE, Jason. Black skin splits: The birth (and death) of the queer Palestinian. In: HARITAWORN, Jin; KUNTSMAN, Adi; POSOCCO, Silvia. **Queer Necropolitics**. Routledge: Taylor and Francis Group, 2014b, p. 111-128. Disponível em: <https://www.academia.edu/6471288/Black_Skin_Splits_The_Birth_and_Death_of_the_Queer_Palestinian>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2021.

RICHTER-MONTPETIT, Melanie. Everything You Always Wanted to Know about Sex (in IR) But were Afraid to Ask: The ‘Queer Turn’ in International Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, vol. 46, no. 2, p. 220-240, 2018. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0305829817733131>>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

SALEM, Sara. Pinkwashing Palestine and Middle Eastern Uprisings. **Muslim and Non-Muslim Commentary**, University of South Australia, n. 20, 2012. Disponível em: <<https://www.unisa.edu.au/siteassets/episerver-6-files/documents/eass/mnm/commentaries/salem-pinkwashing.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

SCHOTTEN, Heike; MAIKEY, Haneen. **Queers Resisting Zionism: On Authority and Accountability Beyond Homonationalism**. Jadaliyya, 2012. Disponível em:

<<https://www.jadaliyya.com/Details/26818/Pinkwatching-And-Pinkwashing-Interpenetration-and-its-Discontents>>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

SCHULMAN, Sarah. **A documentary guide to ‘Brand Israel’ and the art of pinkwashing**. Mondoweiss, 2011a. Disponível em: <<https://mondoweiss.net/2011/11/a-documentary-guide-to-brand-israel-and-the-art-of-pinkwashing/>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

SCHULMAN, Sarah. **Israel and ‘Pinkwashing’**. The New York Times, 2011b. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2011/11/23/opinion/pinkwashing-and-israels-use-of-gays-as-a-messaging-tool.html>>. Acesso em: 28 de abril de 2020.

SHAFIE, Ghadir. Pinkwashing: Israel’s International Strategy and Internal Agenda. **Kohl: A Journal for Body and Gender Research**, vol. 1, n. 1, p. 82-86, 2015. Disponível em: <<https://kohljournal.press/pinkwashing-israels-international-strategy>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

SHAPIRO, Michael J. Textualizing Global Politics. In: DER DERIAN, James. SHAPIRO, Michael J. **International/ Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics**. Lexington Books, 1989, p. 11-22.

SMITH, Nicola J.; LEE, Donna. What’s Queer About Political Science? **British Journal of Politics and International Relations**, p. 1-15, 2014. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/1467-856X.12037>>. Acesso em: 23 de novembro de 2020.

SMITH, Steve. Positivism and beyond. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge University Press, 1996, p. 11-44.

SNELLINGS, Satchie. The “Gayfication” of Tel Aviv: Investigating Israel’s Pro-gay Brand. **Queer Cats: A Journal of LGBTQ Studies**, vol. 3, n. 4, p. 27-55, 2019. Disponível em: <<https://escholarship.org/content/qt0zv7m3m9/qt0zv7m3m9.pdf?t=q1jd8t>>. Acesso em: 31 de julho de 2021.

STANDWITHUS BRASIL. **Direitos LGBTQ+ em Israel e no Oriente Médio**. 2019. Disponível em: <https://46fc49e4-0bd9-4e5a-bf63-78204b4a07c9.usrfiles.com/ugd/46fc49_d656e67333324f24802c9951aa4d8341.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2020.

STERN, Itay. **Israel Sponsors Booth at Berlin Pride Parade; LGBT Activists: It's Pinkwashing**. Haaretz, 2018. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-israel-sponsors-booth-at-berlin-pride-parade-lgbt-it-s-pinkwashing-1.6318960>>. Acesso em: 24 de abril de 2020.

THIEL, Markus. **LGBT Politics, Queer Theory, and International Relations**. E-International Relations, 2014. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2014/10/31/lgbt-politics-queer-theory-and-international-relations/>>. Acesso em: 14 de agosto de 2020.

TÓTH, Rajnalka. **Nation Branding and Public Diplomacy Strategies of Small States**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)- Faculty of Social Sciences and International Relations, Corvinus University. Budapeste, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/343135465_Nation_Branding_and_Public_Diplomacy_Strategies_of_Small_States>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

VUCETIC, Srdjan. Genealogy as a research tool in International Relations. **Review of International Studies**, vol. 37, ed. 03, p. 1295-1312, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/14339458/Genealogy_as_a_Research_Tool_in_International_Relations_2011_>. Acesso em 20 de julho de 2020.

WALKER, Rob B. J. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WEAVER, Grace. **'Pinkwashing:' The Politics of LGBTQ Rights in Israel/Palestine**. Dissertação (Mestrado em Estudos sobre o Oriente Médio)- Leiden University. Leiden, 2016. Disponível em: <<https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/42755>>. Acesso em: 17 de março de 2020.

WEBER, Cynthia. Why is there no Queer International Theory? **European Journal of International Relations**, p. 1-14, 2014. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1354066114524236>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

WEEKS, Jeffrey. **Sex, Politics and Society: The regulation of sexuality since 1800**. Routledge, 3ª ed., 2014.

WEISS, Meredith L.; BOSIA, Michael J. **Global Homophobia: States, Movements, and the Politics of Oppression**. University of Illinois Press, 2013.

WIKE, Darin. **Pinkwashing: Cashing in on Breast Cancer**. 2012. Disponível em: <<https://systemdcreative.files.wordpress.com/2013/01/imc-363-commentary-paper-pinkwashing.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2020

ZEHFUSS, Maja. Poststructuralism. In: HAYDEN, Patrick. **The Ashgate Research Companion to Ethics and International Relations**. University of St. Andrews, 2009, p. 97-111. Disponível em: <https://www.academia.edu/320606/Ashgate_Research_Companion_to_Ethics_and_International_Relations_Aldershot_Ashgate_Publishing_2009_New_York_Routledge_2016_>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

ZIV, Amalia. Performative Politics in Israeli Queer Anti-Occupation Activism. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, Duke University Press, vol. 16, n. 4, p. 537-556, 2010. Disponível em: <<https://read.dukeupress.edu/glq/article-abstract/16/4/537/34707/PERFORMATIVE-POLITICS-IN-ISRAELI-QUEER-ANTI?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em: 23 de março de 2020.